

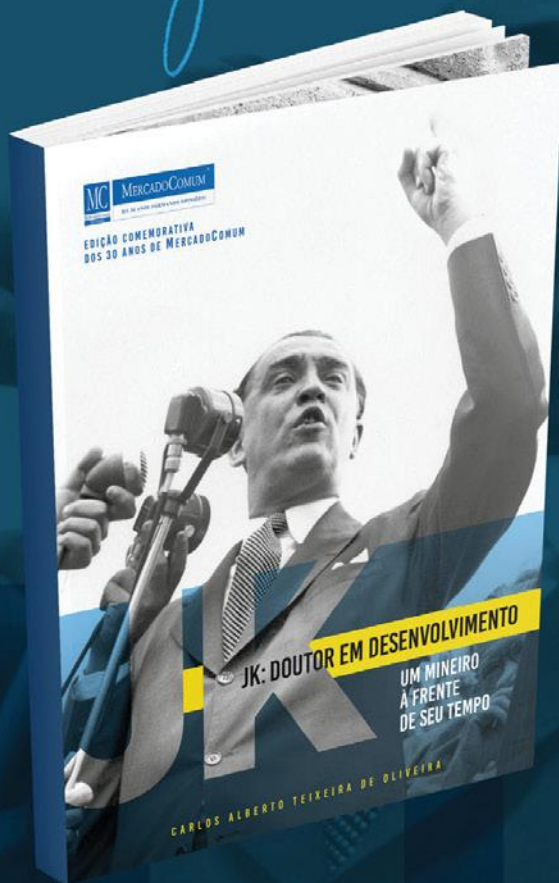


Confirmado! JK foi assassinado em 1976

Conclusão de Comissão Especial representa uma reviravolta em um dos episódios mais controversos da história política brasileira, e certidão de óbito será retificada

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento - Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro - União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
JUNHO DE 2026
33 ANOS - EDIÇÃO 358

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*



40

*Capa
Assassinato
de JK*

23

*Mundo
Empresarial*



46

Especial

70

Destaques

101

Opinião

*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

116

Lançamentos

Lançado o Tesouro Reserva com operação 24h nos 7 dias da semana (24x7)

Novo título é indexado à Selic e tem valor mínimo de investimento de R\$ 1

Desde o dia 11 de maio, a Secretaria do Tesouro Nacional, a B3 e o Banco do Brasil já operam oficialmente o Tesouro Reserva, um novo título do Programa Tesouro Direto. O produto terá rendimento indexado à taxa básica de juros (Selic) e poderá ser negociado em qualquer hora, todos os dias da semana, ou seja, 24x7.

Ao contrário do Tesouro Selic, o Tesouro Reserva não terá marcação a mercado, eliminando o risco de oscilações no valor do investimento em momentos de maior volatilidade do mercado financeiro. O título inicialmente ficará disponível para a base de 80 milhões de correntistas do Banco do Brasil, instituição financeira parceira neste projeto. Outras instituições estão em fase de testes e devem ofertar o papel em breve.

O Tesouro Reserva foi criado para quem quer montar uma reserva de emergência de forma simples e segura. Alinhado ao objetivo do Tesouro Direto, o novo título visa atrair pessoas para iniciar a jornada de investimentos, fomentando a educação financeira de milhões de brasileiros, assim como outras iniciativas da Secretaria do Tesouro Nacional em parceria com a B3, a bolsa do Brasil, como a OLITEF (Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira).

"O Tesouro Reserva nasce para atender uma demanda concreta da população: a necessidade de guardar dinheiro com segurança, simplicidade e acesso imediato. Com a operação 24 horas por dia, sete dias por semana, eliminamos barreiras de horário e aproximamos o investimento público da rotina das pessoas. É um título pensado para quem quer começar a investir, formar uma reserva de emergência e ter previsibilidade, sem sustos no momento do resgate", explica Daniel Leal, secretário do Tesouro Nacional.

O Tesouro Reserva tem rendimento



a partir do primeiro dia útil após a aplicação. O valor mínimo para começar a investir é de R\$ 1, com limite de até R\$ 500 mil por investidor ao mês, sem restrição para resgates.

A B3 é responsável pela infraestrutura que viabiliza a operação dos títulos do Tesouro. Para o diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoa Física da bolsa, Felipe Paiva, o novo produto cumpre um papel importante na democratização do mercado financeiro do país.

"Temos estudado formatos distintos para promover em escala a atração e formação de novos investidores digitais no Brasil. Com o Tesouro Reserva, a pessoa pode aplicar valores a partir de R\$ 1, acompanhar o rendimento e resgatar quando quiser, 24x7. Tudo feito de forma simples. Isso reforça uma questão importante de finanças comportamentais: quando a pessoa detém um investimento, aumenta seu interesse na jornada de educação financeira", afirma.

O Banco do Brasil é um parceiro histórico do Tesouro Direto, desde o lançamento do programa, em 2002. Na avaliação de Francisco Lassalvia, vice-presidente de Negócios de Atacado, "ser a primeira instituição a distribuir

o novo título reforça nossa expertise e vanguarda, tanto em tecnologia quanto em investimentos. Fomentar a cultura de investimentos e a educação financeira é uma forma poderosa de apoiar o desenvolvimento da economia do nosso país e promover a autonomia dos cidadãos".

Os investimentos e resgates do Tesouro Reserva são realizados por meio do app Investimentos BB, utilizando transação via Pix, o que simplifica o processo.

TRIBUTAÇÃO

O Tesouro Reserva segue as mesmas regras dos demais títulos do Tesouro Direto. Há incidência de Imposto de Renda (IR) apenas sobre os rendimentos, no momento do resgate ou do vencimento, com alíquotas regressivas: quanto mais tempo o investimento permanecer aplicado, menor o imposto.

Para aplicações resgatadas em até 30 dias, pode haver cobrança de IOF, que é também regressiva e zerada após esse período. A cobrança dos impostos é automática, feita pela instituição financeira, sem necessidade de qualquer pagamento adicional por parte do investidor.

Com 75% da população em idade produtiva e desburocratização, Paraguai acelera recepção de novos investimentos brasileiros

País vizinho utiliza bônus demográfico e digitalização para se consolidar como hub de inovação e serviços no Mercosul em 2026

Enquanto as principais economias globais enfrentam o desafio do envelhecimento populacional, o Paraguai tem se consolidado como um dos mercados mais vibrantes da América do Sul ao apostar no seu capital humano. Com 75% da população em idade produtiva — o que representa cerca de 4,8 milhões de pessoas, o país oferece às empresas brasileiras uma das forças de trabalho mais jovens e dinâmicas da região. Este ativo demográfico, aliado a um ambiente de negócios altamente digitalizado, tem transformado o perfil dos aportes brasileiros no país.

A celeridade administrativa é um dos pilares desta nova fase de integração econômica. Através do modelo de Empresas por Ações Simplificadas (EAS), o governo paraguaio permite que novos negócios sejam formalizados com rapidez e sem barreiras burocráticas. Para o setor produtivo, esta agilidade, somada a um regime fiscal que mantém alíquotas de 10% para o IVA e para o IR, cria um ambiente de previsibilidade que contrasta com a complexidade tributária tradicionalmente encontrada no continente.

Para Roger Maciel, presidente nacional da Câmara de Comércio Brasil-Paraguai, o foco do empresariado brasileiro mudou de patamar. "O Paraguai deixou de ser visto apenas através do prisma comercial para se tornar uma base de operações moderna. O que vemos hoje é uma combinação entre a energia renovável competitiva e um ecossistema que favorece a inovação e o talento jovem",



afirma. O executivo ressalta que a digitalização dos processos tem sido determinante para que novos setores, como a tecnologia e os serviços especializados, ganhem espaço na relação binacional.

Este movimento de modernização ocorre num momento estratégico, após o Paraguai ter registrado um crescimento de 5,5% no PIB em 2025. A infraestrutura de conectividade e o incentivo à formação técnica têm permitido que o país absorva investimentos que exigem não apenas baixo custo, mas também prontidão de execução. Com a entrada em vigor do acordo comercial com a União Europeia neste mês de maio, a capacidade paraguaia de responder com eficiência às demandas internacionais posiciona o país como a porta de saída natural para a produção sul-americana

que busca competitividade global.

A Câmara de Comércio Brasil-Paraguai - CCBP é uma instituição dedicada a promover e fortalecer os laços comerciais e econômicos entre Brasil e Paraguai. Atua como ponte estratégica para empresas e investidores interessados em expandir operações, estruturar negócios ou acessar oportunidades no mercado paraguaio. Por meio de missões empresariais, agendas institucionais, orientação regulatória e networking qualificado, a CCBP apoia processos de internacionalização, implantação e desenvolvimento de operações no Paraguai. A entidade trabalha com foco em segurança jurídica, integração legislativa e geração de negócios sustentáveis, contribuindo para o avanço das relações bilaterais e do ambiente empresarial no Mercosul.

Lançada a oferta do FIP de Minerais Críticos para impulsionar projetos estratégicos de mineração no Brasil

Novo veículo de investimento prevê BNDESPar e Vale como investidores-âncora e busca posicionar o Brasil como fornecedor estratégico global de minerais críticos



A Régia Capital, a BB Asset e a Ore Investments anunciam o lançamento da oferta do ORE Régia FIP de Minerais Críticos, fundo de investimento em participações estruturado para financiar, desenvolver e acelerar projetos estratégicos de mineração de minerais críticos no Brasil. O registro da oferta foi realizado em abril de 2026, marcando oficialmente o início da captação junto a investidores profissionais.

O fundo nasce em meio a uma transformação estrutural da economia global. Minerais críticos deixaram de ser vistos apenas como commodities para se consolidarem como insumos estratégicos para tecnologias que devem definir o crescimento econômico e a competitividade geopolítica das próximas décadas, incluindo inteligência artificial, eletrificação, armazenamento de energia,

defesa, mobilidade avançada e transição energética.

Nesse cenário, o Brasil reúne atributos considerados estratégicos para ocupar posição de destaque nas cadeias globais de suprimento. O país possui uma base mineral diversificada, com reservas entre as maiores do mundo em diversos minerais, além de matriz elétrica predominantemente limpa e um ambiente regulatório e socioambiental cada vez mais valorizado por investidores e indústrias globais que demandam rastreabilidade, segurança jurídica e padrões elevados de sustentabilidade.

“O mundo vive uma reorganização profunda de suas cadeias de suprimento estratégicas. O Brasil reúne condições únicas para desempenhar papel relevante nesse novo contexto,

mas transformar potencial geológico em produção exige capital, governança, disciplina de execução, preocupação genuína com a sustentabilidade e visão de longo prazo”, afirma Márcio Correia, Diretor de Investimentos da Régia Capital.

O ORE Régia FIP de Minerais Críticos foi estruturado para atuar como uma ponte entre capital institucional e ativos estratégicos de mineração. Historicamente, embora o Brasil detenha geologia altamente atrativa, grande parte da criação de valor associada ao desenvolvimento mineral foi capturada em mercados internacionais, especialmente por veículos listados em bolsas especializadas, como a TSX, no Canadá, e a ASX, na Austrália.

Além disso, projetos greenfield de mineração no Brasil frequente-

mente enfrentam custos de capital elevados e ciclos longos de maturação, reflexo da complexidade técnica, regulatória e operacional do setor. O fundo foi concebido justamente para aproveitar essa assimetria de valor, endereçando esse gap estrutural de capital e execução e oferecendo uma plataforma institucional capaz de apoiar projetos desde fases avançadas de pesquisa mineral até etapas de desenvolvimento, construção e operação.

A execução da estratégia deverá combinar disciplina financeira, governança ativa e flexibilidade na estruturação dos investimentos, podendo atuar por meio de participações societárias, instrumentos de dívida estruturada, debêntures conversíveis, royalties e contratos de offtake. O fundo pretende atuar como investidor relevante, com participação ativa na governança das empresas investidas e envolvimento direto nas principais decisões estratégicas.

A estratégia prioriza ativos em fases de exploração e desenvolvimento, mas já em estágios mais avançados de maturação, reduzindo a exposição predominante ao risco exploratório inicial e concentrando esforços em projetos com maior potencial de des-travamento de valor.

Embora o foco inicial esteja concentrado no segmento upstream da cadeia mineral, a formação de portfólio do veículo contempla também o fortalecimento gradual do downstream brasileiro, incentivando alinhamentos industriais e potenciais parcerias futuras que ampliem a captura de valor doméstico ao longo da cadeia produtiva.

“Não estamos partindo do zero. O fundo entra em operação com um pipeline proprietário de mais de 360 oportunidades mapeadas ao longo dos últimos anos, e a estrutura flexível — equity, dívida estruturada, conversíveis, royalties e offtakes — nos

permite calibrar cada investimento ao perfil de risco e ao estágio do ativo. A expectativa é realizar os primeiros investimentos ainda em 2026”, diz Mauro Barros, CEO da Ore Investments.

O Fundo foi selecionado no âmbito de chamada pública realizada pela BNDESPAR e pela Vale (potenciais cotistas-âncora). Prevendo a possibilidade de subscrição de cotas em valor de, no mínimo, R\$ 100 milhões e, no máximo R\$ 250 milhões, por investidor-âncora, observado o limite de participação individual de 25% do capital comprometido total do Fundo. A iniciativa tem estimativa de mobilizar cerca de R\$ 1 bilhão, com patrimônio comprometido mínimo de R\$ 400 milhões.

A formação do consórcio composto pela Régia Capital, BB Asset e Ore Investments reflete a complementaridade entre competências financeiras, técnicas, operacionais e de governança. A BB Asset e a Régia Capital aportam experiência em gestão de ativos, estruturação financeira, análise de risco, regulação e investimentos no setor mineral, além de atuação em sustentabilidade e governança. A BB Asset, participante da joint venture que deu origem à Régia Capital, também atua como parceira estratégica e distribuidora institucional. Já a Ore Investments, primeira gestora brasileira dedicada exclusivamente ao setor de mineração, contribui com conhecimento técnico e regulatório, experiência prática na gestão de ativos minerais e relacionamento consolidado com participantes estratégicos da cadeia.

Como evidência da demanda inicial pela tese, a BB Asset já estruturou e distribuiu uma oferta de FIC de FIP com exposição ao ORE Régia FIP de Minerais Críticos, captando mais de R\$ 100 milhões em menos de 4 meses do lançamento da oferta.

Para o investidor, o fundo ofere-

ce exposição a uma tese estrutural de longo prazo baseada em ativos reais e vinculada a setores estratégicos globais. Embora os ativos estejam localizados no Brasil, a dinâmica econômica dos projetos é fortemente internacional, com receitas potencialmente denominadas em moeda forte, especialmente dólar, o que contribui para reduzir a correlação com ciclos macroeconômicos domésticos.

O veículo também adota padrões rigorosos de governança e sustentabilidade alinhados às melhores práticas internacionais, buscando contribuir para cadeias globais de suprimento mais resilientes, diversificadas e compatíveis com as exigências socioambientais de investidores institucionais.

Nesse contexto, o Brasil, detentor de recursos geológicos relevantes e vantagens comparativas estruturais, possui a oportunidade de assumir papel mais relevante nessa nova arquitetura global, não apenas como produtor mineral, mas como participante estratégico de cadeias de valor essenciais para a economia do futuro.

Com o lançamento oficial da oferta do fundo, a Régia Capital, a BB Asset e a Ore Investments iniciam uma nova fase de diálogo com investidores interessados em participar do desenvolvimento de projetos estratégicos ligados à mineração e à transformação das cadeias globais de suprimento, incluindo bancos e alocadores brasileiros, além de bancos de desenvolvimento, multilaterais e fundos soberanos das mais diversas regiões do mundo.

A lista de minerais investíveis inclui: Terras Raras · Nióbio · Cobre · Urânio · Grafite · Lítio · Níquel · Estanho · Manganês · Silício · Cobalto · Vanádio · Fosfato · Potássio · Molibdênio · Titânio · Tungstênio · Metais do Grupo da Platina (PGMs) · Zinco · Tântalo e/ou para promoção de fertilidade de solo, inclusive remineralizadores.

Construção brasileira ainda perde eficiência onde os EUA ganharam produtividade

Industrialização, padronização e maior controle operacional avançam em mercados mais estruturados, enquanto parte da construção brasileira ainda depende de improviso operacional



A construção civil global vem acelerando mudanças operacionais impulsionadas por industrialização, digitalização e maior padronização da execução. Nos Estados Unidos, métodos como construção modular, pré-fabricação e off-site construction ganharam espaço como resposta à pressão por produtividade, previsibilidade e escassez de mão de obra. No Brasil, embora o setor avance em tecnologia e profissionalização, parte das empresas ainda perde eficiência pela baixa padronização dos processos e pela dependência de decisões improvisadas dentro da obra.

Estudos da McKinsey apontam que a produtividade da construção civil cresce em ritmo historicamente inferior ao de outros setores. Em mercados mais estruturados, esse cenário acelerou a adoção de modelos construtivos com maior controle operacional e mais previsibilidade sobre prazo, custo e execução.

Para Magnus Bruno Oyama Machado, engenheiro civil, empresário e cofundador da Mafrei Construtora e Incorporadora, a diferença entre os mercados não está apenas na tecnologia disponível, mas no nível de

maturidade operacional aplicado à execução.

“Mercados mais maduros entenderam que produtividade não depende apenas de executar mais rápido, mas de reduzir a variabilidade operacional. Quanto menor a dependência de improviso, maior a capacidade de manter prazo, custo e qualidade de forma consistente”, afirma.

Segundo ele, parte do avanço operacional observado em mercados mais estruturados está na capacidade de transformar execução em proces-



so replicável, e não em resultado dependente de adaptações constantes ao longo da operação.

“Quando cada obra depende excessivamente da experiência individual, da comunicação informal e de ajustes feitos no improviso, a empresa perde capacidade de repetir bons resultados. O ganho de produtividade começa quando processos deixam de depender de decisões isoladas e passam a operar de forma mais padronizada”, explica.

Nos Estados Unidos, esse movimento ganhou força com modelos mais industrializados, como off-site construction e modular building, que transferem parte da produção para ambientes mais controlados. Mais do que que tecnologia construtiva, essas práticas buscam ampliar controle sobre etapas críticas da execução.

No Brasil, embora essas soluções avancem em nichos específicos, par-

te do setor ainda opera com forte dependência de decisões reativas, comunicação informal e baixa padronização de processos. Isso reduz a previsibilidade e dificulta a repetição consistente de resultados.

“Não se trata de comparar realidades econômicas distintas, mas de observar a maturidade operacional. A industrialização ensina uma lição importante: previsibilidade não nasce apenas da tecnologia. Nasce da capacidade de transformar execução em processo controlável”, afirma Magnus.

Segundo Magnus, parte do avanço operacional observado em mercados mais estruturados acontece porque a padronização e o controle da execução vêm antes da tecnologia.

Na avaliação do executivo, muitas empresas ainda buscam produtividade sem antes estruturar padrões consistentes de execução.

“Industrialização não significa apenas adotar novos métodos construtivos. Significa aumentar repetibilidade e criar operações capazes de manter desempenho com mais consistência”, diz.

Essa pressão tende a crescer à medida que o setor busca maior produtividade em um ambiente de custos pressionados, crédito mais caro e maior exigência por previsibilidade operacional.

Para Magnus, empresas capazes de padronizar execução, ampliar controle operacional e reduzir variabilidade devem ganhar vantagem competitiva nos próximos anos.

“A construção está deixando de competir apenas pela capacidade de executar obra. Cada vez mais, vai competir pela capacidade de transformar execução em processo previsível, repetível e controlado”, conclui.

“Brasilificação” da economia global reforça busca por diversificação internacional e proteção patrimonial

Alerta da The Economist sobre juros elevados e deterioração fiscal em economias desenvolvidas amplia cautela de investidores e fortalece estratégias de internacionalização patrimonial

Em fevereiro de 2026, a revista britânica The Economist, uma das principais publicações voltadas à economia, política e negócios do mundo, publicou um editorial alertando para o risco de “brasilificação” das economias desenvolvidas. O termo descreve um cenário marcado por juros estruturalmente elevados, crescimento da dívida pública e crescente rigidez fiscal, dificultando a capacidade de governos reduzirem seus desequilíbrios financeiros ao longo do tempo.

A publicação destaca que países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália ainda mantêm capacidade de financiamento em níveis administráveis, com custos de captação em um dígito. No entanto, alerta que a permanência de juros elevados por um período prolongado pode agravar significativamente os desafios fiscais dessas economias. O cenário já influencia o comportamento dos investidores globais, ampliando a busca por proteção patrimonial, previsibilidade regulatória e diversificação internacional.

Segundo Adriano Murta, advogado tributarista e especialista em investimentos internacionais, o alerta da The Economist apenas formaliza um movimento que já vinha sendo percebido no mercado.

“A combinação entre juros estruturalmente altos, deterioração fiscal e menor previsibilidade econômica cria um ambiente que naturalmente leva investidores a revisarem suas estratégias de alocação. Não se trata de uma reação emocional ao cenário, mas de



uma decisão racional de gestão de risco e proteção patrimonial, com foco em jurisdições mais estáveis, moedas fortes e ambientes jurídicos mais previsíveis”, afirma.

O conceito de “brasilificação” foi associado ao histórico fiscal brasileiro, caracterizado por juros elevados e alto custo da dívida pública. Com a Selic em 15% ao ano, o governo brasileiro precisará captar cerca de 8% do PIB anualmente apenas para cobrir os juros da dívida, mesmo em um cenário de resultado primário próximo do equilíbrio. Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que a dívida pública bruta do Brasil poderá alcançar 99% do PIB até 2030, ante aproximadamente 62% registrados em 2010.

Na avaliação de Murta, investidores brasileiros possuem familiaridade histórica com ambientes de volatilidade fiscal e instabilidade monetária, o que acelera o movimento de internacionalização patrimonial. Entre os principais riscos que investidores buscam reduzir estão a exposição cambial, a insegurança regulatória e a volatilidade fiscal.

“Ao diversificar parte do patrimônio no exterior, o investidor acessa econo-

mias mais estáveis, moedas mais fortes e estruturas institucionais com maior previsibilidade. Isso reduz a concentração de risco em um único ambiente econômico e amplia a capacidade de preservação patrimonial no longo prazo”, explica.

Apesar disso, Murta ressalta que a internacionalização patrimonial exige planejamento jurídico e tributário estruturado, e não apenas a remessa de recursos para fora do país.

“Um erro recorrente é acreditar que investir no exterior se resume à abertura de uma conta internacional ou à aquisição de ativos fora do Brasil. Sem planejamento adequado, o investidor pode enfrentar problemas de bitributação, inconsistências fiscais e dificuldades sucessórias relevantes”, alerta.

O sistema tributário brasileiro, descrito pela própria The Economist como excessivamente complexo, amplia os desafios para quem busca estruturar investimentos internacionais de forma eficiente. Nesse contexto, o planejamento patrimonial e tributário passa a exercer papel central na preservação de patrimônio e na gestão de risco global.

“Uma estrutura patrimonial bem desenhada permite eficiência tributária, segurança jurídica e previsibilidade sucessória. Sem esse alinhamento, o investidor pode até diversificar geograficamente seus ativos, mas continuará exposto a riscos que poderiam ser mitigados com uma estratégia adequada”, conclui Adriano Murta.

Minas Gerais soma US\$ 10,2 bilhões em exportações no primeiro trimestre e registra superávit de US\$ 5,7 bilhões em 2026

As exportações mineiras somaram US\$ 3,5 bilhões, em março, e o estado foi o terceiro maior exportador do Brasil, respondendo por 11,1% das vendas nacionais no mês. Com isso, Minas chega a marca de US\$ 10,2 bilhões em produtos comercializados no mercado externo ao longo do primeiro trimestre de 2026.

De janeiro a março de 2026, o estado importou US\$ 4,5 bilhões, alcançando um superávit de US\$ 5,7 bilhões na balança comercial. Dados divulgados pelo Minis-



tério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), mostram que o fluxo comercial mineiro somou US\$ 14,7 bilhões no acumulado de janeiro a mar-

ço, resultado 0,5% superior ao do mesmo período do ano anterior.

O ouro foi o grande destaque do período, registrando aumento de US\$ 519,6 milhões nas exportações, alta de 85,3% em comparação com o primeiro trimestre de 2025. A categoria de outros veículos aéreos também obteve avanço de US\$ 101,2 milhões (983,7%), e as ferro-ligas aumentaram em US\$ 70,0 milhões (14%) no valor comercializado.

EUA deve ter legislação completa sobre criptomoedas até o fim do ano, depois da aprovação da Lei Clarity Act, pelo comitê bancário do Senado

O Comitê Bancário do Senado dos Estados Unidos, aprovou no dia 14 de maio, o projeto de lei Clarity Act, que visa criar regras claras para a regulação de criptoativos. A aprovação desse comitê é um grande passo antes da votação no plenário do Senado.

A decisão aqueceu o mercado de criptomoedas reverteu as perdas e subiu para US\$ 82 mil. Para o CEO da Oxus Finance, Fillipe Trentin (Coruja), a aprovação de regras para stablecoins torna esse meio de pagamento mais atrativo para os investidores.

"Do ponto de vista técnico, a Clarity Act resolve uma das maiores incertezas que travavam a adoção institucional: a jurisdição. Até ontem, ninguém sabia ao certo se um token era regulado pela SEC ou pela CFTC. Agora existe



um caminho definido. Isso é fundamental para quem constrói soluções de pagamento com stablecoins, porque compliance é a base de tudo. Os próximos passos são a votação no plenário do Senado e a reconciliação com a versão da House, que já foi aprovada com apoio bipartidário em 2025. Se tudo

correr como o mercado projeta, até o final de 2026 os EUA terão uma legislação completa. Para a Oxus, isso reforça a nossa tese: stablecoins reguladas são o futuro dos pagamentos cross-border, e quem já opera com compliance uniforme entre jurisdições como nós, está um passo à frente."

Com R\$ 4,75 bilhões, BNDES amplia aprovações de crédito para Minas Gerais

No 1º trimestre de 2026, aumento foi de 8,5% em relação ao mesmo período de 2025

Alexandre Almeida/BNDES



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ampliou as aprovações de crédito para Minas Gerais no 1º trimestre de 2026, alcançando R\$ 4,75 bilhões. O valor aprovado para o estado foi 8,5% superior ao mesmo período de 2025 (R\$ 4,38 bilhões).

Os recursos aprovados beneficiaram todos os setores da economia, como agropecuária (R\$ 1,68 bilhão), infraestrutura (R\$ 1,63 bilhão), comércio e serviços (R\$ 963,3 milhões), indústria (R\$ 472,4 milhões). Micro, pequenas e médias empresas foram

responsáveis por R\$ 3,44 bilhões do total de crédito aprovado, valor 89,9% superior a 2025 (R\$ 1,81 bilhão). No primeiro trimestre de 2026, o volume de recursos desembolsados pelo banco para o estado foi de R\$ 3,3 bilhões, aumento de 69% na comparação com o mesmo período de 2025. Os dados são do resultado do 1º trimestre do BNDES, divulgados nesta terça-feira (12).

“Os números mostram que o BNDES, sob a orientação do presidente Lula, retomou seu papel de parceiro estratégico do desenvolvimento. O

BNDES tem atuado para facilitar o acesso ao crédito, ampliar investimentos, aumentar a produtividade, reforçar a infraestrutura e promover a inovação, impulsionando o pequeno empreendedor, a agropecuária e a indústria. Em Minas Gerais, além do financiamento a projetos de biocombustíveis e da indústria, o BNDES está apoiando plano de investimentos contra enchentes na capital mineira e as obras de expansão e melhorias dos aeroportos de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros e das rodovias que ligam o estado a Goiás e ao Rio de Janeiro, como a BR-050 e a BR-116”,



afirma Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

Sudeste - As aprovações de crédito para a Região Sudeste alcançaram R\$ 17,75 bilhões no 1º trimestre de 2026. Os valores aprovados neste trimestre atenderam diferentes setores, como infraestrutura (R\$ 6,63 bilhões), comércio e serviços (R\$ 5,32 bilhões), agropecuária (R\$ 3,14 bilhões) e indústria (R\$ 2,66 bilhões). Do total das aprovações, R\$ 9,33 bilhões foram para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Para a região, as aprovações desde 2023 chegaram a R\$ 273,06 bilhões, valor 69,8% superior ao registrado entre 2019 e 2022 (R\$ 160,78 bilhões).

Nacional - O BNDES registrou lucro recorrente de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre de 2026, crescimento de 17% sobre o resultado de 2025. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em março, o lucro recorrente, de R\$ 15,6 bilhões, foi o maior da história, alta de 22% em relação a 2022 (R\$ 12,5 bilhões). Nos primeiros meses de 2026, os ativos totais se aproximam de R\$ 1 trilhão,

atingindo R\$ 995 bilhões, maior valor nominal da história, crescendo mais de 45% desde 2022, e a carteira de crédito alcançou R\$ 678,2 bilhões, alta de 14% em relação a 2025 e maior patamar desde 2016.

O resultado operacional da instituição também manteve a trajetória de crescimento no primeiro trimestre de 2026, com aprovações e desembolsos superando as marcas dos últimos anos. As aprovações de crédito somaram R\$ 45,7 bilhões, aumento de 37% em relação ao primeiro trimestre de 2025 e de 254% sobre 2022.

Os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 36,2 bilhões no trimestre, aumento de 44% em relação ao mesmo período de 2025 e de 145% frente ao primeiro trimestre de 2022, garantindo a continuidade do crescimento da carteira expandida. Destaque para os setores da indústria, com alta de 67% (R\$ 8 bilhões) frente a 2025, infraestrutura, crescimento de 51% (R\$ 13,4 bilhões) e agropecuária, com 40% (R\$ 9,1 bilhões).

No período, as consultas somaram R\$ 84,4 bilhões, crescimento de 65% sobre 2025 e de 490% sobre 2022.

Considerando somente operações para entes públicos, principalmente estados e municípios, entre janeiro de 2023 e março de 2026 foram aprovados R\$ 41 bilhões em novas operações, montante que representa 7,3 vezes as operações realizadas entre 2019 e 2022. Os recursos se destinaram, principalmente, a projetos de impacto social e climático, como mobilidade urbana, infraestrutura logística, adaptação climática e resiliência.

Para MPMEs as aprovações de crédito somaram R\$ 29 bilhões, o que representa um aumento de 120% em relação ao primeiro trimestre de 2025 e de 333% sobre 2022. As garantias prestadas por fundos garantidores em operações realizadas por agentes financeiros alcançaram R\$ 20,8 bilhões, totalizando o volume de R\$ 49,8 bilhões de apoio a tais empresas, aumento de 44% comparado ao primeiro trimestre de 2025 e de 592% a igual período de 2022.

A inadimplência de 0,046% (90 dias) permanece expressivamente inferior à do Sistema Financeiro Nacional (4,33% geral e 0,60% para grandes empresas em março de 2026), evidenciando a solidez da carteira de crédito do BNDES.

Juros já consomem 8,35% do PIB e mantêm crédito seletivo no país

Com juros nominais de R\$ 1,08 trilhão em 12 meses e déficit nominal de R\$ 1,21 trilhão, o custo do dinheiro mantém o crédito mais seletivo no país



Os juros nominais do setor público brasileiro atingiram R\$ 1,08 trilhão em 12 meses até março, o equivalente a 8,35% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Banco Central. O avanço do custo do dinheiro ocorre em paralelo ao aumento do déficit fiscal e ajuda a explicar por que o crédito segue restrito, mesmo diante de uma demanda elevada por financiamento no consumo. Em março, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 80,7 bilhões.

Na prática, esse ambiente de juros elevados e maior risco fiscal tem impacto direto no crédito ao consumidor: Instituições financeiras mantêm critérios mais rigorosos na concessão, priorizam a capacidade real de pagamento e o comportamento financeiro recente, o que reduz a margem para expansão do crédito, mesmo com a demanda aquecida.

Esse movimento já se reflete no comportamento de consumo. Levantamento da Top One Financeira, especializada em crediário e empréstimos no ponto de venda, mostra que o volume de vendas via crediário cresceu 14,56% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. O ticket médio das operações ficou em R\$ 1.543 e indica maior presença de compras financiadas no varejo físico.

Apesar do avanço, o crédito segue seletivo. A taxa de aprovação permaneceu estável no período, com 40% dos CPFs analisados aprovados, enquanto o comprometimento médio de renda dos consumidores ficou em 15,5%. Ao mesmo tempo, 80% das análises corresponderam a consumidores em primeira compra e sinalizam a entrada de novos perfis no crediário.

Para Vanderley Cardoso de Moraes, CEO da Top One Financeira, o cenário reflete uma reconfiguração do acesso ao crédito no país. “O custo do dinheiro hoje impõe mais cautela na concessão. Mesmo com demanda, as instituições precisam garantir que o crédito seja compatível com a renda e com o nível de endividamento do consumidor. Isso mantém a seletividade elevada e muda a forma como o consumo é financiado”, afirma.

Segundo ele, o avanço do crediário não representa expansão indiscriminada, mas uma adaptação do mercado. “Há uma busca por alternativas que permitam manter o consumo, mas com maior previsibilidade. O desafio é equilibrar esse acesso com a qualidade da carteira, em um ambiente ainda pressionado por juros elevados”, diz.

Safrarecorde de café no Brasil acende alerta: fartura na colheita, incerteza no bolso do produtor

Projeção de 66 milhões de sacas em 2026 expõe o paradoxo entre a maior produção da história e a queda nos preços, gerando tensão no campo

No mesmo mês em que o campo brasileiro se prepara para uma das maiores colheitas de café da história, o cenário para o produtor é de uma amarga tensão entre a fartura e a rentabilidade. A projeção de uma safra recorde, estimada em 66 milhões de sacas para 2026, acende um alarme econômico: o que acontece quando o país produz mais café do que o mundo parece disposto a consumir?

O volume esperado é um marco histórico, um salto gigantesco se comparado às 30 a 40 milhões de sacas colhidas nos anos 2000. Esse avanço reflete décadas de investimento em tecnologia, manejo sofisticado do solo e a resiliência do agricultor. Contudo, a celebração da produtividade vem acompanhada de uma preocupação real, ditada pela implacável lei da oferta e da procura.

"O cenário é um paradoxo clássico do agronegócio em que a safra bate recorde e o risco de prejuízo caminham juntos. Quando a produção sobe demais, o mercado internacional não absorve todo o café de imediato, e o excesso derruba os preços. Para o produtor, especialmente quem investiu em tecnologia e expansão, isso pode ser devastador", explica Tiago Costa, professor do curso de Agronomia da UniCesumar de Maringá.

A equação se torna ainda mais complexa quando os custos de produção entram na conta. Nos últimos anos, os produtores viram os preços de fertilizantes, defensivos, mão de obra e combustível dispararem. "O



produtor enfrenta uma equação difícil: gastos cada vez maiores, com receitas cada vez menores. Isso exige planejamento, busca por eficiência e até alternativas para reduzir custos", acrescenta Costa.

O cenário global e o impacto local O Brasil, que já responde por cerca de um terço do café consumido no planeta, sente a pressão de todos os lados. Além da própria superprodução, concorrentes como Vietnã e Colômbia também apresentam estoques elevados, saturando o mercado global e dando maior poder de barganha aos compradores internacionais. O resul-

tado é uma queda no preço da saca nas bolsas de Nova York e Londres, que servem de referência para o valor pago ao agricultor aqui.

Essa dinâmica aumenta o risco de endividamento, principalmente para pequenos e médios produtores que apostaram em financiamentos para modernizar suas lavouras. "O acesso ao crédito, que antes era uma oportunidade, pode virar um problema se não houver planejamento. O cenário de preços baixos pode dificultar o pagamento de empréstimos e até comprometer a viabilidade das propriedades", alerta o professor da UniCesumar.

FIEMG vê política de minerais estratégicos como passo importante, mas defende aperfeiçoamentos no texto

Entidade avalia que proposta avança ao criar diretrizes para o setor, mas alerta para necessidade de ampliar competitividade, agregação de valor e segurança jurídica



A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) considera importante a aprovação do projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, mas avalia que o texto ainda precisa de aperfeiçoamentos para garantir maior competitividade ao setor e ampliar o potencial de desenvolvimento tecnológico e industrial do país.

Para a entidade, a proposta representa um passo inicial relevante ao estabelecer diretrizes voltadas a minerais como lítio, grafite, nióbio e terras raras, considerados essenciais para setores ligados à transição energética, mobilidade elétrica, tecnologia e defesa. Na avaliação da FIEMG, pontos como a modernização

regulatória e a criação de incentivos à atração de investimentos privados contribuem para fortalecer o ambiente de negócios e ampliar a inserção do Brasil em cadeias globais estratégicas.

Ao mesmo tempo, a entidade entende que o projeto ainda possui caráter excessivamente concentrado na etapa inicial da cadeia mineral, sendo necessário avançar em políticas voltadas à transformação mineral, industrialização e agregação de valor dentro do país.

A FIEMG também reforça preocupação em relação a propostas que ampliem excessivamente a intervenção estatal sobre minerais estratégi-

cos, defendendo que o fortalecimento do setor ocorra com segurança jurídica, previsibilidade regulatória e protagonismo da iniciativa privada. Para a Federação, o Brasil precisa aproveitar o potencial mineral não apenas como fornecedor de matéria-prima, mas também como desenvolvedor de tecnologia e produtos de maior valor agregado.

Minas Gerais já ocupa posição estratégica nesse debate. A FIEMG é responsável pelo CIT SENAI ITR, em Lagoa Santa, primeiro laboratório-fábrica de ímãs e ligas de terras raras do hemisfério sul, iniciativa voltada ao desenvolvimento tecnológico e à agregação de valor aos minerais estratégicos produzidos no país.

Bares e restaurantes sofrem com endividamento e as bets, alvos do Desenrola 2.0 lançado pelo governo

Pesquisa da Abrasel aponta impacto das apostas online na queda na frequência de clientes, na redução do gasto individual e no aumento do endividamento entre trabalhadores do setor

Com o lançamento do Desenrola Brasil 2.0, o governo federal mira nos efeitos econômicos e sociais da expansão das apostas online no país. A nova versão do programa foi anunciada com foco na renegociação de dívidas de famílias e pequenos negócios e traz, entre suas medidas, o bloqueio de apostas online por um ano para quem aderir à iniciativa.

O movimento ocorre em meio a novos levantamentos que apontam o peso crescente das bets sobre o orçamento das famílias: de janeiro de 2023 a março de 2026, a inadimplência associada às apostas retirou R\$ 143 bilhões do comércio varejista, segundo a CNC. Enquanto o gasto dos brasileiros com essas plataformas superou R\$ 30 bilhões por mês.

Para o setor de alimentação fora do lar, esse impacto está bem mapeado. Pesquisa da Abrasel realizada em 2024 mostrou que 43,5% dos empresários ouvidos percebem influência das bets na gestão ou no resultado do estabelecimento. Entre os que identificam esse efeito, os principais reflexos aparecem no comportamento dos funcionários, na frequência de consumidores e no desempenho das vendas.

Quando uma fatia crescente do orçamento doméstico passa a ser drenada pelas apostas, a alimentação fora do lar tende a perder espaço. Entre os empresários que perceberam impacto das bets na frequência dos clientes, 62,1% relataram queda. No gasto individual, 62,2% também apontaram redução.

Os dados apontam uma relação entre o avanço das apostas e a retração do consumo no setor. Entre os empresários do setor, 86,2% disseram enxergar relação



direta entre os hábitos de aposta dos consumidores e a perda de movimento nos estabelecimentos.

PRESSÃO TAMBÉM CHEGA AO AMBIENTE DE TRABALHO

O impacto das bets, porém, também alcança o cotidiano das equipes. Entre os empresários que identificaram mudanças no comportamento dos funcionários que apostam online, 75,5% citaram aumento do endividamento pessoal e 55,1% registraram aumento dos pedidos de adiantamento salarial.

É nesse ponto que o Desenrola 2.0 ganha relevância adicional para o setor. Ao prever renegociação de dívidas com descontos de 30% a 90%, prazos mais longos para pagamento e bloqueio temporário das apostas para aderentes, o programa pode funcionar como uma tentativa de reorganização financeira para trabalhadores que já dão sinais de renda comprometida.

O novo programa também amplia condições para micro e pequenas empresas, com carência maior para início do pagamento, aumento do prazo máximo de

quitação e expansão do limite de crédito. Eixo de atuação fundamental para bares e restaurantes, visto que 39% das empresas do setor possuem pagamentos em atraso, segundo outra pesquisa recente da Abrasel, feita em abril.

Para Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel, a questão merece atenção justamente porque reúne duas pressões relevantes sobre o setor. De um lado, o dinheiro comprometido com apostas reduz a frequência e o ticket médio do consumidor. De outro, a alta da inadimplência se traduz em efeitos concretos sobre os trabalhadores, como maior endividamento e mais pedidos de adiantamento.

“Os novos levantamentos reforçam que esse é um problema que merece muita atenção. O setor sente isso dos dois lados do balcão: o consumidor sai menos e gasta menos, enquanto cresce a pressão financeira sobre os trabalhadores, com aumento do endividamento e dos pedidos de adiantamento. As ações do governo ganham importância justamente por tentar reorganizar esse cenário, num momento em que as bets já impactam consumo, vendas e rotina de trabalho”, comenta.

Gastos de brasileiros no exterior atingem maior nível em 11 anos e refletem dólar mais barato

Com US\$ 21,7 bilhões movimentados em 2025, avanço ocorre mesmo com alta do IOF e reacende debate sobre consumo e planejamento financeiro



Os gastos de brasileiros no exterior atingiram o maior patamar em mais de uma década e somaram cerca de US\$ 21,7 bilhões (cerca de R\$ 110 bilhões) em 2025, segundo o Banco Central do Brasil. O movimento chama atenção por ocorrer mesmo em um cenário de aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de câmbio, e indica uma combinação de fatores que vai além do simples desejo de viajar.

O cenário cambial ao longo do ano foi um dos principais motores desse avanço. “O principal fator foi o câmbio mais favorável ao longo de 2025, com o dólar fechando o ano em queda de 11,1% frente ao real, o que barateou viagens, compras e serviços no exterior para o brasileiro”, explica o assessor de investimentos da WFlow, Claudiner Sanches Junior.

A valorização do real influenciou diretamente o comportamento de consumo. “Quando o dólar cai, o gasto em

moeda estrangeira pesa menos no orçamento e isso estimula tanto viagens quanto compras no exterior. No caso de 2025, a moeda americana ficou bem mais barata do que no começo do ano, e isso tende a ampliar a percepção de que ‘vale a pena aproveitar’ a oportunidade”, continua o especialista.

Apesar do crescimento, o dado não indica necessariamente uma melhora estrutural da renda. “O que ele mostra com mais segurança é que houve mais disposição para gastar fora do país, favorecida pelo dólar mais baixo e pela retomada das viagens”, avalia Sanches Junior.

IMPACTO NA ECONOMIA

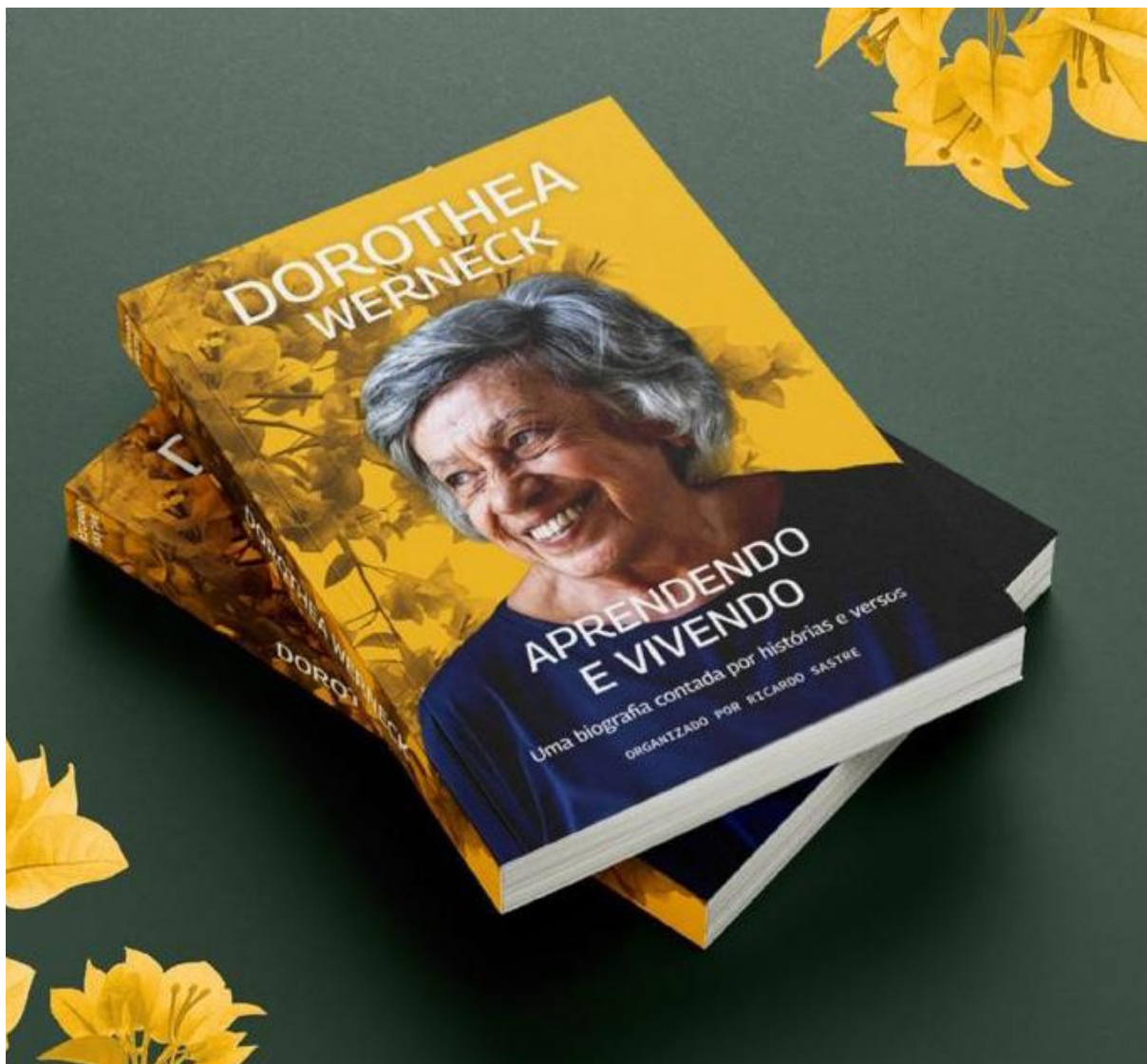
O aumento dos gastos no exterior também tem reflexos diretos na economia brasileira, especialmente nas contas externas. “O impacto principal é a maior saída de dólares via conta de viagens internacionais, que fechou 2025 com déficit de US\$ 13,850

bilhões (cerca de R\$ 70 bilhões), resultado de despesas de brasileiros no exterior de US\$ 21,715 bilhões e receitas de estrangeiros no Brasil de US\$ 7,865 bilhões (aproximadamente R\$ 40 bilhões)”, explica o assessor de investimentos.

Do ponto de vista individual, o especialista reforça a importância do planejamento. “Esse tipo de gasto faz sentido quando ele cabe no orçamento sem gerar dívida e sem comprometer reservas para emergências. Na prática, antes de viajar ou gastar fora do país, o ideal é definir teto de gasto, considerar câmbio, IOF, tarifas e eventuais oscilações da moeda para evitar que uma experiência positiva vire aperto financeiro depois.”

Ou seja, em um cenário de maior acesso ao consumo internacional, o desafio passa a ser equilibrar oportunidade e planejamento para que o câmbio favorável não se transforme em desequilíbrio financeiro no retorno.

Ex-Ministra Dorothea Werneck lança biografia que relata sua trajetória no setor público no Brasil



A ex-ministra Dorothea Werneck lança, no próximo dia 10/6 (quarta-feira), “Aprendendo e Vivendo: Uma Biografia Contada por Histórias e Versos”, obra que resgata sua trajetória pública desde 1975 até 2026. O evento ocorrerá às 10 horas, no Museu Abílio Barreto, no bairro Cidade Jardim.

O livro amplia sua publicação esgotada de 1990 e traz bastidores de sua atuação como Ministra do Trabalho, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e presidente da Apex.

Dividida em 50 capítulos, a obra vai além do relato institucional para

focar nos desafios humanos da vida pública — incluindo o impacto na família — e no processo real de tomada de decisões do Estado. A autora está disponível para entrevistas para debater as lições de seus mais de 50 anos de experiência e os bastidores da formulação de políticas públicas no país.

Ouro delivery já movimentava tíquete médio de R\$ 39 mil no Brasil

Com 1.837 compradores online por mês e economia estimada de R\$249 mil em frete, entrega de ouro físico ganha espaço no Brasil ao transformar logística, segurança e conveniência em parte da decisão de investimento

O investidor brasileiro voltou a olhar para o ouro como proteção em meio à volatilidade dos juros, à incerteza fiscal e ao aumento da aversão ao risco, mas o acesso ao metal físico ainda esbarra em barreiras pouco discutidas, como deslocamento, custo de entrega, segurança logística, rastreabilidade e dúvida sobre procedência. Embora fundos, ETFs e contratos negociados em Bolsa tenham ampliado a exposição ao ouro, a posse física segue mais restrita, justamente por exigir uma operação mais cuidadosa do que uma aplicação financeira tradicional. No mercado global, esse interesse ganhou força, a demanda total por ouro superou 5.000 toneladas em 2025, impulsionada por bancos centrais, ETFs, barras e moedas. No Brasil, a discussão começa a sair apenas do preço do metal e passa a envolver acesso, conveniência e segurança para quem quer ter ouro físico em mãos.

É nesse cenário que a Ourominas passou a apostar na entrega de ouro físico ao investidor, aproximando o metal de uma jornada mais digital e reduzindo parte das barreiras operacionais que historicamente afastavam pessoas físicas da compra direta. Dados da empresa mostram que 1.837 clientes compram ouro físico pela internet por mês, com ticket médio de R\$ 39.366,58, equivalente a 48,90 gramas por operação. Com frete médio de R\$ 135,66, a gratuidade representa uma economia mensal estimada de R\$ 249 mil para a base de compradores online. O ouro não



fica mais barato em sua cotação, que segue vinculada ao preço do metal, mas o custo total da operação pode cair quando o investidor deixa de pagar pelo envio, especialmente em compras nas quais a logística pesa na decisão final.

“O investidor brasileiro está mais atento à diversificação e quer entender melhor o papel do ouro dentro da carteira. A entrega física atende um perfil que não busca apenas exposição ao preço do metal, mas também posse, segurança patrimonial e independência em relação aos canais tradicionais. O ponto central é fazer isso com procedência, documentação e transporte adequado, porque ouro físico não pode ser tratado como uma compra comum de internet. A digitalização facilita o acesso, mas a confiança vem da transparência da operação, da emissão correta da nota fiscal e da clareza sobre custódia, re-

venda e liquidez”, afirma Olivia Goldstein, CFO da Ourominas.

A mudança também expõe uma diferença importante entre investir em ouro por meio de instrumentos financeiros e comprar o metal físico. Na B3, por exemplo, a retirada física está associada a barras inteiras de 250 gramas, com procedimento específico junto ao Banco do Brasil, o que mostra que o acesso direto ao metal ainda tem etapas formais e restrições operacionais no mercado tradicional. Fora da Bolsa, empresas especializadas buscam atender uma demanda diferente, de investidores que desejam comprar quantidades menores, receber o ouro em endereço indicado e manter o ativo sob custódia própria. Nesse avanço, a logística deixa de ser apenas uma etapa da compra e passa a fazer parte da própria disputa por acesso, segurança e confiança no mercado de ouro físico.

Mais de 500 investidores preparam ação contra Portugal

Investidores do Golden Visa acusam quebra de confiança após mudanças nas regras de nacionalidade e elevam tensão jurídica internacional



Centenas de investidores estrangeiros que aderiram ao programa Golden Visa — modalidade de residência por investimento criada por Portugal para atrair capital estrangeiro e que envolve aportes a partir de 250 mil euros, frequentemente superiores a 500 mil euros — começaram a se organizar para avançar judicialmente contra o Estado português, em um movimento que pode se transformar em uma das maiores disputas jurídicas internacionais já enfrentadas pelo país na área migratória e de atração de investimento estrangeiro.

Mais de 500 detentores de vistos gold, em sua maioria cidadãos norte-americanos, já articulam uma ação judicial coletiva contra o Estado português após as recentes alterações na Lei da Nacionalidade.

Os investidores alegam que organizaram patrimônio, empresas, investimentos imobiliários e planejamento familiar com base nas regras anteriormente promovidas pelo próprio Estado português. Com a nova legislação, afirmam ter sido surpreendidos por uma mudança que altera expectativas construídas ao longo de anos.

INVESTIDORES FALAM EM QUEBRA DE CONFIANÇA

O novo cenário ganhou força após a promulgação, no último dia 3 de maio, das alterações na Lei da Nacionalidade portuguesa, que aumentaram os prazos necessários para obtenção da cidadania em determinados casos.

Para o advogado licenciado em Portugal e professor de pós-graduação de direito migratório, Dr. Wilson Bicalho, o centro da discussão ultrapassa o debate migratório tradicional.

“O conflito atual não nasce apenas da alteração legislativa em si. A questão principal é a percepção de mudança das regras no meio do jogo. E, em ambiente internacional, especialmente junto de investidores norte-americanos, isso possui um peso muito maior do que muitas vezes se imagina internamente”, afirma.

Segundo o especialista, o caso começa a assumir contornos muito mais amplos do que uma discussão sobre vistos ou nacionalidade.

“Dependendo da dimensão e da estratégia adotada por esses grupos, Portugal poderá enfrentar anos de disputas judiciais, pressão midiática internacional e um desgaste reputacional que pode custar muito caro não apenas financeiramente, mas sobretudo no nível da confiança internacional no país”, avalia.

PORTUGAL VENDIA ESTABILIDADE JURÍDICA

Criado como mecanismo de atração de capital estrangeiro, o Golden Visa português foi promovido internacionalmente durante anos como um dos caminhos mais estáveis da Europa para residência e eventual acesso à nacionalidade.

Milhares de investidores estrangeiros aderiram ao programa com base nessa percepção de previsibilidade institucional.

“Portugal, ao longo da última década, apresentou-se ao mundo como um dos destinos mais seguros e previsíveis para investimento migratório na Europa. Milhares de investidores acreditaram nessa narrativa institucional. Organizaram patrimônios, transferiram recursos, compraram imóveis, investiram em fundos e planejaram o futuro das suas famílias com base numa expectativa de estabilidade criada pelo próprio Estado”, explica Dr. Wilson Bicalho.



SEGURANÇA JURÍDICA VIRA PONTO CENTRAL

O caso levanta uma discussão sensível sobre proteção da confiança legítima, previsibilidade regulatória e segurança jurídica em programas de residência por investimento.

“Existe uma diferença importante entre o poder de mudar regras e a responsabilidade institucional sobre a forma como essas mudanças são conduzidas. Segurança jurídica não é apenas cumprir leis. É também garantir previsibilidade, estabilidade e confiança institucional ao longo do tempo”, afirma Dr. Wilson Bicalho.

O advogado ressalta que o debate ganha dimensão ainda maior diante da forte cultura litigiosa existente nos Estados Unidos.

“Os Estados Unidos possuem uma cultura jurídica extremamente agressiva na defesa de direitos patrimoniais e expectativas legítimas. Quando se soma isso a investidores altamente capitalizados, assessorias jurídicas internacionais e grupos organizados, o cenário ganha outra dimensão”, diz.

RISCO DE DESGASTE INTERNACIONAL

Embora os fenômenos sejam distintos, Dr. Wilson Bicalho vê um paralelo indireto entre o atual cenário

português e outros momentos em que mudanças políticas profundas afetaram expectativas previamente consolidadas, como ocorreu no ambiente posterior ao Brexit.

“Mudanças políticas profundas podem gerar insegurança sobre expectativas previamente consolidadas. E quando isso acontece, os efeitos ultrapassam o debate jurídico. Afetam decisões econômicas, confiança internacional e posicionamento estratégico do país perante o mundo”, afirma.

Apesar das críticas, o especialista ressalta que muitos investidores continuam interessados em Portugal.

“O sentimento predominante não parece ser de rejeição ao país, mas sim de frustração com a sensação de alteração de compromissos institucionais no decorrer do percurso já iniciado”, avalia.

DEBATE PODE CHEGAR AOS TRIBUNAIS EUROPEUS

Segundo a imprensa portuguesa, parte dos investidores pretende esgotar o sistema jurídico português antes de avaliar eventuais medidas em instâncias europeias.

Para Dr. Wilson Bicalho, o conjunto desses episódios revela uma tensão crescente entre soberania legislativa e proteção da confiança legítima.

Genéricos se consolidam como pilares do acesso à saúde e da sustentabilidade do varejo farmacêutico

Expansão da categoria reforça papel estratégico da distribuição farmacêutica no abastecimento do pequeno e médio varejo em todo o País



Os medicamentos genéricos seguem ampliando sua relevância dentro da cadeia farmacêutica brasileira e já representam cerca de 40% das vendas do varejo farmacêutico nacional. Mais do que uma alternativa de menor custo, a categoria consolidou-se ao longo das últimas décadas como um dos principais pilares de acesso da população aos tratamentos médicos, impulsionando a sustentabilidade financeira das farmácias e fortalecendo a assistência farmacêutica no País.

Dados da Associação Brasileira de Distribuição e Logística de Produtos Farmacêuticos (Abradilan), com base em informações da IQVIA e da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), mostram que, somente no canal distribuidor ligado à entidade, os genéricos já respondem por 41,1% do faturamento e 45,7% do volume de unidades comercializadas.

Criados oficialmente no Brasil por meio da Lei nº 9.787/1999, os

medicamentos genéricos passaram a exigir rigorosos testes de bioequivalência e biodisponibilidade, garantindo equivalência terapêutica em relação aos medicamentos de referência. Desde então, a categoria ganhou relevância crescente no varejo farmacêutico, especialmente em tratamentos contínuos relacionados à hipertensão, diabetes, colesterol elevado e doenças cardiovasculares.

Os genéricos transformaram a relação da população brasileira com

o cuidado contínuo da saúde. “A principal transformação promovida pelos genéricos foi permitir que milhões de brasileiros passassem a ter acesso regular a medicamentos de qualidade por um custo significativamente menor”, afirma Vinícius Dall’Ovo, diretor executivo da Abradilan.

Segundo a PróGenéricos, os medicamentos genéricos possuem preços, no mínimo, 35% inferiores aos medicamentos de referência, contribuindo diretamente para ampliar a adesão aos tratamentos e reduzir o abandono terapêutico por questões financeiras.

Além do impacto social, a categoria também se tornou indispensável para o equilíbrio operacional do varejo farmacêutico, especialmente entre farmácias independentes, associativistas e de vizinhança. “Os genéricos são hoje um dos principais motores de fluxo, fidelização e geração de caixa do varejo farmacêutico, principalmente para pequenas e médias farmácias”, destaca Vinícius Dall’Ovo.

De acordo com a Abradilan, a forte concentração da categoria em medicamentos de uso contínuo faz com que os genéricos gerem compras recorrentes e previsibilidade operacional para os estabelecimentos. “Os genéricos são hoje os principais indutores de sustentabilidade financeira e geração de tráfego do pequeno e médio varejo farmacêutico, e como representam 45,7% das unidades comercializadas pela Abradilan e estão fortemente concentrados em tratamentos contínuos, eles garantem fluxo constante de clientes e estabilidade de caixa para as farmácias”, explica o executivo.

A entidade ressalta, ainda, que a distribuição farmacêutica exerce papel decisivo nesse cenário ao garantir abastecimento competitivo e presença regionalizada em praticamente todo o território nacional. Atualmente, a Abradilan possui cobertura de 97,1% do mercado de associações e

franquias e 86,9% das farmácias independentes brasileiras. “Enquanto as grandes redes negociam diretamente com a indústria farmacêutica, as farmácias independentes e associativistas dependem diretamente da distribuição para acessar o mercado de genéricos de forma competitiva”, pontua Dall’Ovo.

Outro fator apontado como determinante para o avanço da categoria no ponto de venda é a atuação do farmacêutico. A orientação profissional contribui diretamente para ampliar a confiança do consumidor na eficácia e segurança dos genéricos. “O farmacêutico exerce papel fundamental na desmistificação das dúvidas do paciente sobre eficácia e segurança dos genéricos. Além disso, ajuda o consumidor a compreender o benefício econômico da categoria”, afirma Dall’Ovo.

Atualmente, cerca de 90% das doenças conhecidas já contam com opções terapêuticas em medicamentos genéricos no Brasil. O segmento mantém trajetória consistente de crescimento e movimentou bilhões de unidades anualmente. Somente em 2025, foram comercializadas mais de 2,36 bilhões de unidades no País, representando crescimento de 8,33% sobre o ano anterior. Já no primeiro trimestre de 2026, os genéricos geraram economia de R\$ 14,6 bilhões para os consumidores brasileiros.

Segundo Tiago de Moraes Vicente, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), a expansão da categoria acompanha mudanças estruturais importantes no perfil de consumo da população brasileira e no próprio mercado farmacêutico. “Somente entre janeiro e março deste ano, o mercado concentrou grande parte de suas vendas em medicamentos voltados ao tratamento de doenças crônicas e de alta prevalência na população brasileira, especialmente

hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares”, afirma.

O executivo ressalta ainda que o crescimento do segmento reflete um amadurecimento do mercado e da percepção dos consumidores sobre qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos intercambiáveis. “Os números mostram que os genéricos deixaram de ser apenas uma alternativa de preço para se consolidarem como um dos pilares da assistência farmacêutica no Brasil. Estamos falando de um setor que alia acesso, desenvolvimento industrial, inovação e impacto social direto na vida das pessoas”, destaca.

Entre os princípios ativos mais comercializados atualmente estão losartana potássica, dipirona sódica, hidroclorotiazida, tadalafila e nimesulida, além de medicamentos como enalapril, sinvastatina, rosuvastatina, anlodipino e metformina, reforçando o protagonismo dos genéricos no tratamento de doenças crônicas e de alta prevalência na população brasileira.

A Abradilan destaca ainda que a evolução da categoria acompanha investimentos contínuos da indústria farmacêutica instalada no Brasil em pesquisa, inovação e ampliação de portfólio. A expectativa do setor é de continuidade do crescimento nos próximos anos, impulsionado pelo avanço dos medicamentos biossimilares e de genéricos de maior complexidade tecnológica.

As projeções da PróGenéricos indicam que os medicamentos genéricos deverão alcançar 45,12% de participação no mercado farmacêutico brasileiro até 2030, com economia acumulada superior a R\$ 630 bilhões para a população brasileira ao longo da década. Para a entidade, o cenário reforça que os genéricos deixaram definitivamente de ser apenas uma opção econômica para se tornarem um dos principais motores de acesso, competitividade e sustentabilidade do sistema farmacêutico nacional.

BYD e Porto Seguro lançam campanha de seguro fixo para todos os modelos da família Dolphin

Parceria oferece o benefício para veículos 0 km

Modelo			
BYD DOLPHIN MINI	BYD DOLPHIN	BYD DOLPHIN PLUS	BYD DOLPHIN SE

A BYD do Brasil, líder global de carros elétricos, e a Porto Seguro, líder nacional de seguros auto, reforçam sua parceria estratégica, estabelecida desde 2023, em uma nova campanha com condições diferenciadas de proteção para todos os modelos da família Dolphin.

A campanha é válida para veículos 0 km e abrange os modelos

BYD Dolphin Mini, BYD Dolphin, BYD Dolphin SE e BYD Dolphin Plus, com uma taxa fixa exclusiva para as propostas feitas até 30 de julho de 2026. O benefício está disponível para pessoas físicas e CNPJ em todo o território nacional (exceto o estado do Rio de Janeiro). A validade da apólice é de 12 meses.

“Acabamos de divulgar um ex-

celente resultado em abril, mais um mês em que lideramos as vendas no varejo impulsionados pelo BYD Dolphin Mini, modelo que está transformando a história do segmento automotivo. Trabalhamos intensamente para oferecer aos nossos clientes as melhores condições de compra para a concretização do negócio. Pensando em benefícios de longo prazo, desenvolvemos com a



A BYD é vencedora do 31º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais, cuja solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho, nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte – Minas.

A BYD é líder global na produção de veículos elétricos e híbridos plug-in. Com mais de 10 anos de atuação no Brasil, mantém fábricas de módulos fotovoltaicos e chassis de ônibus elétricos em Campinas (SP), baterias em Manaus (AM) e veículos de passeio eletrificados em Camaçari (BA). A empresa também atua em sistemas de armazenamento de energia e em soluções de transporte sobre trilhos, sendo responsável pelo desenvolvimento do monotrilho da Linha 17–Ouro do Metrô, em São Paulo. Em 2025, a BYD ultrapassou a marca de 207 mil veículos em circulação no país, consolidando seu papel como protagonista da transição energética e avançando em sua missão global de contribuir para a redução de 1°C na temperatura do planeta.

Porto uma condição de Seguro Porto a um custo fixo exclusivo para que os proprietários desses modelos tenham seu bem protegido com a seguradora auto top of mind no país”, afirma Alexandre Baldy, vice-presidente sênior da BYD do Brasil e head de marketing e comercial da BYD Auto.

Todas as condições podem ser consultadas nas regras da campanha. O uso do veículo deve ser estritamente particular. As duas companhias já estudam anunciar em breve uma linha de seguros específica para motoristas de aplicativo.

“A parceria com a BYD, construída ao longo dos últimos anos, reforça o compromisso da Porto Seguro em oferecer soluções que acompanham as novas demandas dos consumidores e a evolução da mobilidade no Brasil. Com essa campanha, queremos tornar a contratação do seguro ainda mais simples para os clientes da linha Dolphin e também mais uma opção de vendas para os nossos corretores parceiros, garantindo proteção adequada e o cuidado que a Porto Seguro busca entregar em cada etapa”, afirma Jaime Soares, diretor executivo Auto da Porto Seguro.

No caso de quem já tem um seguro ativo e deseja apenas substituir o veículo atual por um novo modelo da linha Dolphin, será necessária a emissão de uma nova cotação para garantir a aplicação da taxa fixa.

O pagamento do seguro é de responsabilidade direta do cliente. As opções começam com a possibilidade de parcelamento em 12x sem juros via cartão Porto Bank ou débito em conta corrente, boleto bancário e cartões de crédito de todas as bandeiras. A contratação de coberturas extras ou cláusulas adicionais pode influenciar o valor final da taxa.

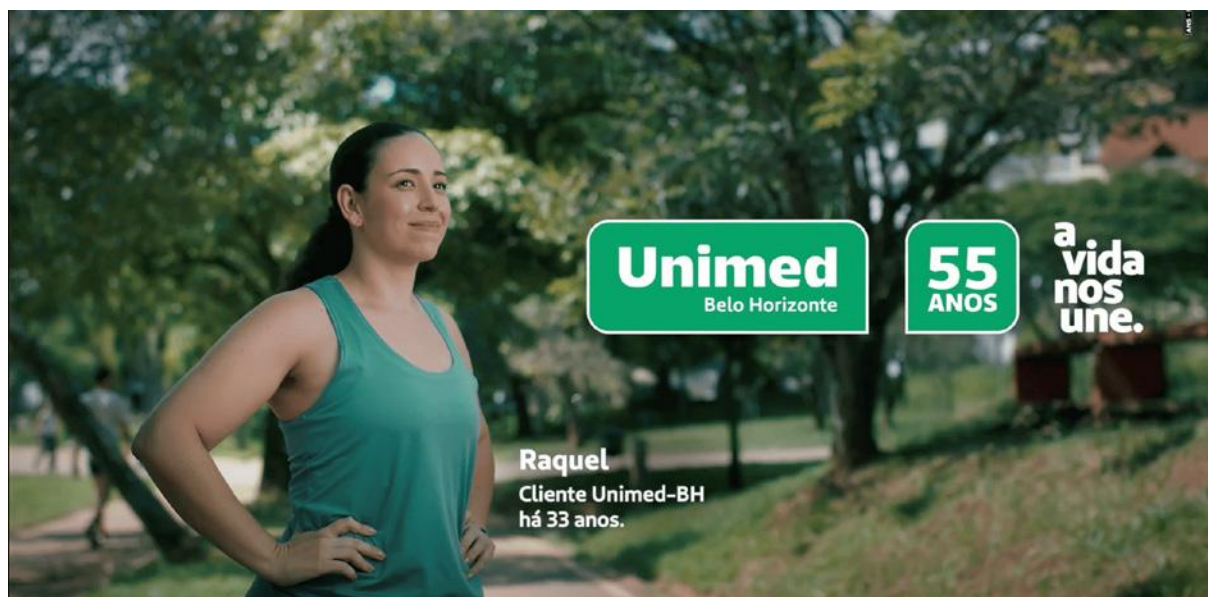


A Porto é vencedora do 31º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais, cuja solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho, nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte – Minas.

A Porto é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com 80 anos de mercado, a companhia possui quatro unidades de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço. Além de 18,6 milhões de clientes únicos, 13,8 mil funcionários, 12,6 mil prestadores e 47,9 mil corretores independentes, a empresa conta ainda com sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Fazem parte do universo Porto: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência, Porto Seguro Uruguay entre outras. Em 2025, a companhia apresentou R\$ 41 bilhões de receita e lucro líquido de R\$ 3,4 bilhões. O momento é de aceleração do crescimento e expansão de novas frentes de negócio para lançar cada vez mais produtos inovadores e ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.

Unimed-BH celebra 55 anos trazendo histórias reais de superação vividas por seus clientes

Campanha criada pela Lápis Raro coloca o cuidado no centro da comunicação para valorizar a parceria da empresa em cada momento da vida dos consumidores



A Unimed-BH completa 55 anos e, para traduzir a relevância da empresa na vida das pessoas, a agência Lápis Raro lança uma campanha com histórias reais vividas pela marca ao lado de seus clientes, dando foco a situações e momentos que mostram as parcerias durante essa trajetória de mais de cinco décadas.

A campanha coloca o cuidado no centro da mensagem, mostrando como o zelo é transformador e que os momentos de superação e vitória têm o poder de estreitar laços e construir confiança. Com o mote “Para a Unimed-BH, a parte mais valiosa de fazer 55 anos não são os 55 anos. É poder estar ao lado de cada cliente nas fases mais significativas de suas vidas”, a campanha valoriza o tempo vivido ao lado de cada um de seus clientes, especialmente nos momentos em que eles mais precisam.

Com as histórias de clientes como Kenji, Raquel e Giovanna, as peças reforçam que o aniversário é momento de celebrar as experiências e as conquistas das pessoas. E assim, surge uma nova forma de contar o tempo: o tempo feito de cuidado, de vitórias e de presença.

“Temos histórias reais e emocionantes para contar, vividas ao longo desses 55 anos. Em um contexto dominado pela IA, nossa campanha valoriza a experiência humana, a presença e a confiança como diferenciais reais que só uma cooperativa com a solidez da Unimed-BH consegue mostrar”, comenta Cris Cortez, CCO da Lápis Raro.

A campanha veicula nos meses de maio e junho, com uma estratégia de mídia integrada que combina TV, cinema, rádios, OOH, aeroporto, mídia digital e redes sociais.



A UNIMED-BH é vencedora do 31º Prêmio Top of Mind – Mercado-Comum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais, cuja solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho, nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte – Minas.

Supermercados precisam disputar hábito, não apenas preço

Com consumidores expostos a múltiplas escolhas, compras pulverizadas e margens pressionadas, loyalty ganha papel estratégico no varejo, aponta TCC

Durante muito tempo, fidelidade no varejo significava melhor equação tempo e valor. Se antes proximidade e conveniência eram suficientes para manter a recorrência do consumidor, hoje o cenário é marcado por compras fragmentadas, múltiplos canais e decisões cada vez mais oportunistas. Segundo a edição do State of Grocery, da McKinsey em parceria com a Kantar, em 2025, metade dos consumidores navegou em mais de oito diferentes canais de compra, dois canais a mais que em 2024.

Com a inflação persistente, endividamento alto, pressão sobre o orçamento doméstico e um consumidor hiperconectado, as compras se tornaram fragmentadas. Hoje, o mesmo cliente abastece itens básicos em um atacarejo, compra indulgências em mercados premium, aproveita promoções em aplicativos e completa a jornada em lojas de conveniência ou plataformas digitais. A disputa deixou de ser apenas por preço e passou a ser por relevância recorrente.

É nesse cenário que os programas de loyalty reforçam uma nova função estratégica. Mais do que distribuir pontos ou descontos, passam a operar como instrumentos de retenção, inteligência de consumo e proteção de margem. “O consumidor está menos fiel e mais previsível. A fidelidade hoje não é exclusividade, é preferência recorrente dentro de uma rotina pulverizada”, afirma Andrea Sylos, Diretora Geral da TCC Brasil. Segundo a executiva, muitos supermercados ainda tratam loyalty como uma extensão promocional, quando deveriam enxergar essas iniciativas como plataformas de relacionamento e inteligência comercial.

“O erro é acreditar que cashback isolado fideliza. O consumidor atual não cria vínculo com desconto. Ele cria vínculo com conveniência, reconhecimento e percepção de vantagem contínua”, diz Andrea.



Para a TCC, o desafio atual do varejo alimentar não é apenas aumentar fluxo, mas conectar e ganhar frequência dentro de um orçamento cada vez mais dividido entre diferentes canais e bandeiras.

A crescente pressão sobre margens também mudou a lógica financeira dos programas de fidelização. Em vez de custo adicional, eles passam a funcionar como mecanismos de eficiência operacional. “Quando bem estruturado, loyalty reduz dependência de promoções massivas, melhora recorrência e aumenta o ticket por meio de personalização. É uma ferramenta de rentabilidade, não apenas de retenção”, afirma Andrea.

Nesse contexto, dados comportamentais ganham protagonismo. O supermercado deixa de operar apenas olhando categorias e passa a compreender padrões de compra, elasticidade promocional e jornadas individuais. “Os varejistas têm uma riqueza de dados enorme, mas muitos ainda usam essas informações de forma mais superficial. O consumidor já espera ofertas que façam sentido dentro da sua rotina. Ele quer sentir que aquela oferta conversa com a rotina dele”, explica. Segundo a executiva, os programas mais eficientes atualmente são aqueles que conseguem combinar simplicidade

operacional com inteligência personalizada, evitando mecânicas complexas ou excesso de comunicação promocional.

Para a TCC, modelos tradicionais como cashback, pontos e clubes de desconto continuam relevantes, mas perderam força quando utilizados de maneira isolada. “O que mudou foi a expectativa do consumidor. Antes, o benefício financeiro era suficiente. Hoje, ele precisa vir acompanhado de fluidez, personalização e percepção de utilidade imediata”, afirma Andrea.

A executiva destaca que os programas mais eficientes no varejo alimentar são aqueles que conseguem gerar pequenos estímulos contínuos de recorrência, criando sensação de progressão e recompensa no cotidiano. “Fidelização não acontece em grandes gestos. Ela acontece na repetição. É quase uma construção silenciosa de hábito”, diz.

“A grande armadilha é medir apenas loyalty pelo aumento de clientes cadastrados. O indicador mais importante é mudança de comportamento. O programa aumentou frequência? Expandiu ticket médio e categorias compradas? É isso que importa quando contabilizamos o retorno do investimento”, conclui Andrea.

Vallourec registra alta eficiência operacional no Brasil e sustenta margens globais no primeiro trimestre de 2026

A companhia registrou crescimento de 6% na receita da América do Sul e alcançou margem EBITDA global de 22,6%



A Vallourec - líder mundial em soluções tubulares premium sem costura - anunciou seus resultados financeiros do primeiro trimestre de 2026 (1T 2026). O relatório destaca a solidez das operações brasileiras, que serviram como pilares para a manutenção das margens globais do Grupo.

A companhia reportou uma receita de US\$ 137 milhões no segmen-

to de tubos na América do Sul, um crescimento de 6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Globalmente, o EBITDA consolidado atingiu US\$ 220 milhões, com uma margem EBITDA de 22,6%, superando as projeções iniciais.

Philippe Guillemot, presidente do Conselho e CEO da Vallourec, declarou que a companhia entregou

resultados sólidos - com o EBITDA acima do ponto médio da orientação, apesar de um ambiente desafiador no Oriente Médio - e destacou o foco intenso na execução e gestão de custos, produzindo uma margem de mais de 22%. Ressaltou ainda o recorde de contrato assinado com a Fervo Energy (até \$800 milhões em receita potencial) no setor de Novas Energias (geotermia).

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

EBITDA do Grupo no 1º Trimestre: \$220 milhões ou €187 milhões, acima do ponto médio da orientação (guidance).

Margem EBITDA: Forte de 22,6%, subindo aproximadamente 200 pontos-base sequencialmente.

Geração de Caixa Sólida: \$135 milhões; posição de caixa líquido de \$67 milhões após recompra de \$107 milhões.

Atividade de Clientes: Resiliente nos principais mercados do Oriente Médio, sem cancelamentos; adiamentos seletivos de pedidos e atrasos de envio impactando a cadência de faturamento.

Mercado dos EUA: Níveis de atividade mais altos surgindo, levando ao aumento dos preços de mercado.

Perspectiva 2º Trimestre: EBITDA do Grupo esperado entre \$175 milhões e \$205 milhões.

Retorno aos Acionistas: A Vallourec confirma a intenção de retornar quase €650 milhões aos acionistas até agosto.

DESTAQUES

EBITDA do Grupo: \$220 milhões, estável ano após ano.

EBITDA de Tubos por tonelada: \$724, aumento de 31% ano após ano, refletindo efeitos positivos de preço/mix e excelente adaptação de custos.

EBITDA de Mina e Floresta: \$38 milhões, diminuindo (32%) ano após ano, refletindo menores volumes de minério de ferro e impactos cambiais negativos.

Fluxo de Caixa Livre Ajustado: \$177 milhões; geração de caixa total de



\$135 milhões — auxiliada por cobranças robustas e gestão de inventário.

MUDANÇA NA MOEDA DE RELATO

A Vallourec alterou a moeda de relato das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo do Euro para o Dólar Americano, a partir de 1º de janeiro de 2026. O objetivo é tornar sua informação financeira mais legível, refletindo melhor o desempenho de suas atividades, que são realizadas principalmente em Dólares Americanos. Todas as moedas funcionais permanecem inalteradas.

ANÁLISE POR SEGMENTO (1º TRIMESTRE)

Tubos: Receitas de \$897 milhões (declínio de 7% ano após ano). O EBITDA atingiu \$196 milhões, aumento de 14%.

Mina e Floresta: A produção de minério de ferro vendida totalizou 1,3 milhão de toneladas, queda de 15% ano após ano, impactada por chuvas recordes na região de Minas Gerais durante o trimestre.

O Grupo Vallourec está entre os líderes mundiais em soluções tubulares premium para os mercados de energia e para aplicações industriais exigentes, como poços de petróleo e gás, nas condições mais adversas; usinas de energia de nova geração; projetos arquitetônicos desafiadores; e equipamentos mecânicos de alto desempenho. O espírito pioneiro e a pesquisa e desenvolvimento de ponta da Vallourec abrem novas fronteiras tecnológicas. Com cerca de 12 mil empregados em mais de 20 países, a Vallourec trabalha lado a lado com seus clientes para entregar mais do que apenas tubos: oferece soluções tubulares inovadoras, seguras, competitivas e inteligentes para tornar cada projeto possível. No Brasil, a Vallourec está presente há mais de 70 anos e conta com um processo integrado e autossustentável, onde fabrica as principais matérias-primas para a produção de tubos de aço sem costura de altíssima qualidade. A Empresa abastece importantes setores da economia nacional e internacional, e sua trajetória vem sendo trilhada com cuidado e responsabilidade, sustentada pelos compromissos ESG.

Aquisição de empresa mineira por grupo chinês reforça ambiente de negócios e projeção internacional de Minas

Movimento amplia presença global no setor de cabos elétricos e abre perspectivas para novos investimentos no estado

Minas Gerais avança na atração de investimentos internacionais com a aquisição da fabricante mineira Cabelauto Cabos Elétricos pelo grupo chinês Hengtong, um dos principais players globais do setor de cabos elétricos e soluções em telecomunicações. O anúncio ocorreu em evento realizado nessa quinta-feira (14/5), na sede da Cabelauto, em Itajubá, no Sul de Minas, com a presença de diretores das empresas, clientes, parceiros e autoridades do governo de Minas e municipais.

A operação, formalizada por meio da empresa NP Soluções, amplia a presença do grupo no Brasil e fortalece sua atuação no segmento de cabeamento ao agregar a expertise da unidade instalada no município, que atende aos mercados automotivo e de energia.

O movimento reforça a atratividade de Minas Gerais para investidores estrangeiros, especialmente em setores estratégicos ligados à indústria e à infraestrutura, além de abrir perspectivas para novos aportes e expansão das operações no estado.

A chegada do grupo e a concretização da negociação contaram com o acompanhamento do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) e da agência de promoção de investimentos Invest Minas, que atuou no suporte institucional e na interlocução com a empresa.

A secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa



Cerimônia contou com a presença da diretora-presidente da Invest Minas, Milena Pedrosa

da Costa, destaca que a operação reforça a estratégia do estado de atrair capital estrangeiro e fortalecer a indústria mineira.

“O investimento de um grupo global como a Hengtong mostra a confiança no ambiente de negócios de Minas e na qualidade da nossa base industrial. Atuamos para viabilizar essa conexão, que amplia a capacidade produtiva, traz tecnologia e abre novas oportunidades de crescimento e geração de empregos para os mineiros”, afirma.

“Minas Gerais tem se destacado pela capacidade de atrair investimentos internacionais e consolidar parcerias estratégicas com grandes grupos globais. A aquisição da Cabelauto reforça esse cenário e cria oportunidades para o desenvolvimento tecnológico e industrial no estado, além da possibilidade de ampliação nos postos de trabalho”, afirmou a diretora-presidente da

Invest Minas, Milena Pedrosa.

A presença do Grupo Hengtong no Brasil já inclui operações no Sul de Minas, por meio da fabricação de cabos de fibra óptica voltados ao setor de telecomunicações, o que amplia as sinergias industriais e logísticas com a nova aquisição.

O histórico recente da Cabelauto também evidencia o potencial de crescimento da operação em Minas Gerais. Em 2025, a empresa colocou em operação uma nova linha de produção de cabos elétricos de média tensão, com investimentos, inteiramente privados, na casa dos R\$ 30 milhões.

A unidade mineira, que conta com cerca de 300 colaboradores e presença consolidada nos mercados nacional e internacional, passa agora a integrar uma estrutura global, com acesso ampliado à tecnologia, inovação e novos mercados.

Locadoras superam a marca de 1 milhão de automóveis em Minas

Pesquisa da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA) mostra avanço no total de carros pertencentes a locadoras em todo o estado



No último ano, a frota das locadoras mineiras cresceu 4,2%, saindo de 983.817 para 1.025.314 automóveis registrados em nome de empresas que atuam com locação de veículos no estado. A quebra da “barreira do milhão” consta no novo Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos 2026, lançado hoje, 13 de maio, em Belo Horizonte, durante o 12º Workshop Business do Sindicato das Empresas Locadoras de Automóveis do Estado de Minas Gerais.

As estatísticas do setor têm o aval do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e mostram que, no Brasil, a maior parte dos automóveis das locadoras é formada por carros pequenos, que são 35,9% do total. “Em Minas isso também acontece”, diz a diretora executiva da ABLA, Francine Evelyn, que esteve em Belo

Horizonte para apresentar os números. “Aqui, os hatches lideram com 38,6% do total, seguidos pelas SUVs com 19%”.

Ainda conforme a pesquisa da ABLA, 62% da frota das locadoras mineiras está direcionada para atender empresas e órgãos públicos, com o turismo e a locação para motoristas de aplicativos respondendo por 38% dos aluguéis no estado.

No estado, 36,3% dos 1.025.314 automóveis das locadoras têm a marca Fiat, seguida pela Chevrolet (16,8%) e pela Volkswagen (16,6). Além disso, a pesquisa identificou que há 4.251 empresas atuando com locação de veículos em Minas Gerais, sendo 3.202 locadoras de automóveis e mais 1.049 alugando outros meios de transporte (como cami-

nhões, ônibus ou motos).

Nacionalmente, a Fiat é a líder de participação na frota do setor de locação, com 26,6% do total de 1.717.848 carros de locadoras no Brasil.

COMPRAS DE CARROS 0 KM

No Brasil, a ABLA apurou que as empresas de aluguel de carros compraram, ao longo do último ano, 628.970 automóveis. “Em Minas, as locadoras compraram 401.162 unidades durante todo o ano de 2025”, acrescenta Francine Evelyn.

No último ano, a Fiat ficou com o primeiro lugar entre as montadoras que mais venderam carros para locadoras mineiras, com 38,5% do total. A Volkswagen apareceu em seguida, com 16,3%, e a Chevrolet com 15,3%.

Direcional registra crescimento operacional, avanço nas vendas e expansão da receita no primeiro trimestre de 2026

Companhia alcançou R\$ 1,2 bilhão em receita líquida no 1T26, impulsionada pelo avanço das vendas, expansão operacional e forte demanda no Minha Casa, Minha Vida

O Grupo Direcional Engenharia encerrou o primeiro trimestre de 2026 com resultados que consolidam sua trajetória de crescimento e rentabilidade. A companhia reportou um lucro líquido de R\$ 213 milhões, alta de 30% em comparação ao mesmo período do ano anterior, acompanhada por uma histórica eficiência operacional e alta demanda por habitação popular e de média renda.

O EBITDA atingiu R\$ 315 milhões, alta de 47% frente ao 1T25. A margem EBITDA chegou a 27,1%, com expansão de 3,1 pontos percentuais na comparação anual. Já a margem bruta ajustada renovou o recorde histórico da companhia ao atingir 42,9% no período.

O desempenho operacional também manteve ritmo acelerado no trimestre. As vendas líquidas contratadas somaram R\$ 1,6 bilhão em VGV, crescimento de 19% em relação ao 1T25 e o maior volume já registrado pela companhia em um primeiro trimestre na série histórica. A velocidade de vendas (VSO) consolidada alcançou 24%, reforçando a resiliência da demanda em todas as regiões de atuação.

Os lançamentos no trimestre totalizaram R\$ 1 bilhão em VGV, avanço de 12% na comparação anual, mantendo o plano estratégico de expansão da companhia. Considerando os últimos 12 meses, o volume lançado atingiu R\$ 7 bilhões em VGV, um crescimento de 27% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Receita a Apropriar (REF), indicador de rentabilidade futura, alcançou



R\$ 4,1 bilhões, alta de 30% na comparação anual, mantendo margem REF sólida de 44,4%. No aspecto financeiro, a Direcional encerrou o trimestre com posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 2,4 bilhões, crescimento de 49% frente ao 1T25, reforçando sua estrutura de capital e liquidez.

EXPANSÃO DA RIVA INCORPORADORA

A Riva Incorporadora, marca de médio padrão do Grupo Direcional, manteve sua trajetória de crescimento e representou 30% dos lançamentos do trimestre e 38% do estoque total da companhia, com vendas líquidas de R\$ 602 milhões e crescimento de 25% em relação ao 1T25. Para sustentar o pipeline dos próximos anos, a companhia também ampliou seu banco de terrenos, que atingiu R\$ 60 bilhões em VGV potencial, equivalente a cerca de 246 mil unidades.

MUDANÇAS NO MCMV

Segundo a companhia, as melhorias recentes no programa Minha

Casa, Minha Vida (MCMV) e a disciplina rigorosa de custos permitem manter projeções otimistas para o restante de 2026, mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador.

A Direcional Engenharia é uma das maiores construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares, de médio padrão e com atuação em diversas regiões do território nacional. Ao longo de seus 45 anos de fundação, superou a marca de 220 mil unidades entregues e/ou incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução significativa no volume de resíduos em obras se comparado ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na Bolsa de Valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAAA desde 2021, reafirmado em abril de 2025.

SADA Combustíveis projeta crescimento de 20% em volume de distribuição em 2026

Empresa planeja lançar rede própria de postos de combustíveis

Após encerrar 2025 com resultados acima da média do setor, a SADA Combustíveis tem a meta de ampliar seu volume de distribuição em 20% neste ano. Para alavancar essa expansão, a distribuidora de combustíveis do Grupo SADA prepara uma mudança estratégica: o lançamento da própria rede de postos de abastecimento. O projeto marca o amadurecimento do modelo de negócio que, depois de sete anos de operação consolidada no mercado de “bandeira branca”, passará agora a estampar sua marca diretamente em pontos de venda em regiões onde o Grupo SADA atua no país.

“A meta da SADA Combustíveis para este ano é atingir um crescimento de 20% em volume de distribuição. Para sustentar esse avanço, a empresa planeja ampliar sua rede de distribuição”, revela o diretor da SADA Combustíveis, Antônio Carlos Gribel Santos.

No ano passado, a distribuidora registrou crescimento de 11,05% em volume, superando o desempenho do mercado nacional de combustíveis, que cresceu cerca de 5% no mesmo período. O resultado foi impulsionado pela expansão geográfica da empresa, que inaugurou uma base no Porto do Itaquí (MA), fundamental para o atendimento das regiões Nordeste e Norte, além da filial de Maracanaú (CE).

Atualmente, a SADA Combustíveis conta com 12 filiais em atividade e pretende encerrar o ano com 14 unidades ativas. Estão previstas inaugurações em Porto Nacional (TO) e Vila Velha (ES). Segundo Gribel, no horizonte de médio prazo, a empresa



estuda também a entrada nas regiões Sul (Paraná e Santa Catarina) e Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

NOVA ESTRATÉGIA

A rede de postos de combustíveis com a bandeira da SADA Combustíveis não envolverá a aquisição de ativos imobiliários, mas parcerias estratégicas com revendedores. A SADA Combustíveis vai investir na conversão de postos já existentes, que sejam bandeira branca e em novas unidades em fase de construção. Os novos postos vão comercializar o portfólio completo da empresa, que inclui gasolina (comum e aditivada), etanol e diesel (S10 e S500). Segundo Antonio Gribel, a transição para a bandeira própria é um passo natural para garantir a fidelidade do canal de vendas.

“O mercado de bandeira branca é muito pautado pela oportunidade de preço. Com o bandeiramento, criamos um elo de confiança e exclusividade que traz previsibilidade tanto para a distribuidora quanto para o revendedor”, explica o executivo.

O Grupo SADA é composto por mais de 30 empresas de diversos segmentos de mercado, sendo o principal o de logística e transporte de veículos zero-quilômetro, e forma o maior conglomerado desse negócio na América Latina. Sua solidez está alicerçada em uma história que completa 50 anos em 2026 e na visão de um futuro inovador, que transforma e colabora com o desenvolvimento do país.

Presente em mais de 50 cidades em todas as regiões brasileiras, conta também com operações na Argentina e Uruguai. O conglomerado emprega mais de 9 mil pessoas nas áreas de transporte e logística, fundição, produção de etanol e distribuição de combustíveis, componentes automotivos, reflorestamento, comunicação, esporte, terceiro setor, concessionárias de automóveis de passeio e de carga. O Grupo é motivado pela ideia de que sempre é possível ser e fazer melhor por meio da diversificação dos negócios, do empreendedorismo, do investimento em inovação e em ações alinhadas às agendas ASG, a fim de criar um impacto positivo na sociedade como organização.

Menin Company reforça área comercial e acelera estratégia de expansão internacional

Com nova estrutura dedicada aos mercados externo, nacional e brasileiro, empresa amplia presença global e consolida a exportação como um dos principais vetores de crescimento

A Menin Company, holding responsável pelas vinícolas Menin Douro Estates e H.O Horta Osório, avança com sua estratégia de crescimento internacional com a chegada de Pedro Andrade Fonseca como Diretor de Exportação. Com trajetória consolidada no setor de vinhos e experiência em marcas de referência, como a Quinta do Mouchão, o executivo passa a liderar o desenvolvimento e a expansão da presença da empresa nos mercados externos.

A movimentação faz parte de um plano estruturado de investimento na área comercial, com foco na consolidação da atuação internacional da marca e o fortalecimento de sua presença em mercados estratégicos para o vinho.

Essa nova estrutura passa a contar com três diretores com responsabilidades complementares e alinhadas aos objetivos da companhia. A frente da área de exportação, Pedro Andrade Fonseca será responsável pela abertura e pelo desenvolvimento de novos mercados internacionais, com a missão de acelerar a expansão global da marca.

No mercado português, Frederico Monteiro segue na liderança das operações nacionais, em um momento de crescimento consistente e de fortalecimento da presença da Menin Company no país.

Já Eduardo Pires permanece responsável pelo mercado brasileiro, um dos mais relevantes para a empresa. Pela dimensão e pelo potencial estratégico do Brasil, a atuação dedicada e exclusiva reforça a importância do país nos planos de expansão da companhia.

Com esse reforço, a Menin Company consolida uma estrutura comercial orientada para resultados e preparada para responder às exigências de um mercado cada vez mais competitivo, mantendo a



Terroir Menin Douro Estates

exportação como um dos principais motores de crescimento.

“Este reforço da equipe comercial traduz de forma clara nossa ambição de posicionar a Menin Company como uma referência internacional no setor vitivinícola. É uma aposta sustentada por um time experiente e por uma estratégia consistente de expansão global”, afirma Fásia Braga, diretora-geral da Menin Company.

A Menin Company surgiu de um sonho: produzir grandes vinhos do Douro e colocá-los no mundo. Um sonho que se torna realidade em 2018 pelas mãos de Rubens Menin, um dos maiores empresários brasileiros, com um vasto portfólio de negócios, que vai desde banco à maior construtora do continente americano.

A Menin Company é a proprietária dos vinhos Menin Douro Estates, produzidos em Gouvinhães, na região do Cima Corgo, e dos vinhos H.O Horta Osório, provenientes das vinhas na região do Baixo Corgo, em Santa Marta de Penaguião.

A filosofia é a mesma em ambas as marcas e é totalmente reforçada pela visão da diretora geral da empresa, Fásia Braga: produzir vinhos de gama alta, que reflitam

o terroir duriense, privilegiando a qualidade em vez da quantidade. Um trabalho que se tem traduzido em vários prêmios e medalhas atribuídos nos últimos anos em feiras nacionais e internacionais: o vinho Maria Fernanda 2021 foi considerado o melhor tinto por um painel de 14 especialistas da Revista de Vinhos, em 2026. Já o Rubens Menin Very Very Old Port foi distinguido com a pontuação máxima de 100 pontos pela Revista de Vinhos.

Em 2025 destacamos as pontuações dos vinhos do porto da empresa, com 19 pontos em 20 atribuídos por Jancis Robinson ao Porto Branco 50 anos. A estreia nos vinhos do Porto não poderia ter sido mais especial, com o Menin Porto Vintage 2020 a ser o melhor vinho português num dos importantes concursos de vinhos do mundo, o prestigiado International Wine Challenge com 96 pontos, Medalha de Ouro, e os Troféu “Port” e “Vintage Port”.

Anteriormente a Menin Douro Estates foi eleita Produtor do Ano 2023 pela revista Grandes Escolhas; em 2022, Rubens Menin foi considerado Personalidade do Ano no Brasil pela Revista de Vinhos e, também em 2022, o vinho Dona Beatriz 2019 arrecadou o Prêmio de Excelência (Revista de Vinhos).

Rede Mater Dei tem receita líquida recorde de R\$ 575 milhões no primeiro trimestre de 2026

Companhia supera sazonalidade e registra melhores marcas históricas de ticket médio e de EBITDA ajustado



A Rede Mater Dei de Saúde encerrou o primeiro trimestre de 2026 com receita líquida recorde, superando os desafios sazonais característicos do início do ano. A companhia alcançou uma receita líquida de R\$ 575 milhões, com um avanço de 15,1% em relação ao mesmo período do ano passado e um incremento de 2,3% frente ao último trimestre de 2025.

O forte desempenho operacional teve reflexo direto no EBITDA e no Lucro da rede hospitalar. O EBITDA ajustado atingiu R\$130 milhões, o que representa um crescimento de 34,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA se manteve estável em relação ao trimestre passado, em 22,6%, mas com um aumento significativo de 3.3 pp em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Já o lucro líquido ajustado do primeiro trimestre mostrou aumento de 79,8% na comparação anual, para R\$36,3 milhões.

Apesar do calendário adverso com menor número de dias úteis devido ao Carnaval e às férias escolares, a eficiência das operações permitiu à compa-

nhia crescer receita e controlar o custo de pessoal atingindo a marca inédita de 84,3% em sua taxa de ocupação, uma alta de 4,6 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2025. Como consequência, o volume de pacientes-dia subiu 6,1% e o ticket médio por leito utilizado bateu o recorde ao atingir R\$ 2,86 milhões, um aumento de 8,4% contra o ano anterior e 2,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

“O forte desempenho no primeiro trimestre evidencia a maturidade do nosso planejamento e demonstra como conseguimos transformar a excelência operacional em solidez financeira. É exatamente essa força que nos proporciona uma base estrutural robusta para impulsionar nossa estratégia de focar em procedimentos complexos e na Oncologia para conseguirmos ditar um ritmo de expansão ainda mais acelerado para os próximos trimestres”, reforça o CEO da Rede, José Henrique Salvador.

A dívida líquida da companhia manteve-se em R\$800 milhões, mesmo com a amortização de R\$ 24 milhões de financiamento de aquisição de empresa, com

custo de dívida abaixo de CDI e um prazo médio de pagamento acima de 5,2 anos.

A solidez financeira da Rede também foi referendada pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, que reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo “AA+(bra)” da Companhia, com perspectiva Estável. De acordo com a agência, a manutenção da nota de crédito reflete a forte posição competitiva da Mater Dei e a resiliência de sua geração operacional de caixa, atestando a disciplina da gestão na alocação de capital e o controle responsável da alavancagem em meio ao plano de crescimento sustentável da Rede.

“Temos conseguido conciliar a aceleração do crescimento com forte disciplina na alocação de capital, o que tem levado a consecutivos trimestres de geração de caixa, com índices de dívida bem controlados, o que nos faz destacar no mercado”, aponta Rafael Cordeiro, CFO de Mater Dei.

O balanço completo está disponível na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no site de Relações com Investidores da Mater Dei: ri.materdei.com.br.

Localiza e Azul transformam jornada de viagem em experiência de marca com avião envelopado e ativações a bordo

Campanha integrada conecta mobilidade, mídia e turismo para reforçar a presença da Localiza em diferentes momentos da experiência do viajante

Desde o mês de maio, a Localiza inicia uma ação de marca em parceria com a Azul Linhas Aéreas para reforçar sua conexão com o universo das viagens e consolidar seu posicionamento como parceira da jornada completa do viajante. O projeto - idealizado pela Eletromidia - desenvolve uma plataforma de comunicação integrada, conectando diferentes pontos ao longo da experiência do passageiro, desde o momento em que se avista a aeronave até o período a bordo, unindo mobilidade, entretenimento, mídia e conveniência em uma campanha de grande impacto visual e emocional.

A iniciativa contempla uma aeronave temática envelopada com identidade visual da Localiza, anúncios em revista de bordo, vinhetas exibidas nas TVs internas - que são operadas pela Eletromidia -, e ações de encantamento com distribuição de snacks personalizados em voos selecionados. A campanha reforça diferenciais da Localiza, como capilaridade, praticidade e experiência integrada para seus clientes, ampliando sua atuação no território de viagens ao longo de 2026, ano marcado por calendário intenso de feriados e alta expectativa para viagens dentro do País.

“A ideia é mostrar que a Localiza está presente em toda a jornada do viajante, oferecendo conveniência e simplicidade desde o planejamento da viagem até o destino final. Queremos fortalecer ainda mais a nossa conexão com o setor de turismo e ampliar a conexão emocional com o consumidor em momentos relevantes da experiên-



Edu Bitar

cia de viagem”, afirma Elvio Lupo, Diretor Executivo de Aluguel de Carros da Localiza&Co.

O turismo doméstico brasileiro atingiu um marco histórico em 2025, com mais de 103 milhões de passageiros em voos nacionais pela primeira vez, segundo dados do Ministério do Turismo. O cenário reforça a força do setor no país, que segue em crescimento: de acordo com a Tourism Economics, o Brasil deve alcançar cerca de 868 milhões de pernoites domésticos em 2026.

A aeronave do modelo A320 conta com tematização exclusiva, tornando-se um ativo de experiência de marca tanto nos aeroportos quanto em rotas por todo o país durante os próximos seis meses. O avião adesivado começa a operar em maio e seguirá voando até novembro em diferentes rotas da com-

panhia aérea, ampliando a visibilidade da marca em aeroportos e destinos estratégicos para o turismo nacional.

As vinhetas exibidas nas TVs exploram dois diferenciais centrais da Localiza. A primeira apresenta o Fast Retirada Digital, funcionalidade que permite ao cliente abrir o carro diretamente pelo aplicativo, eliminando filas e simplificando toda a jornada, da reserva à entrega das chaves. O outro filme utiliza a temática do futebol, mostrando como a marca simplifica o deslocamento do torcedor para que ele possa viver cada partida e cada experiência memorável sem complicações no caminho.

“Essa ação reforça nossa capacidade de integrar jornadas e criar pontos de contato valiosos com o consumidor. Ao unir a força dessas três marcas, conseguimos oferecer uma platafor-



ma de comunicação completa que acompanha o passageiro em todos os momentos da sua viagem. O objetivo é transformar a jornada de voo em um ecossistema de mídia interativo e personalizado, utilizando inteligência aplicada à criatividade e dados em tempo real para criar formatos inovadores que conectem as marcas aos passageiros de forma única e conectada”, afirma Fernanda Federico, diretora regional comercial da Eletromidia.

“Essa parceria conecta marcas que fazem parte da rotina e das viagens dos brasileiros, criando uma experiência integrada ao longo de toda a jornada do Cliente. Em um momento especial para o esporte brasileiro e com a Azul como patrocinadora oficial das Seleções Brasileiras de Futebol, conseguimos transformar o ambiente de bordo em um espaço de conexão, entretenimento e pertencimento. Mais do que comunicar, queremos gerar identificação e tornar cada viagem ainda mais memorável para quem escolhe voar com a Azul”, afirma Ricardo Andrez, diretor de Marketing da Azul.

A parceria entre Azul e Eletromidia, estabelecida em 2025, utiliza o potencial de 15 mil telas instaladas em 200 aeronaves, abrangendo 150 cidades no Brasil e sete destinos internacionais. Mais do que a simples comercialização de espaços, a união traz o compromisso estratégico de desenvolver novas experiências de marca a bordo.



A Localiza é vencedora do 31º Prêmio Top of Mind - MercadoComum - Marcas de Sucesso - Minas Gerais, cuja solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho, nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte - Minas.

Fundada em 1973, a Localiza&Co é uma das maiores plataformas de soluções de mobilidade da América Latina, com atuação consistente na geração de valor. Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou crescimento sólido em receita e lucro líquido, reforçando sua posição de liderança no mercado. Pioneira no uso de tecnologia para oferecer experiências inovadoras, a Localiza&Co disponibiliza soluções completas para pessoas e empresas. Em 2025, mais de 1 milhão de clientes realizaram a retirada de veículos de forma 100% digital

por meio do Fast Retirada Digital. Além disso, a empresa oferece a solução de carro por assinatura, atendendo mais de 65 mil assinantes, com o app mais completo do setor.

Com uma das maiores frotas conectadas do mundo, a Localiza&Co proporciona até 30% de redução de custos para clientes que terceirizam a gestão de frota corporativa. Reconhecida como uma das 10 marcas mais valiosas do Brasil e entre as 10 melhores empresas para se trabalhar, a Companhia se destaca pelo alto nível de encantamento dos clientes, evidenciado por prêmios como Reclame Aqui e outras certificações de qualidade.

A Eletromidia alcança mensalmente cerca de 60 milhões de pessoas através de mais de 90 mil pontos de contato, dos quais 70 mil são ativos digitais — o maior inventário digital do país. Levamos conteúdo, serviços e experiências com o propósito de gerar impacto positivo na sociedade por meio da transformação das cidades. Somos a única companhia do setor com atuação em seis verticais do out-of-home — ruas, edifícios, shoppings, aeroportos, transportes e, mais recentemente, graças à parceria com a Azul Linhas Aéreas, mídia de bordo — presente nos 11 maiores mercados do Brasil. Somos uma empresa do Grupo Globo, ampliando nossa capacidade de inovar e transformar o ecossistema publicitário.

A Azul S.A. (B3: AZUL3; OTC: AZLUY), companhia aérea oficial das Seleções Brasileiras de Futebol e a maior do Brasil em número de cidades atendidas e de rotas domésticas diretas, oferece mais de 800 voos diários para 137 destinos, em mais de 230 voos nacionais sem paradas. Com uma frota operacional de cerca de 180 aeronaves e mais de 15 mil tripulantes, a Azul foi eleita pela Cirium (empresa líder em análise de dados de aviação) como a 4ª companhia aérea mais pontual do mundo e da América Latina em 2025, sendo a melhor brasileira no ranking global. Para mais informações, acesse o site da Azul.

Wine Expo BH 2026 consolida Minas Gerais como hub global do mercado de vinhos e negócios internacionais

Após o sucesso expressivo de sua estreia em 2025, que reuniu mais de 50 expositores e atraiu um público qualificado de 2.000 visitantes, a Wine Expo BH retorna para sua 2ª edição nos dias 29 e 30 de julho de 2026. Ocupando o Minascentro, o evento se firma como a feira de negócios mais importante do setor vitivinícola em Minas Gerais.

Com foco estritamente B2B (Business to Business), a feira é o ponto de encontro estratégico para compradores, gestores, chefs e sommeliers de supermercados, hotéis e restaurantes. O objetivo central é fomentar um ecossistema de parcerias diretas e geração de valor para toda a cadeia produtiva.

Grandes Marcas e Networking de Alto Nível: A edição de 2026 já confirma a presença de gigantes do setor, como Casa Valduga, Perini, Pizzato, Decanter, Del Maipo, Viña Siegel e Salton. O ambiente foi projetado para maximizar a experiência de mercado através de:

- **Conexões Internacionais:** Rodadas de negócios com delegações de Chile, Portugal e Itália.
- **Capacitação Técnica:** Masterclasses exclusivas conduzidas por sommeliers das principais marcas expositoras.
- **Fórum Internacional Minas Mundi:** O Futuro do Mercado Um dos grandes diferenciais da edição 2026 é o Fórum Minas Mundi, que debaterá a internacionalização da economia mineira e os desafios regulatórios do setor. A programação de conteúdo



abordará temas críticos para o empresariado:

- **O Impacto do Acordo Mercosul:** Perspectivas de desoneração e competitividade para o canal Food Service.
- **Logística e Exportação:** A "Rota Ásia" via Hong Kong como alternativa para o escoamento da produção nacional.
- **Tributação e Substituição Tributária:** Painéis sobre o novo cenário de impostos e o regime de ST para o setor de bebidas.
- **Enoturismo de Elite:** Estratégias de promoção turística e os conceitos da Economia Azul aplicados ao setor.

Palavra do Organizador: Para Dennis de Carvalho Cruz, proprietário da Nexfair, a Wine Expo BH 2026 representa o amadurecimento e a força do mercado mineiro: "Vencemos os desafios de uma primeira edição que superou todas as expectativas. Isso nos permitiu avançar com grandes players e uma programação internacional rica em conteúdo. Nosso pro-

pósito é colocar Belo Horizonte como protagonista e capital estratégica do vinho no contexto global. Estamos construindo, junto aos nossos parceiros, uma história de negócios sem precedentes para o nosso estado."

SERVIÇO:

Evento: Wine Expo BH 2026 (2ª Edição)

Data: 29 e 30 de julho de 2026

Local: Minascentro (Rua Guajajaras, 1022 - Centro, Belo Horizonte)

Público Profissional: Credenciamento pelo site www.wineexpo.com.br

Wine Lovers (Entusiastas): Acesso em dia especial (30/07/2026),

Instagram Oficial: @wineexpobh

Informações para a Imprensa: Assessoria de Comunicação Wine Expo BH 2026 e-mail: wineexpo@nexfair.com.br whatsapp: (31) 98283-8425

JK: confirmado que ex-presidente da República foi assassinado em 1976

Conclusão de Comissão Especial representa uma reviravolta em um dos episódios mais controversos da história política brasileira, e certidão de óbito será retificada

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O relatório que concluiu que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi morto pela ditadura militar em 1976 foi aprovado no dia 29 de maio, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

A aprovação se deu por maioria dos votos do colegiado, órgão federal criado em 1995 para reconhecer vítimas políticas da ditadura militar e esclarecer casos de mortes e desaparecimentos ocorridos entre 1961 e 1988.

A conclusão representa uma reviravolta em um dos episódios mais controversos da história política brasileira. Até então, a versão oficial apontava que JK havia morrido após o carro em que viajava perder o controle e colidir com uma carreta na Via Dutra, em 22 de agosto de 1976.

O entendimento foi mantido por investigações conduzidas durante a ditadura, por uma comissão da Câmara dos Deputados em 2001 e, também, pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

O novo relatório sustenta que há indícios consistentes de atentado político. A análise se apoia principalmente em investigações posteriores conduzidas pelo Ministério Público Federal e pelas comissões da verdade de São Paulo e Minas Gerais, que questionaram a versão de que um



ônibus da Viação Cometa teria atingido o Opala de JK antes da colisão fatal.

A relatora Maria Cecília Adão vem trabalhando no caso desde novembro de 2024. Com mais de 5.000 páginas, o relatório foi feito a partir de diversos elementos públicos, como um inquérito do Ministério Público Federal (MPF), de 2019.

“A premissa na qual muitos se baseavam para justificar o acidente como fatalidade, ou seja, a batida de um ônibus na traseira do veículo, jamais ocorreu”, afirmou, em nota, o Ministério Público Federal (MPF) sobre a principal conclusão do relatório. (Fonte: Hédio Ferreira Júnior e informações da Agência Brasil/O Tempo).

OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE DE JK

Transcrevo, a seguir, material adicional sobre o assassinato do ex-presidente JK, publicados anteriormente em alguns dos livros de minha autoria, como a Coletânea de 3 volumes intitulada “JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI” e “JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo”, ambos publicados por MercadoComum:

No dia 9 de agosto de 1976, uma notícia correu o país: Juscelino Kubitschek morreria num acidente de estrada. Amigos e jornalistas se precipitaram à Fazenda JK, onde não havia telefone – e o encontraram vivo, sorridente. “Estão querendo me matar, mas ainda não conseguiram”, disse ele.

Duas semanas depois, no final da tarde de 22 de agosto, quando a notícia voltou a correr, era verdade: a poucos dias de completar 74 anos, o ex-presidente havia morrido, às 17h55, num acidente no quilômetro 165 da via Dutra, quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Segundo o inquérito policial, o



Chevrolet Opala 1970 em que ia o ex-presidente, conduzido por Geraldo Ribeiro – seu motorista desde o primeiro dia como prefeito de Belo Horizonte, em 1940 –, foi atingido, por trás, por um ônibus. Desgovernado, atravessou o canteiro central e, na outra pista, foi apanhado, de frente, por uma carreta.

Dúvidas surgidas naquela tarde nunca foram esclarecidas. Poderia tratar-se não de acidente, mas de atentado. O caso foi reaberto quase vinte anos depois, sem que nenhuma evidência disso tenha sido encontrada.

Sem endossar a tese de atentado, o escritor Carlos Heitor Cony chamou atenção para o fato de que as três maiores lideranças civis brasileiras desapareceram no espaço de poucos meses, todas em circunstâncias no mínimo estranhas, num momento em que o governo do general Ernesto Geisel promovia um lento – lentíssimo – movimento de retorno à democracia. Carlos Lacerda se internou com uma gripe forte, recebeu uma injeção e morreu. João Goulart, que

teria morrido de infarto, foi achado com um travesseiro sobre o rosto.

Anos mais tarde desvendou-se parcialmente um plano conjunto de ditaduras militares do continente sul-americano, a tenebrosa Operação Condor, para eliminar opositores incômodos. Um deles, o chileno Orlando Letelier, ex-chanceler do governo do presidente socialista Salvador Allende, foi assassinado em Washington a 21 de setembro de 1976. Embora não haja provas, há quem sustente que JK, morto poucos dias antes de Letelier, e João Goulart, alguns meses depois, teriam sido, como ele, vítimas da Operação Condor.

“Democracia neste país, só depois de minha morte”, dissera JK ao deputado Carlos Murilo às vésperas do acidente que o matou. “Eles têm muito medo de mim.”

MORTE EM ATENTADO

Fragmentos de entrevista concedida por Carlos Heitor Cony, em 24 de agosto de 2012:



- "O senhor está convencido de que Juscelino Kubitschek morreu em um atentado?"

R – Às vezes, os indícios são maiores do que as provas. Num intervalo de sete ou oito meses, morreram Jango (ex-presidente João Goulart), Carlos Lacerda e Juscelino. O próprio ex-presidente Ernesto Geisel mencionou ao colega Jimmy Carter – presidente dos Estados Unidos, que ia fazer ‘uma limpeza de terreno’ antes da abertura. Eles eram os principais líderes da oposição ao regime e tinham liderado a Frente Ampla”.

Sarah Kubitschek, viúva de JK, em agosto de 1986: “Precisaram matar, espezinhar, liquidar com o Juscelino, porque não conseguiram acabar com sua força, sua dignidade e seu carisma de grande líder”.

HISTÓRICO

JK faleceu em 22 de agosto de 1976, segundo as autoridades de então, em um desastre automobilístico, no antigo quilômetro 165 (atual quilômetro 328) da Rodovia Presidente Dutra, na altura da cidade fluminense de Resende. O automóvel em que viajava, um Chevrolet Opala, colidiu violentamente com uma carreta carregada de gesso, mas seu motorista e amigo Geraldo Ribeiro, que também perdeu a vida, apareceu com uma bala no cérebro, segundo fontes da segurança em 1976. Até hoje, o local do acidente é conhecido como “Curva do JK”, antes conhecido como “Curva do Açougue”. Mais de 300 mil pessoas assistiram ao seu funeral em Brasília, onde a multidão cantou a música que o identificava: Peixe Vivo. Seus restos mortais repousam no Memorial JK,

construído em 1981, na capital federal do Brasil, Brasília, por ele fundada.

Em 1996, seu corpo foi exumado, para se esclarecer a causa de sua morte, levantando-se novamente a polêmica sobre o caso.

Em 2001, a Câmara dos Deputados instituiu uma Comissão Externa - requerida pelo marido da neta de JK, ex-deputado Paulo Octávio - para averiguar as suspeitas de assassinato do ex-presidente. A apuração final da Comissão foi taxativa: “Por mais que se exercite a imaginação e a criatividade, não se consegue encontrar um argumento sólido, balizado, lógico e técnico que possa apoiar a tese de assassinato... Os menores detalhes não passaram despercebidos. Investigamos todas as dúvidas, todas as suspeitas. À medida que as questões foram

sendo esclarecidas e respondidas, a conclusão foi-se impondo inexoravelmente. Ao final destes trabalhos, não restam mais dúvidas de que a morte de Juscelino Kubitschek foi causada por um acidente automobilístico, sem qualquer resquício da consumação de um assassinato encomendado".

Em 2012, a Comissão Nacional da Verdade, que analisa os crimes políticos ocorridos entre 1946 e 1988, decidiu analisar o inquérito sobre a morte de Juscelino.

Em 9 de dezembro de 2013, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da cidade de São Paulo, anunciou que o ex-presidente, na realidade, foi alvo de uma conspiração e assassinado durante viagem de carro na rodovia Presidente Dutra, diferente da história oficial que relata um mero acidente de carro. Nesta publicação encontra-se o veredicto oficial da referida Comissão.

Em 22 de abril de 2014, a Comissão Nacional da Verdade chanceou a versão de que o ex-presidente JK e o motorista dele, Geraldo Ribeiro, morreram em consequência de um acidente de trânsito, na noite de 22 de agosto de 1976, na Rodovia Presidente Dutra, no trecho do município de Resende, no Rio de Janeiro.

Peritos criminais do grupo consideraram convincentes as análises já produzidas que descartam que os dois ocupantes do Opala foram assassinados em uma ação da ditadura militar. O automóvel em que estava o ex-presidente colidiu com um caminhão Scânia.

O relatório, baseado em análises de provas materiais e laudos produzidos por 15 peritos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais nos anos 1970 e 1980, causou constrangimentos na Comissão da Verdade instalada na Câmara Municipal de São Paulo que, em dezembro passado, destacou 103 indícios de que JK e Geraldo Ri-



beiro foram vítimas de homicídio doloso, com intenção de matar.

QUEM FOI JK

Extraído do discurso transmitido pela Rede de Radiodifusão da Voz do

Brasil, no Palácio do Catete, à juventude brasileira, ao ensejo das comemorações da Semana da Pátria – 2 de setembro de 1957:

“Quem vos fala — tendo atingido o mais alto posto da República — foi

O ASSASSINATO DE JK

uma criança pobre, um adolescente que teve de ganhar humildemente o seu pão de cada dia; vivendo num meio modesto, em que tão somente os horizontes naturais eram dilatados, nada disso o impediu de abrir seu caminho e conquistar um lugar ao sol. Poucos de vós, meus jovens patrícios, começastes a luta pela existência mais cedo e com menos elementos do que eu”.

Apelidaram-no de tudo. De Nonô de dona Júlia, seresteiro, prefeito furacão, governador a jato, presidente pé de valsa, governador estradeiro, presidente bossa nova, gastador, louco, visionário, demagogo, populista, profeta, messias de Diamantina, cigano, presidente voador, o predestinado, presidente do desenvolvimento, presidente dos cinquenta anos em cinco, contemporâneo do futuro, namorador, mulherengo, o artista do impossível.

JK foi o mais ardoroso defensor do desenvolvimento que o Brasil já teve! Utilizou 71 vezes a expressão “desenvolvimento” no documento intitulado Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento - que serviu de arcabouço ao seu programa de governo e que, posteriormente, também embasou o Plano de Metas. Antes, nenhum governante usou e abusou tanto da expressão “desenvolvimento” para definir os rumos que queria para o Brasil. Em sua opinião, antes da sua posse na Presidência da República, o dicionário de termos econômicos do País desconhecia o que era desenvolvimento e só conhecia a expressão chamada progresso.

Para Juscelino Kubitschek de Oliveira “o desenvolvimento, na medida em que se acelera, reduz os conflitos internos do sistema econômico-social e dilui a força reacionária e egoísta dos interesses estabelecidos. A certeza de que haverá eventualmente o bastante para todos elimina a necessidade, que se apresenta aos indivíduos nas econo-

mias estagnadas, de lutar ferozmente pela posse de migalhas, e facilita a prática da justiça social”.

Para JK, “um povo em desenvolvimento é sempre um povo generoso, enquanto a miséria cria os círculos viciosos da inveja, da crueldade e da não cooperação dentro do corpo social”.

O grande mérito do Presidente Juscelino Kubitschek foi fazer o País crescer, de fato, 50 anos em cinco. Em nenhum momento, Juscelino Kubitschek se deixou abater pelas crises políticas que ameaçavam paralisar o seu governo ou neutralizar a sua ação administrativa, ou por movimentos golpistas que visavam apeá-lo do poder. Haja vista, por exemplo, que a sua extraordinária convicção democrática e seu espírito conciliador levaram-no, para espanto e até decepção da oposição à época, a anistiar os golpistas de Jacareacanga.

Durante os cinco anos de Governo JK, o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma média anual de 8,1%. Em relação ao resto do mundo, o crescimento da economia brasileira foi 25% superior. A renda per capita dos brasileiros subiu, no acumulado do mesmo período, 27,62%. Cabe mencionar que, nesse tempo, a taxa de crescimento demográfico brasileiro ultrapassava 3% anuais - mais do dobro em relação à atual.

JK cumpriu integralmente o mandato de cinco anos que lhe foi conferido nas eleições de 3 outubro de 1955, quando recebeu 3.077.411 votos, 36% do total. No dia 31 de janeiro de 1956, aos 54 anos, ele chegou com sua já longa e bem-sucedida carreira política ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, para executar o programa “Cinquenta anos de Progresso em em cinco anos de Governo”, cujo ensaio havia feito no governo de Minas Gerais. Foi, ainda, até o final do século passado, o primeiro presidente civil brasileiro,

eleito, a cumprir integralmente o seu mandato.

A última meta de governo de JK, só conhecida poucas semanas antes da eleição do novo presidente, era a da Legalidade. Até então, na República, contava-se nos dedos os governantes brasileiros que passaram a faixa presidencial a seus sucessores. De 1930 até 1994, JK foi o único!

Alguns, como a egiptóloga Iara Kern, ousam afirmar que JK foi a reencarnação de Amenófis IV ou Akhenaton, o faraó herege, quarto da décima oitava dinastia egípcia (1550 – 1307 a.C.), que impôs o monoteísmo e fundou Aketaton, a primeira capital planejada do mundo, de que Brasília é a versão moderna.

Decorridos agora 70 anos de sua posse na Presidência da República, 50 anos de sua morte e às vésperas de uma nova eleição no país, existe de fato dois Brasis, um antes e outro depois de JK.

JK faleceu no dia 22 de agosto de 1976. Afirmou-se, à época, ter sido um acidente de carro no quilômetro 165 da Via Dutra, indo o veículo em que viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro. Muitos contestaram essa versão. E, agora, está comprovado que ele foi assassinado. Não restam mais dúvidas a respeito.

A grande verdade é que JK não morreu, porque ele continua imortal para a maioria dos brasileiros. E desde quando o desenvolvimento morre?

Ele precisa estar mais presente em nossa memória para que, com seus exemplos e notáveis resultados a nós legados, possamos reaprender a fazer o novo, a praticar com inquebrável motivação o desenvolvimento social e o crescimento econômico: mais vigorosos, consistentes, permanentes e sustentáveis de que tanto ainda necessitamos!

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."



Conheça o legado do político que transformou o País
e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - O Profeta do Desenvolvimento

Volume II - O Desenvolvimento em 1º Lugar
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - Mensageiro da Esperança
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência
da República

AUTOR:

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum - Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com

**31º Prêmio
TOP OF MIND
MERCADOCOMUM
MARCAS DE SUCESSO
MINAS GERAIS
2026**

120
Marcas

Participantes:

ARAÚJO 120

SUPERMERCADOS BH Unimed

AC Minas ASSEMS FIDELITY MINASPAET PORTOGALLO rosenberg solutions

MERCADOCOMUM

Agosto 2026

Solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho

A solenidade de premiação das Marcas vencedoras do 31º Prêmio Top of Mind - MercadoComum - Marcas de Sucesso - Minas Gerais - 2026 ocorrerá às 19 horas, do dia 10 de junho, no Salão de Eventos do Minas Tênis Clube II - Av. dos Bandeirantes 2.323 - Bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte - MG acompanhada do tradicional "Jantar de Confraternização" para 500 convidados especiais.

Assim, o Top of Mind de Minas Gerais, que neste ano completa trinta e um anos, reconhece as Marcas de Sucesso do Estado, escolhidas por critérios eminentemente técnicos através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum. A Jumpi Inteligên-

cia e Pesquisa foi, novamente, selecionada para realizar a coleta de dados e a análise dos resultados deste ano.

A pesquisa contou com 1.519 entrevistas - 1.112 das quais no Interior do Estado e 407 na Capital - compreendendo os 50 maiores municípios de Minas Gerais representativos de mais da metade da população total estadual e do potencial de consumo estadual, de acordo com levantamento efetuado pelo IPC-Maps, conforme já mencionado anteriormente.

A pergunta-chave e considerada como básica da pesquisa, junto aos entrevistados é: "Qual é a primeira marca que lhe vem à cabeça, quando se fala, por exemplo: feijão?". Os resultados ob-

tidos ganham relevância bastante especial no meio empresarial, de marketing e de comunicação, pois se transformam numa série histórica importante sob o ponto de vista mercadológico.

Os segmentos econômicos pesquisados foram: - Alimentos e Bebidas; - Compras e Construção; - Comunicação e Internet; - Finanças e Transportes; - Saúde.

Neste ano, estarão sendo premiadas 48 Marcas em quatro categorias distintas, apuradas após validados os itens da pesquisa realizada. Carro Fiat e Plano de Saúde Unimed são as únicas Marcas participantes desde o início deste evento e acumulam, desde então, 31 troféus consecutivos cada uma.

SIGNIFICADO DAS CATEGORIAS DA PREMIAÇÃO

CATEGORIA ESPECIAL TOP DO TOP

Reservada às premiações especiais. Destina-se à premiação das marcas que mais se destacaram, de forma substancial e diferenciada em relação às demais, conforme aferição da pesquisa. Na atual versão são aquelas mais citadas pelos entrevistados, ou seja, as que obtiveram o maior percentual de respostas da pesquisa realizada.

Serão premiadas as marcas mais lembradas de BH, Interior e Geral. As classificações serão divulgadas apenas durante a solenidade de premiação do 31º Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2025, no dia 20 de maio, nos salões do Automóvel Clube de Minas Gerais.

Estas “Marcas Top do Top of Mind de Minas Gerais” – ou seja, aquelas que obtiveram o maior percentual de respostas espontâneas dos mineiros serão apenas conhecidas e divulgadas durante a solenidade de premiação e consistirá na premiação das cinco primeiras marcas que obtiveram a maior

resposta geral, tanto em relação à Capital, ao Interior do Estado e no cômputo geral. No tocante aos agrupamentos por sexo, faixa etária, classe social e grau de instrução serão apenas destacadas aquelas que conquistaram os primeiros lugares da pesquisa.

Estão previamente classificadas como “Marcas Top do Top of Mind de Minas Gerais de 2025”:

Biscoitos Aymoré; Carro Elétrico BYD; Café 3 Corações; Drogeria Araujo; Carro Nacional Fiat; Aluguel de Veículos Localiza; Supermercados BH; Tintas Suvinil; Planos de Saúde Unimed-BH e Unimed-Federação MG.

CATEGORIA EXCELÊNCIA

É a Categoria mais elevada. Nesta situação, significa que a marca vencedora obteve mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. A margem de erro prevista de 2,5% sempre é considerada. Nesta Categoria não ocorre empates técnicos. Neste ano são em número de 13 os vencedores desta Categoria.

CATEGORIA LIDERANÇA

Significa não ter a marca obtido mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas obtido confere a ela a liderança daquele segmento. A margem de erro prevista de 2,5% é também considerada e pode haver mais de uma marca vencedora, configurando-se nesta situação, a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 28 marcas vencedoras nesta Categoria.

CATEGORIA EXPRESSÃO

Significa que a marca obteve mais de 10% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas não foi o suficiente para conferir a ela a liderança ou a excelência desse segmento. A margem de erro prevista é de 2,6% e pode haver mais de uma marca nessa condição, considerando-se a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 19 marcas vencedoras nesta Categoria.



OUTRAS DISTINÇÕES ESPECIAIS DO 31º PRÊMIO TOP OF MIND - MG APURADAS PELA PESQUISA

**1 - MARCA MAIS AMADA
PELOS MINEIROS**

**2 - MARCA MAIS AMADA
PELOS MINEIROS**

*Serão conhecidas e divulgadas apenas durante a solenidade de premiação.



MARCAS VENCEDORAS DO 31º PRÊMIO TOP OF MIND - MERCADOCOMUM - MARCAS DE SUCESSO - MINAS GERAIS - 2026

POR ORDEM ALFABÉTICA

Marca	Segmento	Categoria	Marca	Segmento	Categoria
3 CORAÇÕES	Café	Excelência	LOCALIZA	Aluguel de Carros	Excelência
51	Cachaça	Excelência	AGAZINE LUIZA	Loja Prods. Eletroeletrônicos	Expressão
ARAUJO	Drogaria	Excelência	MEDLEY	Medicamento Genérico	Expressão*
AYMOREÉ	Biscoitos	Excelência	MERCADO LIVRE	Site de Compras	Expressão
BANCO DO BRASIL	Banco/Inst. Financeira	Liderança*	MINAS SHOPPING	Shopping Center	Expressão
BAUDUCCO	Biscoitos	Expressão	NUBANK	Banco/Inst. Financeira	Expressão
BH FM	Emissora de Rádio	Expressão	PÉRGOLA	Vinho	Excelência
BH SHOPPING	Shopping Center	Liderança	PETROBRAS	Posto de Combustíveis	Expressão*
BRAUNAS	Tijolos	Excelência	PORTO SEGURO	Seguradora/Seguros	Liderança
BYD	Carro Elétrico	Excelência	PROSEGUR	Emp. Transp. Vals. Segurança	Excelência
CAIXA	Banco/Inst. Financeira	Liderança*	SADIA	Alimentos Congelados	Excelência
CASAS BAHIA	Loja Prods. Eletroeletrônicos	Liderança	SANTA AMÁLIA	Macarrão/Massas (Interior)	Liderança
CIMED	Medicamento Genérico	Expressão*	SÃO MARCOS	Labor. Análises Clínicas	Expressão
CORAL	Tintas	Expressão	SEARA	Alimentos Congelados	Expressão
CRISTAL	Água Mineral	Expressão	SHELL	Posto de Combustíveis	Expressão*
DEL REY	Shopping	Expressão	SHOPEE	Site de Compras	Liderança*
FIAT	Carro Nacional	Excelência	SICOOB	Cooperativa de Crédito	Excelência
GERDAU	Aço	Liderança	SUPERMERCADOS BH	Supermercado	Excelência
HERMES PARDINI	Labor. Análises Clínicas	Excelência	SUVINIL	Tintas	Excelência
IGARAPÉ	Água Mineral	Liderança	UNIMED-BH	Plano de Saúde (BH)	Excelência
INGÁ	Água Mineral	Expressão	UNIMED-/Fed. MG	Plano de Saúde (Interior)	Excelência
IPIRANGA	Posto de Combustíveis	Liderança*	VILMA	Macarrão/Massas (Capital)	Liderança
ITATIAIA	Emissora de Rádio	Liderança	VILMA	Macarrão/Massas (Interior)	Liderança
ITAÚ	Banco/Inst. Financeira	Liderança*			

*Empate Técnico



Este 31º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 2026 conta com os patrocínios da Drogaria Araujo, do Supermercados BH e da UNIMED-BH e com os apoios especiais da ACMI-NAS – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; IBEF-MG – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais; MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda. e Portogallo Family Office e Investimentos.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando-se a importância e o relevante papel exercido por esta

iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes.

As empresas vencedoras desta premiação que veicularem uma página de publicidade, nas edições especiais de MercadoComum que circularão em julho e que participarão da solenidade de premiação, receberão uma certificação com a sua classificação na pesquisa, um troféu nominativo especialmente preparado em aço inox estilizado, bem como a pesquisa realizada, além da publicação de um descritivo institucional sobre a mesma na referida edição, e a postagem de um banner no Portal de MercadoComum na internet. Terão direito, ainda, a uma mesa de 6 lugares e a convites individualizados para a sole-

nidade e Jantar de Confraternização. Adicionalmente, também poderão ter acesso às fotos exclusivas, aos vídeos do evento, além de lhes ser permitido dar ampla divulgação às suas logomarcas e demais aspectos ligados a esta iniciativa.

Ressalte-se que a confirmação para a veiculação das publicidades deverá ocorrer, imprescindivelmente, até o dia 18 de junho e sendo do interesse participar como anunciantes da nossa edição especial impressa e eletrônica, deste 31º Prêmio Top of Mind, V.Sas. poderão nos contatar diretamente:

- cato@mercadocomum.com
- alinemercadocomum@gmail.com
- Fone (31) 3281-6474

Informações adicionais também poderão ser obtidas diretamente de nosso site www.mercadocomum.com.

Brasil conquista 3º lugar global em atração de investimentos estrangeiros em 2025, aponta OCDE

País registrou ingresso de US\$ 77 bilhões em capital produtivo e ficou atrás apenas de Estados Unidos e China; missões internacionais impulsionaram R\$ 250 bilhões em anúncios de investimentos



O Brasil consolidou posição de destaque no cenário macroeconômico global ao se tornar o terceiro maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) do mundo em 2025. De acordo com dados preliminares de fluxo comparado divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país atraiu o montante expressivo de US\$ 77 bilhões em capital produtivo ao longo do último ano.

O resultado representa avanço histórico para o mercado nacional, que tradicionalmente oscila entre a

quinta e a sexta colocação no ranking mundial de recepção de investimentos. Na nova listagem, o Brasil foi superado apenas pelas duas maiores potências econômicas do planeta: os Estados Unidos e a China.

Para garantir a precisão analítica do fluxo de economia real, o levantamento da OCDE desconsidera os dados de jurisdições financeiras que funcionam majoritariamente como trânsito de capital, como Hong Kong e Singapura. Sob esse critério, o desempenho brasileiro superou economias maduras da Europa, como a Alemanha e o Reino Unido.

MISSÕES INTERNACIONAIS ALAVANCAM R\$ 250 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Esse posicionamento de destaque é reflexo direto de uma estratégia assertiva e coordenada de diplomacia presidencial e promoção comercial. Nos últimos três anos, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), liderou uma sôli-



da agenda de reaproximação com os mercados globais.

Ao todo, foram realizadas 22 missões empresariais de alto nível acompanhando o presidente Lula e outras cinco missões com o vice-presidente Geraldo Alckmin. Esses encontros estratégicos contaram com a participação ativa de ministros de Estado e mobilizaram mais de 10 mil empresários, tanto brasileiros quanto investidores estrangeiros.

Essas comitativas atuaram como plataformas cruciais para a abertura de novos mercados e consolidação de parcerias de longo prazo, resultando no anúncio histórico de R\$ 250 bilhões em novos investimentos planejados para o Brasil durante as agendas.

LIDERANÇA ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O reposicionamento do Brasil ganha relevância ainda maior quando comparado a mercados emergentes de perfil semelhante. Economistas apontam que a real base de comparação para o teto de investimentos produtivos na América Latina deve ser feita com parceiros regionais e concorrentes diretos, como o México e a Colômbia.

Neste recorte, o país mais próximo do Brasil em 2025 foi o México, que ocupou a sétima posição global. O distanciamento nominal e a vantagem na posição relativa demonstram a forte atratividade e a confiança que o ambiente de negócios brasileiro reconquistou perante o investidor internacional.

RETOMADA GLOBAL E O PAPEL DOS INVESTIMENTOS CHINESES

O relatório da OCDE também revelou uma reativação expressiva na circulação de capital internacional, com os fluxos globais registrando uma expansão de 15% em 2025 na comparação com o ano anterior. Entre os principais emissores (exportadores) de capital para o mundo, destacaram-se os Estados Unidos, o Japão e a própria China.

A dupla dinâmica da China — que atua simultaneamente como um dos maiores receptores e um dos principais emissores de investimentos do planeta — reflete-se diretamente na balança brasileira. O aporte de capital chinês tem sido um dos grandes motores para a neoindustrialização e infraestrutura nacional, com aportes maciços direcionados à transição

energética. Exemplos claros dessa movimentação estão na expansão do mercado de veículos elétricos e na consolidação de grandes projetos nos setores de energia eólica e solar em solo brasileiro, setores que têm sido amplamente promovidos pelas rodadas de negócios da ApexBrasil.

Os dados de fluxo global comparado são compilados e divulgados periodicamente por organizações internacionais como a OCDE e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), complementando as publicações do Banco Central do Brasil, que se restringem aos indicadores internos e não realizam o ranqueamento entre as nações.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil) atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia nacional. Por meio de iniciativas de inteligência de mercado, capacitação empresarial e rodadas de negócios, a agência conecta empreendedores brasileiros a compradores globais, impulsionando a presença do Brasil no comércio internacional.

Belo Horizonte é a capital mais inadimplente do Brasil; João Pessoa, a menos, aponta pesquisa da FecomercioSP

Seis em cada dez famílias da capital mineira começaram 2026 com contas atrasadas; endividamento também volta a subir no País

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, é, hoje, a mais inadimplente do Brasil, apontam os números da Radiografia do Endividamento de 2026, estudo realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Seis em cada dez famílias da cidade (65%) tinham uma conta vencida no início de 2026 — bastante à frente de outras quatro capitais que completam o ranking: Manaus (AM), onde 49% dos lares estavam inadimplentes, Fortaleza (CE), com 48%, Goiânia (GO) e Distrito Federal, 42%.

Belo Horizonte, na verdade, vê seu indicador aumentar a cada ano: no fim de 2023, a porcentagem de famílias nessa condição era de 50% na cidade. Um ano depois, chegou a 55% e, agora, subiu 10 pontos percentuais (p.p.) [tabela 1].

Em Manaus, ao contrário, a taxa era de 51% em 2023, regrediu para 41% um ano depois e, agora, voltou a subir significativamente. Em Goiânia, a margem permaneceu estável nos dois anos de análise.

Do lado oposto, João Pessoa (PB) é a capital brasileira menos inadimplente: só 12% das famílias estavam com dívidas vencidas no começo do ano. A cidade está perto da situação de Curitiba (PR), com 14% de lares nessa condição, Belém (PA) e Cuiabá (MT), com 16%, e São Paulo (SP), com 20%.

Na média do País, quase um terço (29%) das famílias entrou em 2026 com ao menos uma dívida em atraso.



FAMÍLIAS COM DÍVIDAS ATRASADAS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS (%)

UF	Capitais	Dezembro (2023)	Dezembro (2024)	Dezembro (2025)
AC	Rio Branco	25	37	38
AL	Maceió	25	35	30
AM	Manaus	51	41	49
AP	Macapá	36	25	27
BA	Salvador	23	23	25
CE	Fortaleza	46	47	48
DF	Distrito Federal	23	42	42
ES	Vitória	38	34	34
GO	Goiânia	26	37	42
MA	São Luís	32	32	25
MG	Belo Horizonte	50	55	65
MS	Campo Grande	30	28	30
MT	Cuiabá	21	18	16
PA	Belém	24	20	16
PB	João Pessoa	6	5	12
PE	Recife	31	26	27
PI	Teresina	26	36	36
PR	Curitiba	14	12	14
RJ	Rio de Janeiro	27	32	30
RN	Natal	56	40	32
RO	Porto Velho	39	43	35
RR	Boa Vista	47	30	21
RS	Porto Alegre	39	32	26
SC	Florianópolis	25	22	30
SE	Aracaju	16	19	25
SP	São Paulo	22	20	20
TO	Palmas	14	27	32
Total das capitais		28	29	29

Fonte: FecomercioSP

Na leitura da FecomercioSP, embora a média indique certa estabilidade, algumas capitais — como Belo Horizonte — já vivem uma situação grave. Se o crédito ocupa lugar central no orçamento doméstico das famílias brasileiras, os dados apontam para uma centralidade ainda mais decisiva dessa modalidade na composição da renda dos lares, o que, no futuro, pode levar à deterioração financeira nesses lares.

Ainda segundo a FecomercioSP, embora tenha havido certo equilíbrio na renda das famílias brasileiras em 2025, a expansão das dívidas cresceu na mesma magnitude, o que deve pressionar a capacidade de pagamento de suas despesas no futuro próximo. Não sem razão, o governo oferece como alternativa uma nova moldura para o programa Desenrola.

MAIS GENTE ENDIVIDADA

Os dados da Radiografia do Endividamento de 2026 também mostram que a quantidade de famílias com dívidas voltou a subir no Brasil: de 78% em 2023, diminuiu para 76% em 2024 e, agora, chegou a oito em cada dez lares (80%). Da mesma forma, as situações mais preocupantes ocorrem em capitais como Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE), além de Vitória (ES) e Rio de Janeiro (RJ) [tabela 2].

Na contramão, estão capitais bastante diferentes entre si, como Macapá (AP) e São Paulo (SP), ambas com 69% de famílias endividadas. Enquanto a primeira é uma cidade de menor porte, com aproximadamente 500 mil habitantes, a outra é a maior metrópole do País e da América do Sul. Esse ranking tem ainda Campo Grande (MS) e Belém (PA), com 70% de endividamento, e Florianópolis (73%).

Entretanto, em dados absolutos, a capital paulista é a que reúne mais famílias nessas circunstâncias: são 2,87 milhões de lares, muito à frente do Rio de Janeiro (RJ), com 2,09 milhões, e do Distrito Federal (DF), com 779,7 mil.

FAMÍLIAS COM DÍVIDAS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS (%)

UF	Capitais	Dezembro (2023)	Dezembro (2024)	Dezembro (2025)
AC	Rio Branco	78	78	81
AL	Maceió	61	78	81
AM	Manaus	82	82	87
AP	Macapá	69	69	69
BA	Salvador	63	66	77
CE	Fortaleza	89	89	90
DF	Distrito Federal	82	67	79
ES	Vitória	90	89	90
GO	Goiânia	67	62	76
MA	São Luís	73	72	74
MG	Belo Horizonte	91	90	89
MS	Campo Grande	63	64	70
MT	Cuiabá	86	87	85
PA	Belém	63	69	70
PB	João Pessoa	84	85	88
PE	Recife	82	84	82
PI	Teresina	77	87	87
PR	Curitiba	91	88	85
RJ	Rio de Janeiro	88	81	89
RN	Natal	89	85	85
RO	Porto Velho	79	85	86
RR	Boa Vista	90	87	87
RS	Porto Alegre	89	89	85
SC	Florianópolis	78	73	73
SE	Aracaju	85	85	84
SP	São Paulo	69	67	69
TO	Palmas	77	72	77
Total das capitais		78	76	80

Fonte: FecomercioSP

MAIORES VARIAÇÕES DOS INDICADORES POR CAPITAIS BRASILEIRAS (%)

Endividamento		Inadimplência	
Capitais	Var (%)	Capitais	Var (%)
Goiânia	22	João Pessoa	151
Distrito Federal	19	Goiânia	41
Salvador	16	Florianópolis	38
Campo Grande	11	Aracaju	31
Rio de Janeiro	10	Palmas	28

Fonte: FecomercioSP

MENORES VARIAÇÕES DOS INDICADORES POR CAPITAIS BRASILEIRAS (%)

Endividamento		Inadimplência	
Capitais	Var (%)	Capitais	Var (%)
Porto Alegre	-4	Boa Vista	-26
Curitiba	-3	Porto Alegre	-22
Recife	-2	Belém	-20
Belo Horizonte	-1	Natal	-20
Cuiabá	-1	São Luís	-19

Fonte: FecomercioSP



Considerando que o Brasil ganhou 1 milhão de novas famílias endividadas nesse período (de 11,98 milhões em 2023 para 12,96 milhões atualmente), é possível dizer que o fenômeno é mais generalizado do que demográfico, embora os efeitos estejam espalhados de formas distintas pelas capitais. Trata-se de uma expansão que pressiona o sistema de crédito do País, colocando o futuro próximo sob risco.

INADIMPLÊNCIA EXPLODE EM JOÃO PESSOA E REGRIDE EM BOA VISTA

Mesmo que a capital paraibana ainda seja a menos inadimplente do País, a situação deteriorou-se nos últimos dois anos na cidade — em 2023, apenas 5% das famílias tinham dívidas atrasadas, taxa que foi para 12% no fim de 2025. O salto foi de 151%, segundo os dados da Radiografia do Endividamento [tabela 3].

Nenhuma outra metrópole brasileira teve uma elevação tão expressiva. Goiânia (GO), na segunda posição, viu sua taxa de inadimplência crescer 41% ao longo desse período, enquanto Florianópolis teve aumento de 38%.

Por outro lado, Boa Vista (RO), diminuiu a proporção de inadimplentes em 26%, enquanto Porto Alegre (RS) registrou queda de 22% [tabela 4].

Diante dos dados, a FecomercioSP

entende ser importante fortalecer as políticas de educação financeira da população, conscientizando as famílias sobre os usos do crédito e quanto à organização mais adequada do orçamento doméstico. O cenário de endividamento — e inadimplência, sobretudo — é prejudicial para o consumo e, de certa forma, para a economia do Brasil. Evitar a deterioração desse quadro é essencial.

DESENROLA 2.0 TEM LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS

Embora o Novo Desenrola Brasil busque ampliar o acesso à renegociação de débitos, principalmente modalidades como cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), há elementos que sugerem limitações relevantes quanto à sua efetividade.

O ambiente econômico é o principal desafio: juros elevados, inflação persistente e alta carga tributária, que mantêm consumidores perto do limite financeiro e dificultam soluções duradouras para a alta inadimplência, sobretudo em certas capitais.

Apesar de ter proporcionado um nível razoável de renegociação, o programa de 2024 tinha limitações que restringiram a adesão e sua capacidade de resolver, de forma estrutural, a situação, como o acesso difícil à plataforma Gov.br, ou a concorrência com feirões de negociação já consolidados

e a restrita capacidade de pagamento da população, mesmo diante de descontos expressivos.

Há, agora, mudanças relevantes, como a comunicação direta entre consumidor e instituição financeira, sem necessidade de intermediação do Gov.br. Contudo, o governo passa a atuar como garantidor desse crédito, por meio do Fundo de Garantia de Operações (FGO). Caso o inadimplente deixe de pagar o valor renegociado, o Poder Público cobre o não pagamento. São R\$ 2 bilhões iniciais, com potencial de ampliação para até R\$ 5 bilhões mediante autorização do Executivo, além de outros R\$ 8 bilhões de recursos atualmente parados no sistema financeiro. Em outras palavras, a sociedade, de alguma forma, participa do financiamento do programa.

O uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas também pode gerar alívio imediato, mas não é solução para o desequilíbrio estrutural das contas, podendo resultar em inadimplência posterior, mas com menor proteção financeira.

Outro ponto importante é a restrição, por 12 meses, do acesso a plataformas de apostas online para participantes do programa. Ainda que a medida dialogue com preocupações legítimas sobre o comprometimento da renda com jogos, pode desestimular uma adesão de parte do público-alvo diante da percepção de que novos programas de renegociação surjam no futuro.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que afetam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Novo Desenrola Brasil pode aliviar inadimplência, mas exige atenção aos impactos econômicos, avalia FIEMG

Renegociação de dívidas tendem a produzir efeitos predominantemente de curto prazo, sem alterar de forma estrutural a dinâmica de crédito das famílias

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) avalia que o Novo Desenrola Brasil, anunciado pelo Governo Federal, pode impactar positivamente a atividade econômica no curto prazo, mas gera preocupações, especialmente no que se refere aos efeitos estruturais sobre o mercado de crédito e o ambiente econômico. Embora a entidade reconheça que a medida é importante para a redução da inadimplência e a recuperação da capacidade financeira das famílias, sobretudo em um contexto ainda marcado por restrições de crédito e elevado custo do capital.

“O endividamento no Brasil tem caráter estrutural e tende a persistir sem avanços consistentes em renda e na redução do custo do crédito. Ao estimular a demanda em um ambiente ainda pressionado, o programa também pode reduzir a potência da política monetária e limitar o espaço para queda adicional dos juros. Este fator aliado à ausência de um componente mais robusto de educação financeira, eleva o risco de recorrência do endividamento e gera incentivos distorcidos na economia, ao acabar privilegiando os maus pagadores”, afirma o economista-chefe da FIEMG, João Gabriel Pio.

A FIEMG recorda que, embora o Desenrola Brasil em 2023 tenha produzido efeitos positivos imediatos sobre a redução da inadimplência e a regularização de registros negativos, os dados mais recentes indicam que tais impactos não se mostraram plenamente sustentáveis ao longo do tempo. A inadim-



plência da carteira de crédito voltou a apresentar trajetória de alta ao longo de 2025, com destaque para o segmento de pessoas físicas, cuja taxa atingiu 5,42% em fevereiro de 2026, patamar significativamente superior ao observado no período de lançamento do programa anterior.

Esse movimento evidencia uma retomada do endividamento e sugere que medidas centradas exclusivamente na renegociação de dívidas tendem a produzir efeitos predominantemente de curto prazo, sem alterar de forma estrutural a dinâmica de crédito das famílias.

A ampliação do uso de garantias públicas por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), bem como a mobilização de recursos adicionais, eleva o risco de geração de passivos contingentes, com potenciais impactos sobre a sustentabilidade fiscal no médio prazo. Ainda que tais efeitos não sejam imediatos, sua magnitude

exige acompanhamento rigoroso.

Além disso, a imposição de limites de juros e a indução de renegociações com elevados descontos podem comprometer a adequada precificação de risco pelas instituições financeiras. Esse tipo de intervenção tende a gerar distorções na alocação de crédito, afetando a eficiência do sistema e podendo resultar em restrições futuras à oferta de financiamento. Outro ponto de atenção diz respeito aos incentivos econômicos gerados. A recorrência de programas de renegociação pode enfraquecer a cultura de pagamento e estimular comportamentos que geram impactos negativos sobre a disciplina financeira no longo prazo.

Em março de 2026, o volume total de dívidas em atraso alcançou cerca de R\$ 557 bilhões, distribuídos em aproximadamente 338 milhões de registros de dívidas, envolvendo cerca de 83 milhões de inadimplentes no Brasil, segundo o Serasa.

Serviço Geológico do Brasil divulga mapas geológicos de 50 municípios mineradores

Mapas detalham o conhecimento geológico local e apoiam a pesquisa mineral e a atração de investimentos



O Serviço Geológico do Brasil (SGB) dá visibilidade aos mapas do conhecimento geológico publicados para 50 municípios mineradores. Os produtos reúnem informações detalhadas sobre o território e servem de base para orientar pesquisas, reduzir riscos exploratórios e apoiar o planejamento do setor mineral no país.

Os mapas contemplam municípios de Minas Gerais (23), Pará (10), Goiás (5), Bahia (5), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (1), Amazonas (1), Maranhão (1), e Alagoas (1).

“A nossa atuação está baseada na geração de dados geológicos essenciais para identificar áreas com potencial mineral. Essa base técnica permite que empresas e investidores tomem decisões com mais segurança e também apoia o planejamento governamental, impulsionando o desenvolvimento sustentável desses municípios”, destacou o diretor-presidente do SGB, Vilmar Simões.

O diretor-presidente ressaltou que a diversidade geológica do país é um diferencial estratégico. “Nossa atuação contribui para fortalecer toda a cadeia produtiva mineral, em alinhamento às diretrizes do Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o apoio do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O objetivo é tornar o Brasil mais atrativo e gerar benefícios para a população”, afirmou.

Ao indicar áreas com potencial mineral, o SGB contribui para o desenvolvimento dos municípios, explicou o diretor de Geologia e Recursos Minerais, Valdir Silveira. “Com mais essa linha de mapas, o SGB possibilita aos gestores municipais e comunidades locais conhecerem o nível de detalhe da carto-



Mapa do conhecimento geológico de Ouro Preto (MG)/Fonte: SGB

grafia geológica e as ocorrências minerais cadastradas em âmbito regional”, salientou.

A análise deste cenário permitirá avaliar potencialidades e a necessidade de melhorias no conhecimento geológico de cada município produtor, visando aumentar a atratividade dos investimentos em pesquisa e produção mineral.

PESQUISAS DO SGB PARA O SETOR MINERAL

O SGB atua na geração de dados geológicos, geofísicos e geoquímicos de caráter pré-competitivo, fundamentais para reduzir riscos e orientar investimentos. As ações seguem as diretrizes do Plano Nacional de Mineração 2030, do Programa Mineração Segura e Sustentável do Plano Plurianual 2024-2027 e

do Plano Decenal de Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais (PlanGeo).

Entre as iniciativas em curso, estão as pesquisas para ampliar o mapeamento geológico sistemático na escala 1:100.000, além do avanço em levantamentos geofísicos e geoquímicos prospectivos – uma tríade de informações fundamentais para o setor.

Nos últimos anos, a instituição também tem ampliado os estudos sobre minerais críticos e estratégicos, como nióbio, grafita, terras raras, níquel, manganês e lítio, essenciais para a transição energética e a economia de baixo carbono. Em 2026, o SGB lançou a publicação *An overview of critical and strategic minerals potential of Brazil*, com um panorama nacional sobre o tema.

Andreia Tarelow



A reforma tributária avança; a incerteza cresce

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).



Sob a promessa de modernização, o Ministério da Fazenda e o Comitê Gestor, recentemente, detalharam as diretrizes da CBS e do IBS. No entanto, por trás das regras unificadas, o que se vê é a arquitetura de um novo sistema de tributação sobre o consumo tão complexo quanto perigoso. O governo aposta todas as suas

fichas no polêmico split payment — um mecanismo de recolhimento automático que, na prática, transfere a “mordida” do fisco para o exato instante da transação.

Embora o discurso oficial venda a ideia de “simplificação”, a reforma se limita a trocar quatro tributos co-

nhecidos por um sistema dual: a CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal). A proposta de separar o imposto no ato da compra visa garantir o caixa do Estado de forma imediata, retirando das empresas a gestão do fluxo de caixa e centralizando ainda mais o controle financeiro nas mãos do governo.

Hoje, o vendedor ainda detém o valor antes do repasse; amanhã, o Estado se servirá primeiro. No papel, a eficiência é garantida; na realidade do contribuinte, o cenário é de um experimento fiscal sem precedentes. Tudo parece simples... mas o tempo (e o bolso do brasileiro) dirá o verdadeiro preço dessa “facilitação”.

Ao abrir mais uma reunião do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, que debateu o tema “Soberania fiscal em xeque? Tensões e novos paradigmas tributários”, compartilhei algumas reflexões sobre o assunto que agora trago aos amigos leitores.

Estamos vivendo um momento extremamente complicado no Brasil, em que os Poderes se confundem. Trata-se de um momento de máxima insegurança jurídica, em que escândalos vêm à tona e os Poderes envolvidos se autoprotegem, numa tentativa de ocultar tanto aquilo que se busca conhecer quanto aquilo que está errado.

Tudo isso acompanhado de um novo sistema tributário que já teve sua implementação iniciada com a CBS e, em 2029, terá com o IBS. Trata-se de uma tributação de consumo que amplia o número de artigos referentes ao tema constantes no Código Tributário Nacional (CTN). Na legislação aprovada, estamos com dez vezes mais artigos sobre a tributação do consumo do que aqueles que constam no CTN, além de três vezes mais artigos para a tributação do consumo do que todo o sistema tributário que conseguimos aprovar na Constituição de 1988.

Essa inflação normativa não é apenas um detalhe estatístico; ela representa um aumento real no custo de conformidade para o contribuinte. Durante o longo período de tran-

sição, as empresas serão obrigadas a conviver com dois sistemas tributários distintos e paralelos, gerando uma sobrecarga administrativa sem precedentes. Em vez de eliminarmos a burocracia, corremos o risco de institucionalizar um “monstro de duas cabeças” que exigirá investimentos massivos em tecnologia e assessoria jurídica apenas para que o setor produtivo consiga cumprir suas obrigações básicas.

Os idealizadores da pretendida reforma afirmam que essa decuplicação de artigos sobre consumo e a triplicação de artigos constitucionais têm o objetivo de simplificar o sistema tributário. Confesso que minha inteligência é limitada demais para compreender uma simplificação tão complexa quanto a que vem sendo implementada.

É fundamental, porém, que continuemos a fazer o que sempre fizemos no Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP desde sua fundação: debater, refletir e sugerir.

Atualmente, contamos com um grupo de estudiosos integrado por renomados colegas, como os economistas Marcos Cintra e Paulo Rabello de Castro, além de Felipe Silva, diretor da Faculdade Brasileira de Tributação — a única instituição de ensino superior dedicada exclusivamente ao Direito Tributário no Brasil. Sob nossa coordenação, estamos elaborando um livro a respeito da reforma da tributação do consumo, no qual analisaremos as dificuldades que já se manifestam neste início de implementação.

Essas análises, que estamos consolidando em nossa obra, não se limitam a meras críticas teóricas; configuram-se como alertas práticos sobre os gargalos que o texto atual ignora e que demandarão, inevitavelmente, uma correção de rumo

legislativa. O rigor técnico de renomados especialistas serve aqui como subsídio fundamental para que as falhas de implementação sejam mitigadas antes que se tornem entraves permanentes ao desenvolvimento econômico.

Em todas as nossas ações, devemos observar que, a partir de 2027, teremos um novo Legislativo capaz de promover mudanças significativas no cenário atual, haja vista a renovação de dois terços do Senado Federal. É evidente a percepção de que haverá uma maioria conservadora no Congresso, o que deve favorecer uma reflexão profunda sobre o modo adequado de simplificação do nosso sistema tributário.

Quanto mais nos aprofundamos no estudo da Reforma Tributária — como ocorreu durante a elaboração do livro que lancei em parceria com o advogado e professor Daniel Moretti —, mais as incertezas se multiplicam. Ao dialogar com tributaristas de alto nível e docentes das principais universidades do País, percebo que as dúvidas são inúmeras.

Essa atmosfera de hesitação não é apenas um debate entre acadêmicos; ela se traduz em um impacto severo sobre o investimento produtivo. A incerteza tributária atua como um freio invisível, gerando um ambiente de “esperar para ver” que afasta o capital e adia projetos estratégicos. Sem regras do jogo claras e previsíveis a médio prazo, o investidor retrai-se, o que compromete o crescimento econômico imediato do País e a própria geração de empregos.

Por essa razão, tenho encerrado minhas palestras sobre o novo sistema com uma postura de cautela: quando questionado sobre minha opinião, não respondo “sim” nem “não”; eu respondo “talvez”.

Terras rurais e capital estrangeiro: o que muda nos cartórios e nas transações imobiliárias

Patrícia de Pádua Rodrigues e David Monteiro

Patrícia de Pádua Rodrigues é sócia das áreas de Direito Ambiental, Urbanístico e Imobiliário na Martinelli Advogados.

David Monteiro é advogado da área Imobiliária do Martinelli Advogados e especialista em direito imobiliário.



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 23 de abril, que as restrições da Lei 5.709/71 também valem para empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. O texto final da decisão ainda não foi publicado, mas o entendimento já começa a produzir efeitos práticos em cartórios, escrituras e análises de risco envolvendo imóveis rurais em todo o País.

O debate no STF girou principalmente em torno de soberania nacional, ordem econômica e limites para a participação estrangeira na propriedade de terras no Brasil. A decisão foi tomada no julgamento conjunto da Ação Civil Originária (ACO) 2463 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 342.

A ACO 2463 foi movida pela União e pelo Incra contra o Estado de São Paulo. O objetivo era derrubar um parecer da Corregedoria paulista, de

2012, que dispensava os cartórios de aplicar as restrições da Lei 5.709/71 a empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O STF acolheu o pedido, e esse entendimento deixou de valer.

Na prática, isso muda a rotina dos cartórios imediatamente. A partir da decisão, registradores passam a ter respaldo mais forte para exigir comprovação sobre quem controla o capital da empresa compradora de imóvel rural — inclusive em operações de arrendamento.

Isso significa que, antes de registrar a operação, o cartório poderá exigir documentos que demonstrem a nacionalidade do capital da empresa, quem exerce o controle societário e, em alguns casos, autorização do governo federal.

O problema é que a legislação não explica exatamente como essa checagem deve ser feita. Em empresas

limitadas, o contrato social costuma resolver a questão. Já em sociedades anônimas fechadas, o livro de registro de ações pode indicar quem são os controladores. Mas a situação fica muito mais complexa em companhias abertas, com ações negociadas em bolsa e capital pulverizado entre investidores de diferentes países.

Nesses casos, identificar exatamente quem controla o capital em uma determinada data pode ser praticamente inviável dentro da estrutura atual dos cartórios.

O RISCO DE NULIDADE NAS CADEIAS DE PROPRIEDADE

Outro ponto sensível envolve o artigo 15 da Lei 5.709/71, que prevê a nulidade da compra de imóvel rural feita em desacordo com a lei.

Na prática, isso significa que, se uma aquisição for considerada irregu-

lar, todos os atos posteriores ligados a ela podem ser questionados. Isso inclui vendas futuras, hipotecas, alienações fiduciárias, penhoras e averbações. Ou seja: o problema pode contaminar toda a cadeia de registros do imóvel.

Ainda assim, é importante fazer algumas distinções.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que a nulidade do negócio não impede, necessariamente, a discussão sobre efeitos patrimoniais, que podem estar sujeitos à prescrição. Em outras palavras: a invalidade da compra pode ser permanente, mas seus efeitos econômicos nem sempre serão.

Além disso, a lei trata especificamente da aquisição do imóvel rural — e não de qualquer operação societária envolvendo a empresa proprietária da terra.

Esse ponto é relevante porque existem ações na Justiça tentando ampliar esse entendimento para atingir também a compra de ações de empresas do agronegócio que possuam imóveis rurais. Há pedidos, inclusive, para venda judicial dessas participações.

Mas essa interpretação ainda é controversa. A Lei 5.709/71 não declara automaticamente nula a compra de ações de uma empresa dona de terras rurais.

Para quem trabalha com diligência imobiliária e análise de risco, a consequência é clara: será necessário revisar, imóvel por imóvel, se a aquisição original respeitou as regras aplicáveis na época da operação.

A CONFUSÃO CRIADA PELAS MUDANÇAS DE ENTENDIMENTO DO GOVERNO

Parte da insegurança atual vem da sucessão de interpretações diferentes adotadas pelo próprio governo federal ao longo dos anos.

Em 1994, um parecer da Advoca-

cia-Geral da União (AGU) concluiu que as restrições da lei não deveriam valer para empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Mas esse parecer não chegou a ter eficácia ampla.

A orientação passou a valer oficialmente apenas em 1999, com outro parecer da AGU, que consolidou o entendimento mais flexível. Durante cerca de 11 anos, o governo federal reconheceu formalmente que empresas brasileiras, mesmo controladas por estrangeiros, não estavam sujeitas às limitações da lei.

Isso mudou em 2010, quando um novo parecer da AGU retomou a interpretação restritiva. Depois, em 2014, uma portaria conjunta da AGU e do Ministério do Desenvolvimento Agrário buscou preservar operações realizadas entre 1994 e 2010, reconhecendo a validade de diversas situações consolidadas naquele período.

Entre elas: escrituras públicas assinadas na época, mesmo sem registro concluído; determinadas reorganizações societárias; e operações que dependiam de aprovação administrativa pendente.

Por isso, a análise jurídica dessas operações precisa ser feita caso a caso, levando em conta a data da operação, o modelo societário, o estágio do procedimento e a regra vigente naquele momento.

Até agora, o STF não indicou se haverá modulação dos efeitos da decisão — ou seja, se o tribunal limitará seus impactos sobre negócios passados. Ainda pode haver recursos discutindo esse ponto.

AS DÚVIDAS QUE CONTINUAM EM ABERTO

Mesmo com o julgamento, várias questões continuam sem resposta clara.

O STF validou a aplicação da lei às empresas brasileiras com maioria de

capital estrangeiro, mas não detalhou exatamente como essa maioria deve ser identificada.

Também permanecem dúvidas sobre situações cada vez mais comuns no mercado atual, como estruturas com holdings brasileiras controladas no exterior, empresas de capital aberto com grande participação estrangeira, e fundos imobiliários (FIIs) e FIAGROs com maioria de investidores estrangeiros.

Essas estruturas ganharam enorme relevância nos últimos anos, principalmente porque boa parte do financiamento do agronegócio migrou para o mercado de capitais.

Na prática, porém, quem terá de lidar primeiro com essas dúvidas serão os cartórios. Sem regulamentação adicional, sem publicação do acórdão e sem orientação uniforme das corregedorias, a tendência é que as discussões se multipliquem nos balcões de registro e no Judiciário.

O QUE ESPERAR DAQUI PARA FRENTE

O texto final da decisão do STF ainda deverá esclarecer três pontos centrais: como será definido o conceito de “maioria do capital social”, como ficam as operações realizadas entre 1999 e 2010, e se haverá modulação dos efeitos da decisão.

Independentemente disso, uma consequência já parece inevitável: as diligências envolvendo imóveis rurais terão de se tornar muito mais detalhadas.

Será necessário revisar quem controlava a empresa compradora, qual era o entendimento jurídico vigente na época da operação e se havia necessidade de autorização federal.

Quem deixar essa revisão para depois provavelmente enfrentará custos maiores e disputas judiciais mais complexas no futuro.

Apenas no mês de abril deste ano, os juros nominais sobre a dívida do setor público consolidado brasileiro somaram R\$ 84,8 bilhões e, em 12 meses, totalizaram R\$1.095,5 bilhões (8,43% do PIB)

No acumulado em doze meses até abril, os juros nominais alcançaram R\$1.095,5 bilhões (8,43% do PIB)

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, alcançou R\$1.222,1 bilhões (9,41% do PIB) até abril

A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 80,4% do PIB (R\$10,4 trilhões) em abril de 2026



O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 29 de maio, as estatísticas consolidadas das contas públicas nacionais – aí considerando-se a União, os Estados e os Municípios, que são os seguintes:

1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$24,6 bilhões em abril, ante superávit de

R\$14,1 bilhões no mesmo mês de 2025. No Governo Central e nos governos regionais houve superávits respectivos de R\$26,1 bilhões e R\$329 milhões, e nas empresas estatais, déficit de R\$1,8 bilhão. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$126,6 bilhões, equivalente a 0,97% do PIB, 0,09 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até março.

Os juros nominais do setor públi-

co consolidado, apropriados por competência, somaram R\$84,8 bilhões em abril de 2026, comparativamente a R\$69,7 bilhões em abril de 2025. Contribuíram para essa evolução, os aumentos da dívida líquida e do IPCA no período, que mais do compensaram a evolução mais favorável das operações de swap cambial (ganho de R\$15,8 bilhões em abril de 2025 e de R\$25,9 bilhões em abril de 2026). No acumulado em doze meses até

abril, os juros nominais alcançaram R\$1.095,5 bilhões (8,43% do PIB), comparativamente a R\$928,4 bilhões (7,65% do PIB) nos doze meses até abril de 2025.

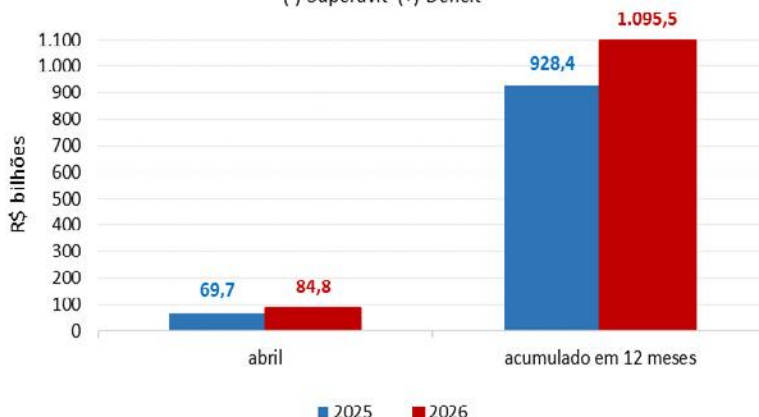
O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$60,1 bilhões em abril. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.222,1 bilhões (9,41% do PIB), mantendo-se estável, como percentual do PIB, em relação ao mês anterior.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

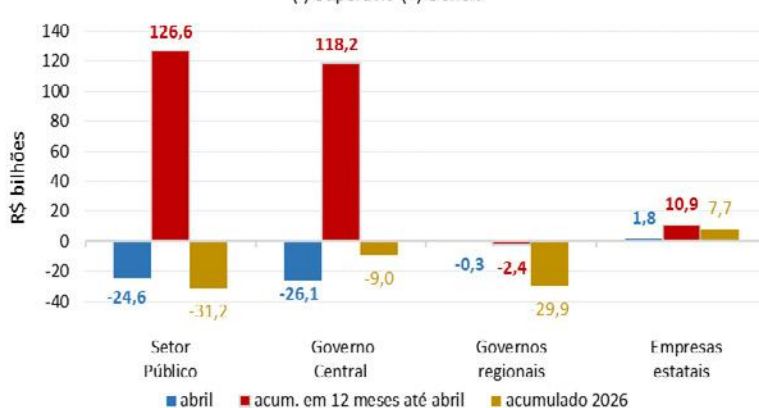
A DLSP atingiu 67,4% do PIB (R\$8,8 trilhões) em abril, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), da valorização cambial de 4,4% no mês (0,5 p.p.), do superávit primário (-0,2 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,1 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.). No ano, a DLSP cresceu 2,1 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (+2,7 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 9,3% (+1,0 p.p.), do superávit primário acumulado (-0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-1,3 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 80,4% do PIB (R\$10,4 trilhões) em abril de 2026, aumento de 0,3 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução mensal decorreu principalmente dos juros nominais apropriados (+0,9 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.). No ano, o aumento de 1,7 p.p. do PIB resultou da incorporação de juros nominais (+3,3 p.p.), das emissões líquidas de dívida (+0,3 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-1,5 p.p.) e do efeito da valorização cambial (-0,4 p.p.).

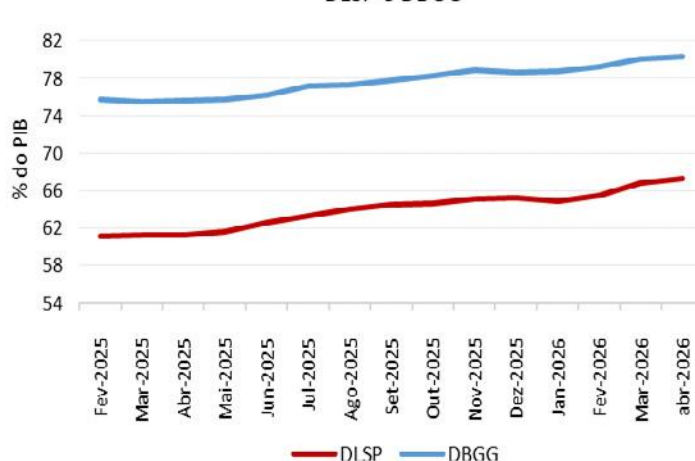
Juros nominais - Setor público consolidado
(-) Superávit (+) Déficit



Resultado primário
(-) Superávit (+) Déficit



DLSP e DBGG





Por que é difícil explicar o valor da educação?

Claudio de Moura Castro

Claudio de Moura Castro possui mestrado pela Universidade de Yale. Doutorado na Universidade de Vanderbilt (em Economia). Ensinou na PUC/Rio, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Chicago, Universidade de Brasília, Universidade de Genebra e Universidade da Borgonha. Autor de mais de cinquenta livros e mais de trezentos artigos científicos, é articulista do Estadão. Foi Diretor Geral da Capes, Secretário Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos (do Ministério do Planejamento) e funcionário da OIT, Banco Mundial e BID. Assessorou a diretoria do Pitágoras (Cogna) e do Positivo.

Este ensaio ancora-se em duas proposições: a primeira afirma a extraordinária importância da educação. A segunda trata da imensa dificuldade de demonstrar a primeira proposição.

Comecemos no mundo da imaginação. Suponha-se que sou um industrial. Dentre as minhas tarefas, tenho que ir às compras e tenho que contratar gente. São dois mundos profundamente díspares.

INDO ÀS COMPRAS

Por 9.307,32 reais, a loja Alibaba me vende uma máquina Wanzhong que produz 500 pregos por minuto. Nas especificações, está o consumo de energia (1,5kW) e muitos outros detalhes.

Por 95 mil reais, posso comprar um torno mecânico Romi-Imor-Iii-650. Sei exatamente os serviços que pode me prestar. Se for bem tratado, vara meio século, sem reclamar, sem reumatismos ou problemas de coluna.

Se preciso de uma camionete, tenho muitas opções. Cada uma com suas vantagens e deficiências, todas bem descritas nos manuais e nas avaliações independentes.

Se compro alimentos para a cantina dos funcionários, a lei obriga a que cada um mostre a sua composição e até advirta se tem gordura demais.



E por aí afora. É difícil imaginar algum produto na minha lista que não seja exaustivamente descrito e com amplas garantias.

De resto, sempre sei para que serve e como funciona qualquer dos itens que minha fábrica possa necessitar. E mais, as formas de pagamento estão especificadas e há garantias para os produtos. Tudo tem SAC, assistência técnica e, até mesmo, recalls para eventuais defeitos.

Como industrial, esse é o mundo que me oferece conforto e segurança.

PRECISO CONTRATAR ALGUÉM

Cedo ou tarde, vou precisar de mais gente para trabalhar comigo. Aí, desaba a minha tranquilidade. Perco

as certezas e os parâmetros tão confortáveis que tinha nas compras.

Para uma determinada posição na firma, penso em alguém com ensino médio. O que terá aprendido a fazer que me sirva? Olho as disciplinas do currículo.

Geômetra? Não preciso. Geógrafo? Está tudo no Google. Historiador? Como ajudaria a minha empresa? Químico? Minha indústria é eletromecânica. Sociólogo? Não sei para que serve. Filósofo? Esse, sei que não serve para nada. Alguém que estudou cálculo diferencial? Nunca ouvi falar de uma empresa que use isso.

Não vejo no currículo nada que me sirva.

Se comprar a máquina de fazer

pregos, precisarei de um administrador de empresas para calcular seus custos operacionais. Isso está lá no currículo. Mas como saber se a faculdade ensinou? E se o meu candidato aprendeu? E se o que aprendeu permite resolver meu problema?

Preciso de alguém que me ajude nas compras. E também, que administre a minha peãozada. Mas não vejo tais assuntos no currículo. Ensinam o que não tem uso para mim e não ensinam o que preciso.

Como bem sei, máquina tem especificação técnica – e.g. 500 pregos/minuto. Não reclama, não falta e não gera questões trabalhistas.

O mesmo não se pode dizer daquela pessoa que estou considerando. Não vem com garantia de produtividade. E nem de honestidade.

Para o meu óleo lubrificante, confio nas normas ABNT. Se precisasse de um piloto de avião, saberia que passou em provas rígidas. Se preciso de um mosquetão para uma cadeirinha de segurança, posso optar por um de alpinismo, certificado pelo Lloyds de Londres.

O funcionário considerado não vem com quaisquer normas técnicas especificadas. E são mais do que nebulosas as garantias de desempenho. Aliás, o que me assegura um diploma? Apenas sei que os de mais prestígio produzem maior proporção de graduados competentes. Estará o meu candidato dentre esses?

Aumentará minha produtividade? Irá gerar uma receita que justifique o que irei lhe pagar?

Como industrial, ir das compras às contratações de pessoal é um salto, do céu para o inferno. Do pão-pão, queijo-queijo para um pântano na escuridão.

Considerando minhas dificulda-



des, sendo um profissional, do ramo, fico pensando em um aluno ou um pai, marinheiros de primeira viagem. Vale a pena o curso? Convém gastar mais? O que é qualidade na Educação?

OS CAMINHOS OBLÍQUOS E ENEVADOS DA EDUCAÇÃO

Abandono meu frustrante papel de industrial e volto ao de perguntador, de curioso. Por que são tão opacos os caminhos entre a educação e suas consequências?

No âmago do processo está uma pessoa que recebeu mais educação e está diante de uma tarefa. De alguma forma, ela vai enfrentar a situação e chegar ao seu fim. E a evidência indica que os resultados tendem a ser superiores para os que têm mais educação. Podem produzir mais quantidade, melhor qualidade ou inovar nos processos. Na grande maioria dos casos, é seguro esperar resultados superiores.

Parte do processo é visível. Sei o que entrou (escolaridade) e sei o que saiu (maior produtividade). De fato, os mais educados obtêm melhores resultados. Quem pesquisa o assunto sabe disso tudo.

Porém, não penetro na caixa negra que jaz entre a entrada e a saída. Sei que alguma mágica acontece. Os

neurônios cintilam, mas seus caminhos são indecifráveis. De fato, a natureza não é uma prestigiatadora amadorística. Quando quer, ela bem sabe esconder seus segredos.

Consideremos os seguintes exemplos.

Por dois séculos, com maestria, a Inglaterra administrou o maior império colonial do globo. Faz sentido perguntar como preparava as lideranças de seus tentáculos pelo mundo afora. A fórmula é singela, contratava graduados de Oxford ou Cambridge. Estes, por longos anos, haviam estudado Literatura, História, Filosofia, Latim, Grego e Hebreu. Talvez, baforadas de alguma ciência, como Astronomia. Mas, nada de contabilidade ou administração. O que estudaram parece incongruente com o que iriam fazer.

Nos Estados Unidos, há um bom número de cursos de graduação, oferecidos em escolas chamadas de Liberal Arts Colleges. Oferecem quatro anos de estudos que não incluem qualquer disciplina profissionalizante. E apesar de que não oferecem disciplinas de finanças ou contabilidade, grande parte dos egressos de algumas delas são contratados por Wall Street. Aí estão os empregos mais cobiçados do mercado. Faz sentido?



Na mesma linha, é notório o sucesso dos graduados do ITA nos mercados financeiros. Quase não é preciso dizer, em São José dos Campos, nem se aprende sobre mercados de capital e nem sobre finanças.

Juscelino Kubitschek revelou-se um grande estadista e planejador. O que aprendeu na Faculdade? Urologia.

Uma professora de Química, sem nunca haver estudado Economia, revolucionou os paradigmas da economia inglesa. Contudo, só após virar Primeira-Ministra, M. Thatcher começou a ler sobre o assunto.

Roberto Braz Macedo construiu uma tabela para graduados de engenharia, empregados na indústria metalmeccânica. Nas linhas estavam as funções dentro das empresas, requecendo ensino superior. Nas colunas estavam as modalidades de cursos da amostra coletada.

Pela lógica, graduados de Mecânica estariam nas oficinas mecânicas, os da Elétrica lidando com eletrici-

de e, assim por diante. Surpresa! Os graduados de todas as modalidades estavam amplamente esparramados em todos os cargos das empresas. A especialidade era letra morta. Só havia um cargo não preenchido por engenheiros: Secretária do Diretor.

Os exemplos ilustram algo que muitos já perceberam. Uma educação séria, em qualquer ramo, prepara para um desempenho profissional superior, por distante que esteja o assunto estudado e a natureza do trabalho.

Alguém com uma cabeça bem educada pode aprender, mais adiante, o que quer que seja. Naturalmente, quem aprendeu a programar em uma linguagem, torna-se competente em alguma outra, em menos tempo do que outro que nunca programou.

No mundo real, é muito frequente a dissociação entre a formação e o assunto do trabalho subsequente. Mas, desafiando a lógica, tudo parece funcionar.

Compliquemos um pouco mais o

cenário. As empresas pagam aos seus funcionários, pelo menos, o mesmo que eles geram de receita adicional. É uma ideia persuasiva.

Quando um graduado de universidade é inicialmente contratado, a empresa pagará mais do que para alguém apenas com o médio. Faz sentido, pois aprendeu mais, sabe fazer mais coisas. Justifica-se o maior salário.

Porém, os anos vão passando. Se pensamos no que nos lembramos do aprendido no colégio ou na faculdade, a cada ano, sobra menos. Passaríamos na mesma prova do vestibular? Então, pela lógica, deveríamos ganhar cada vez menos, pois esquecemos cada vez mais.

Porém, não é isso que acontece. De fato, em vez de baixar, nossos salários sobem, tornam-se duas a três vezes maiores, apesar de que não fizemos qualquer curso após a formatura.

É que, quanto mais educação temos, mais somos capazes de transformar nossa experiência de trabalho em aprendizado. Ou seja, os mais educados, apenas por trabalhar, continuam se educando. Os salários não refletem mais seu conhecimento inicial, mas a competência adquirida, apesar de não haverem feito outros cursos. Com efeito, lidamos com processos elusivos.

Voltemos, por um instante, para processos mais concretos. Em um torno, prendemos na placa um tarugo de ferro e ligamos a máquina. Podemos então ver a peça de metal ser desbastada pela ferramenta, até que chegue às dimensões desejadas. Só de olhar, entendemos tudo.

Com pouco tempo, podemos ver que o torno lá do canto da oficina custou mais e tem barramento mais robusto. Por isso, vibra menos, dá passes mais pesados e permite maior precisão. Ou seja, mais preço

vem com mais qualidade e mais produtividade.

Contudo, tal transparência não existe no desconjuntado mundo da educação. Nela, não estamos tratando de um processo mental que tenha qualquer semelhança com esse do torno. Cintila uma multidão de neurônios, mas não contam como operam. Nada inteligível pode ser observado.

Deveríamos esperar que, pelo menos, no mundo da ciência, os pesquisadores sempre respeitassem as fronteiras das disciplinas. Porém, se contemplamos o Olimpo da hierarquia científica, vemos inúmeras derapagens.

Consideremos a famosa Double Helix, responsável por um prêmio Nobel de Física para dois cientistas. Mas note-se, um deles era zoólogo de formação. Três psicólogos já ganharam prêmios Nobel de Economia. E na Medicina, um dos premiados era estatístico.

Tentemos outro caminho, maapeando a nossa educação. Ao longo dos anos, vamos exercitando o nosso raciocínio e nos valendo da memória para registrar os malabarismos que percorremos. No começo, nos ensinam que a uma bolinha no papel corresponde a um som bem definido – como a bolinha na palavra “dó”. Ao fim de muitos anos nessas lides, passamos a tentar compreender como um espaço pode ter quatro dimensões ou como um número pode ser irracional. Realizamos ginásticas mentais cada vez mais desafiadoras e abstratas.

Em algum momento, somos confrontados com o ablativo latino. Em outro, lidamos com oxidrilas. E por que a Alemanha perdeu a Primeira Grande Guerra, sem haver sido invadida? São ginásticas mentais., lidando com os mais variados assuntos. No fundo, estamos fortalecendo nossa

musculatura intelectual, ao lidar com diferentes assuntos.

Algumas áreas são mais analíticas, preto no branco. Outras, fugidias, subjetivas, requerendo delicadeza para entender.

Pensemos em uma metáfora: estudar é fazer como um esportista que desenvolve o conjunto dos seus músculos, dos seus reflexos e de formas de coordenação motora. Com tal preparação, ele está pronto para dedicar-se a alguma modalidade desportiva. E, para desenvolver mais aquilo que ela requer, é só um pulinho.

Educação é mais ou menos isso. Nossa “musculatura mental” vai se fortalecendo, tornando-se capaz de servir-nos em situações muito variadas.

Em que contexto se deu a ginástica mental, importa, mas não tanto. Se o aluno do ITA resolve equações com hessianas orladas, claro, saberá lidar com elas com fluidez. Mas quem disse que o exercício penoso de as estudar não será também útil para entender a bolsa de valores?

Dito de outra forma, o que aprendo nesta ciência pode ser transferido para lidar com uma outra, acolá. É o que se chama de “transferência de conhecimento”.

Pensando bem, toda a lógica de operar uma escola baseia-se na crença de que, de alguma forma, aquele conhecimento que parece inútil pode ser reciclado para aplicações mais úteis. Estudar o uso do ablativo latino é lidar com a sintaxe dos discursos que permitem a formulação rigorosa de teorias, em qualquer área. O assassinato de César prepara a nossa cabeça para lidar com as complexidades da política e, também, com os dramas humanos.

Podemos dar nome a essa mágica, chamando-a de “transferência”. Mas isso não faz mais do que apor uma palavra para batizar o nosso desconhecimento do fenômeno. De fato, modestamente, considero a Teoria da Transferência de Conhecimentos como um dos ramos mais opacos da psicologia.

Porém, pelo menos, sabemos que o núcleo duro da educação é aprender a pensar. Sabemos também que isso não se aprende em cursos do tipo “como pensar”. Aprendemos a pensar trabalhando exaustivamente em cima de algum assunto bem específico e mergulhando no seu contexto. Se ganhamos fluência e familiaridade, lidando com a Lei de Boyle e Mariotte, adquirimos, ipso facto, capacidade para lidar com equações. Mas tal progresso não se dá olhando para símbo-



los ou fórmulas. É necessário o contexto real de temperaturas, pressões e volumes para adquirir tal fluência mental.

Voltando ao nosso industrial fictício, não admira que ele se sinta muito mais confortável escolhendo uma máquina do que um funcionário. Por razões ainda mais contundentes, pais e alunos têm dificuldades de atribuir à educação de qualidade o poder real que ela tem.

De fato, aqui chegamos à observação mais central do presente ensaio. Não entendemos bem as engrenagens internas da educação. Portanto, não é surpresa a dificuldade de fazer com que seja valorizada, tal como justifica o seu forte impacto.

AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO

Até aqui, trilhamos sendeiros obscuros e labirintos intelectuais. Mapeamos as dificuldades de perceber como a educação age, trazendo ganhos para todos. Abrimos espaço para registrar a aparente falta de nexos entre o que acontece na escola e o que vem depois, ao enfrentar a vida profissional.

É tudo irremediavelmente pastoso, ambíguo, obscuro. Como entender que estudar a *Summa Theologica* pode ajudar o padre a planejar os investimentos da sua paróquia?

Mas nesta seção, entramos em outro território, muito menos nebuloso.

A educação tem consequências em muitas dimensões. Para simplificar, consideremos apenas aquelas que poderiam afetar a produtividade. Em breves palavras, se estudo tantos anos, que vantagens materiais posso realisticamente esperar?

Na Teoria do Capital, isso se chama retorno sobre o investimento. É

o mesmo conceito que se aplica para decidir se abro ou não uma quitanda. Quanto posso esperar de retorno?

Educação tem custos e é fácil calculá-los. O retorno é o adicional de renda percebida por quem a tem. Naturalmente, compara-se com quem parou antes do curso considerado.

Ou seja, tratamos a educação como qualquer outro investimento em capital físico. Montar a quitanda custa tanto. Fazer esse curso custa tanto. Qual investimento terá a maior taxa de retorno, considerando as receitas que virão?

Adam Smith dá algumas pinceladas no assunto. Mas nada de muito substancial acontece, até à década dos sessenta. Explode então a Teoria do Capital Humano. E um sem número de pesquisadores se põem a calcular taxas de retorno para investimentos em educação. São dezenas, são centenas, incluindo o presente autor.

Surpreende a consistência dos resultados. Com ínfimas exceções, as taxas são substanciais e positivas. Ainda mais importante, tendem a ser amplamente superiores às aquelas obtidas para investimento em capital físico. Ou seja, o melhor negócio é investir em gente.

Consideremos outro experimento mental – apesar de que meio irrealista. Tenho diante de mim duas opções. Vou fazer um curso de engenharia sério, arcando com todos os seus custos. Ou então, compro máquinas para minha fábrica, com o mesmo dinheiro que gastaria com a educação.

Qual das opções traz maiores retornos? Do ponto de vista puramente financeiro, qual é mais vantajosa? Considerando a montanha de estudos tentando responder a esta pergunta, ficou bem documentado que educação tem taxas de retorno superiores.

Tais estudos se acumularam, desde então, mostrando resultados sempre consistentes. Mais anos de educação, mais rendimentos pessoais.

No entanto, em tempos recentes, começam a aparecer estudos que tomam, não o tempo na escola, mas medidas do quanto os estudantes aprenderam. Em vez da quantidade de anos de educação, considera-se a sua qualidade.

Como as correlações com anos de escolaridade captam também a qualidade, tendem a ser elevadas. Mas quando tomamos, diretamente, medidas de aproveitamento escolar, a relação é muito mais estreita.

Em poucas palavras o grande objetivo deve ser educação de qualidade, muito mais do que a proeza de haver passado tantos anos na escola.

Todavia, do ponto de vista das dificuldades e perplexidades tratadas no presente ensaio, perceber essa preeminência da qualidade é ainda mais árduo. Se já é difícil entender que ir à escola traz resultados bons e muito concretos, ainda mais remoto é o desafio de convencer a sociedade de que qualidade é quase tudo.

E aqui terminamos. Investimentos com capital físico têm um circuito claríssimo. Compro o arame, a máquina faz o prego e vendo o prego. Investimentos em educação envolvem mágicas que operam dentro das nossas cabeças. Conhecemos seus contornos e consequências. Sabemos que cintilam os neurônios, contudo, não decidimos os seus segredos.

É pena, pois somos atraídos pela transparência dos processos mecânicos e somos incapazes de decifrar os caminhos tortuosos dos neurônios. Sendo assim, tendemos a valorizar menos o investimento que traz maiores retornos, ou seja, a educação de qualidade.



Os custos da polarização

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência Social

Desde tempos imemoriais os homens em sociedade alternam sentimentos de cooperação e de competição. A competição torna as sociedades mais ativas e mais enérgicas, mas é a cooperação que assegura a sobrevivência e a prosperidade social. Nos pequenos grupos humanos em que o homem primitivo se organizava, a necessidade de consensos e cooperação era mais simples de se perceber. Nas sociedades complexas e diversas de hoje, a necessidade da cooperação social nem sempre é evidente e problemas coletivos deixam de ser resolvidos porque o instinto de competição abafa a disposição de cooperar.

O historiador Yuval Harari comentou que nossa sociedade moderna desenvolveu tecnologias de informação mais sofisticadas da história, mas no momento em que deveríamos estar mais conectados do que nunca, enfrentamos a maior crise de cooperação que nossa espécie já experimentou. Esta falta de cooperação no plano internacional, por exemplo, está nos impedindo de tratar as questões climáticas, está perturbando o comércio internacional e está semeando conflitos armados absolutamente gratuitos e evitáveis. No plano interno dos países, as questões da pobreza e da falta de crescimento quase sempre resultam da falta de cooperação política, e não da falta de recursos.

Aqui no Brasil, quase todos concordam que estamos fracassando em muitas coisas. Nosso crescimento de longo prazo tem sido pequeno, apesar da magnitude de nossos recursos. Nossos índices de pobreza ainda são muito altos. Na realidade, nossa população em geral vive em condições econômicas muito difíceis. O setor empresarial está vivendo um momento crítico, com grandes e tradicionais empresas em recuperação judicial e outras se colocando à venda. Para coroar tudo isto, as taxas de juros básicas da econo-



mia, 10% reais, são as mais altas do mundo e estão estrangulando as empresas e tornando insustentável a dívida pública. Se nada se alterar, vamos caminhar para uma catástrofe econômica e social.

Nossos problemas mais importantes podem perfeitamente ser resolvidos porque temos as condições materiais para isto. Nosso país pode crescer muito mais e incorporar a maioria da população no ambiente produtivo. Mas, para que isto ocorra precisamos de uma série de reformas, que para serem aprovadas necessitam de consensos que no passado conseguimos articular, mas que hoje se tornaram impraticáveis em virtude da polarização política.

Precisamos de reformas econômicas para assegurar um ambiente favorável à empresa privada. Nosso setor privado opera com pouca segurança jurídica, pressionado por um sistema tributário complicado e imprevisível, cercado de regras e vetos por todos os lados. Os juros elevados são consequência de desequilíbrios fiscais, muitas vezes produto de conflitos institucionais que só a política pode resolver. Se pensarmos bem, quase todos os nossos problemas econômicos têm origem política.

Na realidade o país vive sob o confronto de duas identidades políticas construídas, e não o confronto de dois projetos de desenvolvimento. É um jogo de poder em estado puro, que nos está imobilizando.

Estamos em um jogo de soma zero. O lado vencedor governa com lealdades, não com competências. O lado perdedor consome suas energias em torcer contra o governo e paralisá-lo. E no meio de tudo isto, partes do Governo, da oposição, do Legislativo e do Judiciário se entregam à captura por interesses privados poderosos, envolvendo-se em escândalos que ultimamente tem vindo à luz, para indignação de todo o país. A polarização não é uma situação inofensiva. Ele custa ao país um preço muito caro: a possibilidade de um futuro.

Com este artigo eu interrompo minha colaboração de muitos anos, com MercadoComum. Aceitei coordenar um grupo de pessoas que vai propor um Plano de Governo para o pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado e, nesta condição, deixo de ser um articulista isento e independente como merecem os leitores. Escrever esta coluna foi uma experiência que me enriqueceu e por isto sou grato a todos.

Andrade Gutierrez: recuperação extrajudicial mostra por que até gigantes entram em crise quando a liquidez desaparece

Pedido para reestruturar R\$ 3,4 bilhões reforça alerta sobre empresas altamente dependentes de capital, crédito e previsibilidade operacional



O pedido de recuperação extrajudicial apresentado pelo grupo Andrade Gutierrez para reestruturar uma dívida de R\$ 3,4 bilhões expõe um problema que vai além de uma crise isolada na construção pesada: a vulnerabilidade de empresas que dependem de operações intensivas em capital em um ambiente de juros ele-

vados, crédito seletivo e forte pressão sobre caixa.

A companhia protocolou o pedido na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte após informar que 47% de suas obras foram paralisadas ou adiadas, afetando diretamente o fluxo financeiro da operação. O grupo

também atribui a deterioração à alta do dólar, ao encarecimento do crédito e a entraves em projetos internacionais, como os executados em Gana e na República Dominicana. Segundo a empresa, os planos já contam com adesão superior a 70% dos credores, percentual mínimo necessário para homologação judicial.

Embora o caso envolva uma das marcas mais tradicionais da infraestrutura brasileira, especialistas avaliam que a situação revela uma fragilidade comum a empresas de diferentes portes: crescer com estruturas altamente dependentes de previsibilidade financeira e pouca margem para absorver choques externos.

Para Marcos Pelozato, advogado, contador e especialista em reestruturação empresarial, o mercado costuma olhar para crises como essa pelo ângulo errado.

“Muita gente enxerga apenas o tamanho da dívida, mas o problema normalmente começa antes. O que derruba empresas não é necessariamente o passivo acumulado, e sim a incapacidade de manter o fluxo de caixa funcionando quando a operação sofre interrupções relevantes”, afirma.

Segundo ele, negócios intensivos em capital vivem uma equação delicada. “São estruturas caras, com compromissos permanentes altos, dependência contratual forte e pouca flexibilidade para ajustes rápidos. Quando a receita desacelera de forma brusca, a pressão financeira aparece em questão de meses.”

QUANDO A CRISE OPERACIONAL VIRA CRISE FINANCEIRA

O caso da Andrade Gutierrez evidencia um padrão recorrente no ambiente corporativo: a crise jurídica costuma ser a etapa final de um desgaste que começou muito antes, geralmente dentro da própria operação.

Empresas de infraestrutura operam com ciclos longos, recebimentos condicionados à execução de contratos, necessidade constante de capital e cadeias complexas de fornecedores. Quando as obras param, o impacto não se restringe à receita futura. Ele compromete imediatamente a liquidez.

“Esse é um erro clássico de ges-



tão. Muitas empresas estruturam crescimento assumindo que a previsibilidade operacional vai se manter intacta. Quando surgem atrasos, mudanças macroeconômicas ou pressão cambial, descobrem que não construíram margem suficiente para absorver turbulência”, diz Pelozato.

O COMPONENTE INTERNACIONAL AMPLIA A COMPLEXIDADE.

Além dos desafios locais, a companhia carrega exposição a projetos fora do Brasil e passivos vinculados ao mercado externo, combinação que adiciona volatilidade cambial e negociações potencialmente mais duras com credores internacionais.

“Quando dólar, juros e operação pressionam ao mesmo tempo, o desgaste financeiro acelera muito. Mesmo empresas robustas sofrem quando múltiplos riscos se materializam simultaneamente”, afirma.

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DEIXA DE SER ÚLTIMO RECURSO

Na avaliação de especialistas, a escolha pela recuperação extrajudicial também merece atenção. Diferentemente da recuperação judicial tradicional, esse modelo pressupõe negociação prévia com credores e costuma ser adotado quando ainda existe capacidade de coordenação financeira.

Para Pelozato, esse detalhe muda a leitura do caso. “O empresário brasileiro ainda associa qualquer reestru-

turação à ideia de fracasso, mas essa visão está ultrapassada. Em muitos casos, buscar reorganização antes do colapso é justamente a decisão mais racional para preservar valor, empregos e continuidade operacional.”

O movimento também sinaliza amadurecimento no uso de instrumentos jurídicos de reorganização empresarial, especialmente em um ambiente de crédito mais restritivo.

O ALERTA QUE VAI ALÉM DA CONSTRUÇÃO PESADA

Ao destacar no pedido sua participação em obras emblemáticas como Itaipu, Belo Monte, Santo Antônio, a primeira linha do metrô de São Paulo e a rodovia Castelo Branco, a Andrade Gutierrez reforça sua relevância histórica para a infraestrutura nacional.

Mas, para o mercado, a discussão mais importante está em outro ponto. O caso reacende o debate sobre quantas empresas brasileiras, inclusive fora da construção pesada, operam hoje com estruturas pressionadas por crédito caro, dependência contratual e baixa resiliência financeira.

“Nem toda crise nasce de má gestão. Às vezes ela surge da combinação entre juros altos, dólar pressionado e choques operacionais. O problema é quando a empresa demora demais para reagir. Quando a crise chega à mesa jurídica, normalmente o desgaste financeiro já vem acontecendo há bastante tempo”, conclui Pelozato.

Fundação Dom Cabral é a 4ª melhor escola do mundo em Programas Abertos e a única da América Latina entre as dez melhores dos Rankings de Educação Executiva 2026 do Financial Times

Escola de negócios brasileira reafirma sua excelência internacional ao permanecer entre as líderes globais em educação executiva nos rankings

Empório



Prestes a completar 50 anos de atuação, a Fundação Dom Cabral (FDC), escola de negócios brasileira, foi listada em quarto lugar em Programas Abertos, oferecidos para indivíduos, nos Rankings do Financial Times 2026, um dos mais relevantes do mundo. A FDC, que participa do levantamento mundial desde 2005, é

a única instituição do Brasil entre as 10 primeiras colocadas no mundo e como representante da América Latina nestas primeiras posições.

Já em Programas Customizados, elaborados para atender demandas específicas das organizações, a instituição aparece em 11º lugar, mantendo-se entre as

principais escolas latino-americanas.

“Estar entre as melhores escolas de negócios do mundo há duas décadas é o reconhecimento de uma trajetória construída com consistência, excelência e capacidade de transformação diante das mudanças do mundo. É também um estímulo para seguirmos com



o nosso propósito de desenvolver lideranças e organizações e renovarmos o nosso compromisso com a educação como força motriz de uma sociedade mais próspera e inclusiva”, afirma Antonio Batista da Silva Junior, presidente executivo da Fundação Dom Cabral.

Segundo Paula Simões, diretora do Executive MBA e Programas Stricto Sensu e responsável pela área de Rankings e Acreditações, a FDC segue investindo de forma consistente em inovação, experiências de aprendizagem, internacionalização e desenvolvimento de lideranças capazes de gerar impacto sustentável. “Receber esse reconhecimento reforça que estamos no caminho certo e amplia nossa responsabilidade com o futuro da educação executiva e com a transformação positiva da sociedade”.

PROGRAMAS ABERTOS (90 ESCOLAS RANQUEADAS):

2ª POSIÇÃO EM:

preparação

(fornecimento de informações antecipadas sobre o conteúdo do

programa e o processo de seleção dos participantes);

métodos e materiais de ensino

(grau em que os métodos e materiais de ensino eram contemporâneos e apropriados, com uma combinação adequada de rigor acadêmico e relevância prática);

corpo docente:

(qualidade do ensino e grau de colaboração entre os professores para apresentar um programa coeso);

design do curso

(flexibilidade do curso e adequação do tamanho da turma, da estrutura e do formato do programa);

novas habilidades e aprendizado

(relevância das habilidades adquiridas para o ambiente de trabalho, facilidade de aplicação e grau em que o curso incentivou novas formas de pensar);

objetivos alcançados:

(grau em que as expectativas pessoais e profissionais foram atendidas, e probabilidade de os participantes recomendarem o programa).

PROGRAMAS CUSTOMIZADOS (100 INSTITUIÇÕES RANQUEADAS):

5ª POSIÇÃO EM:

preparação

(nível de interação entre o cliente e a escola, grau em que as ideias dos clientes foram integradas ao programa e eficácia da escola em incorporar suas pesquisas mais recentes).

6ª POSIÇÃO EM:

métodos e materiais de ensino

(grau em que os métodos e materiais de ensino eram contemporâneos e apropriados, com uma combinação adequada de rigor acadêmico e relevância prática).

Publicadas as normas que regulamentam proteção patrimonial mutualista e cooperativas de seguro

Resoluções do CNSP entram em vigor imediatamente e marcam nova etapa para o setor



Foram publicadas nesta quarta-feira (06), no Diário Oficial da União, as Resoluções CNSP nº 491 e nº 492, ambas de 4 de maio de 2026, que estabelecem, respectivamente, as normas gerais para operações de proteção patrimonial mutualista e para as sociedades cooperativas de seguros. Os normativos já estão em vigor.

As resoluções regulamentam a Lei Complementar nº 213, de 2025, que passou a prever a atuação de cooperativas de seguros e instituiu o mercado de proteção patrimonial mutualista, a ser operacionalizado por administradoras.

O Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda e

presidente do CNSP, Regis Dudena, destaca a relevância da medida para a inclusão securitária e para a melhoria nas condições de vida da população. “A regulamentação inaugura uma nova forma de fazer seguro e buscar proteção patrimonial, ao amparo de uma legislação mais moderna e inovadora. O Brasil possui um déficit de proteção patrimonial e a expectativa é que o novo arcabouço favoreça o surgimento de atores que possam oferecer soluções adaptadas para o seu público específico.”

“A medida amplia a concorrência, abrindo espaço para estimular iniciativas de complementariedade e sinergia em benefício de todo o mercado e da população. Adicionalmen-

te, a resolução traz especial atenção ao consumidor público desses novos serviços”, complementou.

O novo arcabouço normativo organiza modelos baseados na cooperação e no associativismo, estruturados em princípios como ajuda mútua, gestão democrática, participação dos membros e direitos dos consumidores. Ao disciplinar essas atividades, a regulamentação confere segurança jurídica e estabelece parâmetros para a atuação dessas entidades no mercado supervisionado.

A expectativa é que a medida contribua para ampliar a oferta de proteção, especialmente em regiões menos atendidas, além de estimular a con-



corrência e favorecer o desenvolvimento de produtos mais aderentes às diferentes realidades locais. Também se projeta impacto positivo na formação de poupança interna e no fortalecimento do setor como instrumento de resiliência econômica e social.

No caso da proteção patrimonial mutualista, disciplinada pela Resolução CNSP nº 491, a regulamentação organiza e traz para o ambiente supervisionado uma atividade amplamente difundida no país, especialmente no segmento de proteção veicular. A norma estabelece que os consumidores participarão de associações que, por sua vez, deverão contratar administradoras responsáveis pela gestão técnica, operacional, financeira e contábil dos grupos mutualistas.

Nesse modelo, os custos decorrentes de sinistros serão rateados entre os participantes, conforme regras previamente definidas, o que o diferencia do seguro tradicional, em que há a transferência integral do risco para a seguradora mediante o pagamento de prêmio. A regulamentação também delimita o escopo de atuação do segmento, concentrado na proteção de danos patrimoniais de veículos e de responsabilidades a eles associadas, ao mesmo tempo em que permite a atuação complementar do

mercado segurador e do resseguro.

Para o diretor da Susep Carlos Queiroz, a norma representa um avanço relevante ao estabelecer parâmetros claros de funcionamento e de proteção ao consumidor. Ele destaca que, ao trazer essa atividade para o ambiente regulado, com regras prudenciais, de governança, de produto e de conduta alinhadas às do mercado segurador, ampliam-se as opções disponíveis ao consumidor com maior previsibilidade e transparência.

Já a Resolução CNSP nº 492 inaugura um novo ciclo para o cooperativismo de seguros no país, ao estabelecer um marco regulatório mais robusto e aderente às especificidades desse modelo. Embora previsto em legislação há décadas, o segmento não havia se desenvolvido de forma significativa, cenário que a nova norma busca reverter ao criar condições mais favoráveis à sua expansão.

Nas cooperativas de seguros, os participantes atuam simultaneamente como segurados e cooperados, compartilhando os resultados da operação. A regulamentação permite atuação ampla, abrangendo seguros de danos patrimoniais, pessoais e de responsabilidade civil, e estrutura o sistema em diferentes níveis organizacionais, como cooperativas singula-

res, centrais e confederações.

Segundo Carlos Queiroz, a iniciativa alinha o setor de seguros à experiência consolidada de outros ramos do cooperativismo no país. Ele ressalta que a nova regulamentação fortalece um modelo baseado na participação dos membros e na distribuição de resultados, criando condições para ampliar o acesso à proteção securitária e estimular o desenvolvimento de soluções mais próximas das necessidades dos cooperados.

Para o Superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, o momento é de extrema importância para os mercados supervisionados pela autarquia. A publicação das resoluções que disciplinam as cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista representa um marco para o mercado, com potencial para impulsionar um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, inclusão e acesso ao seguro, contribuindo para a construção de um ambiente mais amplo, sólido e sustentável.

A íntegra dos novos normativos pode ser acessada em:

- **Resolução CNSP nº 491, de 4 de maio de 2026**
- **Resolução CNSP nº 492, de 4 de maio de 2026**

Fórum JK de Desenvolvimento Econômico recebeu Gustavo Werneck - CEO do Grupo Gerdau para uma palestra

Integrantes do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico reuniram-se em jantar no dia 25 de junho, na residência do empresário Luiz Brandão da Silveira, no bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte-MG, tendo como tema central a economia nacional e internacional - abordando-se a conjuntura atual e suas perspectivas; além dos dilemas e desafios do Brasil de hoje e, bem como, as próximas eleições no Brasil. O encontro contou com a participação especial do CEO do Grupo Gerdau, Gustavo Werneck, que fez uma análise sobre as economias brasileira e internacional destacando, principalmente, a concorrência de produtos chineses no mercado local, retirando da nossa indústria a sua capacidade de competitividade.

O coordenador-geral do Fórum JK, economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, pontuou novamente que



Fotos: Edy Fernandes

o país precisa se reconciliar com o desenvolvimento econômico e se libertar da armadilha do conjunturalismo e do imediatismo que o vem aprisionando há décadas. Considera, de outro lado, que a Meta número 1 do Brasil deve ser a do crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável. Para que isso ocorra, é necessário

implantar uma nova mentalidade, com a retomada do planejamento de longo-prazo, bem como, a modernização do país com uma revisão constitucional em que se possa contemplar reformas estruturais significativas, como as jurídica e administrativa, a política, a previdenciária e a trabalhista, além de outras. Afirmou, ainda, que a prática de taxas de juros reais elevadíssimas implantadas, principalmente neste século no país, deleta a nossa capacidade de crescimento econômico e subtrai competitividade da indústria nacional e onera substancialmente as contas públicas e o consumo das famílias.

O ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social Roberto Brant fez uma análise da situação política nacional e internacional, além de uma avaliação sobre os diversos cenários em relação às eleições de outubro.



Carlos Alberto Teixeira de Oliveira durante a sua apresentação, com Gustavo Werneck, Paulo Sérgio Ribeiro e Roberto Brant



Paulo Sérgio Ribeiro em sua apresentação, com Gustavo Werneck, Carlos Alberto Teixeira e Roberto Brant



Os anfitriões do encontro, o casal Sandra e Luiz Brandão



Roberto Baraldi, Cledorvino Belini, Gláucia Nasser e Gustavo Werneck

Fotos: Edy Fernandes



Roberto Brant durante o seu pronunciamento



Ricardo Guedes durante o seu pronunciamento



Lindolfo Paoliello, Manoel F. Guimarães, Luiz Brandão, Ricardo Valadares, Paulo Sérgio Ribeiro e Cledorvino Belini



Carlos Alberto Teixeira, Glauca Nasser, Manoel Ferreira Guimarães e Luiz Brandão



Carlos Alberto Teixeira, Sandra e Luiz Brandão, Estevão Fiúza



Wagner Veloso, Carlos Alberto Teixeira e Carlos Henrique Martins Teixeira



Gustavo Werneck, Carlos Henrique Martins, Manoel Ferreira Guimarães e Ricardo Guedes



Cledorvino Belini, Carlos Alberto Teixeira, Roberto Baraldi e Luiz Brandão

Fotos: Edy Fernandes



Ricardo Valadares, Glaucia Nasser e Antonio Manuel dos Santos Baltazar



Estevão Fiúza, Wagner Veloso e Emerson Fidelis Campos



Participantes do evento 1



Participantes do evento 2



Glaucia Nasser e Sandra Brandão



Ricardo Valadares Gontijo, Paulo Sérgio Ribeiro e José Anchieta da Silva



Roberto Brant, Paulo Brant, Carlos Alberto Teixeira e Aguinaldo Diniz



Manoel Pereira Bernardes, Carlos Alberto Teixeira e Manoel Ferreira Guimarães

JK, os economistas e a decidida confiança no princípio da livre empresa

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



A profissão de economista no Brasil foi implantada através da Lei Federal 1.411, em 13 de agosto de 1951, à época em que Getúlio Vargas presidia o governo brasileiro e, portanto, em breve estará comemorando 75 anos.

Apresento, a seguir, texto do discurso do presidente Juscelino Kubitschek como paraninfo dos formandos da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, ocorrido em Belo Horizonte - MG, em 5 de dezembro de 1958 e extraído da Coletânea de 3 volumes - 2.336 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de minha autoria.

"É para mim uma grande satisfação encontrar-me aqui convosco, no momento em que se coroam os vossos esforços, quando vos é entregue o diploma que vos habilita ao exercício de uma profissão nova e cada vez mais necessária ao Brasil.

Quis a vossa generosidade que me coubesse, depois do vosso, o papel de maior relevo na festa de hoje, escolhendo-me vosso paraninfo. Sejam, pois, de comovido agradecimento as primeiras palavras que vos dirijo. Tomo essa homenagem como prestada, não a mim pessoalmente, mas ao homem público, ao Presidente que alicerçou seu Governo num programa de desenvolvimento econômico, ao qual muitos economistas já prestam relevantes serviços. Por isso mesmo, sinto-me à vontade entre vós, vosso companheiro, não pelo conhecimento especializado, mas pelo mesmo ideal de bem servir à pátria, no afã de criar as condições econômicas necessárias à realização de seus altos destinos.

Esse programa de desenvolvimento econômico, que se consubstancia nas trinta metas que o meu Governo se propôs como objetivos mínimos, eu o havia prometido ao país, quando ainda era candidato à Presidência

da República. Meu primeiro cuidado, uma vez eleito, foi equacioná-lo em termos realistas, revendo as projeções e estimativas que haviam servido de base à sua primeira formulação, à medida que dados mais precisos eram obtidos e a própria execução de alguns projetos específicos aconselhava a sua atualização ou mesmo a sua modificação, num ou noutro ponto.

Nesse equacionamento, obedeceu-se igualmente às determinações de uma sadia estrutura financeira, limitando-o àqueles objetivos insuscetíveis de provocar uma sangria dos recursos do Tesouro Nacional, de caráter inflacionário, ou que obrigassem a novas responsabilidades no exterior, que sobrepassassem a capacidade econômica do país. Cingiu-se, assim, o meu Governo a um plano, certamente amplo, mas perfeitamente exequível, mercê de um esforço harmônico dos órgãos públicos e da livre empresa privada.

Essa integração de Governo e livre empresa é, na verdade, condição indispensável à boa e completa realização do programa de metas. Nesse particular, não modifiquei de forma alguma a ideia que exprimi ao povo brasileiro, quando lhe pleiteava os sufrágios; hoje, como então, reafirmo minha decidida confiança no princípio da livre empresa, cuja expansão ordenada é o penhor do progresso do país e o caminho mais curto para atingir-se o bem-estar social, alvo supremo de toda ação política.

Em nenhum dos cinco setores — energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação — em que se divide o programa de metas, tem o meu Governo a intenção de substituir-se à iniciativa privada. Sua missão limita-se, voluntariamente, a criar as condições necessárias à ordenação do desenvolvimento econômico a seus fins últimos de aperfeiçoamento social. Assim agindo, o Governo procura coordenar as empresas particulares, integrando-lhes os esforços numa ação de conjunto, que permitirá a aceleração do processo mesmo do desenvolvimento, graças à racional seleção de projetos específicos e à correta atribuição de meios para sua execução.

Para que se prossiga no cumprimento desse programa, que parcialmente será legado ao Governo que me suceder, urge que todos nós — homens públicos e chefes de indústria, educadores e operários, representantes das profissões liberais tradicionais e das que, como a vossa, começam a impor-se com entusiasmo e devotamento — nos unamos, com espírito livre de preconceitos, para levar a bom termo a ingente tarefa que nos coube.

Exatamente por ser uma política nacional, o plano de metas exige a participação de toda a população ativa do país, qualquer que seja o tipo de sua atividade, no âmbito governamental, ou no particular. Homens de Governo definiram-no; técnicos e especialistas fixaram-lhe os objetivos



JK e o Plano de Metas

mínimos; economistas enquadraram-no na estrutura econômico-financeira do país, para que ele tivesse condições de viabilidade. Estudaram-se a capacidade interna de investimento e as possibilidades de investimentos estrangeiros; estimaram-se a capacidade de importar e a de pagamentos ao exterior, sob a forma de exportação de mercadorias e serviços, e sob a forma de ingresso de capitais estrangeiros; consertaram-se medidas para entrosar o programa federal com os programas estaduais e municipais; harmonizaram-se as metas aos imperativos da segurança nacional.

Estará o programa de metas, contudo, incompleto, se não se preocupasse também com alguns aspectos peculiares da estrutura socioeconômica do Brasil, onde coexistem centros altamente desenvolvidos, na faixa litorânea principalmente, e outros ainda por serem trazidos a um nível de vida razoável. Não podemos permitir, sem grave prejuízo para o futuro deste país, que consideráveis extensões geográficas continuem à margem do desenvolvimento nacional. É preciso realmente incorporá-las ao país, mediante uma ocupação humana racional, convenientemente preparada sob todos os ângulos, possibilitando, assim, o aproveitamento do seu potencial econômico, até ago-

ra inerte e improdutivo.

Com essa finalidade, determinei que se desse cumprimento ao imperativo histórico e constitucional de transferir a capital brasileira para o centro do país de forma que ela sirva de foco de irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafejo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da nação.

A construção de Brasília não é, portanto, um sonho de visionário, ou a satisfação da vaidade tola de um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca, mas fantasiosa. Não, Brasília completa as metas, Brasília resulta da clara consciência de uma realidade geopolítica e econômica, sobre ser um esplêndido testemunho de nossa capacidade de realização.

A quem, fria e honestamente, pesar as razões que militam pró ou contra a mudança de capital, estou certo de que os argumentos acima terão demonstrado, sem sombra de dúvida, que se trata de uma necessidade inadiável e iniludível, que se justificaria amplamente, quaisquer que fossem os sacrifícios impostos ao



país, pelo único resultado de permitir o mais rápido desenvolvimento de vastas porções de nosso território. Entendeu, porém, o Governo de realizar essa transferência da maneira mais econômica possível, sem onerar excessivamente os cofres públicos. Para isso, além de estabelecer um esquema em larga proporção autofinanciável, vinculou-a, sempre que possível, ao plano de metas, especialmente no setor dos transportes. A articulação rodoviária e ferroviária de Brasília com o resto do país se faz, assim, sem prejuízo da ampliação do sistema geral de transportes e comunicações, prevista para 1960, e dentro do plano de penetração pelo interior do país e de sua comunicação com a periferia litorânea. Brasília possibilitou a ligação física do Brasil e garantirá a posse de nosso território e a unidade nacional.

Paralelamente ao programa de metas, vem o Governo dando especial atenção à recuperação econômica de regiões que, por fatores os mais diversos, requerem ação pública direta e de maiores proporções, como a Amazônia, o Vale do São Francisco, o Nordeste e a Faixa de Fronteiras do Sudoeste, onde têm sido feitos investimentos públicos de grande magnitude.

Aliado a essa preocupação de crescimento harmônico interno, esteve sempre o desejo, a aspiração de que também os povos irmãos do Continente Americano pudessem igualmente alcançar padrões econômicos e sociais mais elevados. A identidade de ideais políticos e culturais atingida pelos povos americanos deve fatalmente completar-se, no campo econômico, pela mesma elevação de padrão de vida a que aspiramos para o Brasil. O simples exame de alguns índices, particularmente significativos, como a taxa de crescimento demográfico e a renda per capita, revela desníveis de tal ordem, que a imperiosidade de correção salta aos olhos. Nem será por outro caminho que a América Latina encontrará forças para sobreviver ao impacto de determinadas formas de integração econômica de países altamente desenvolvidos, cujos aspectos favoráveis somos os primeiros a reconhecer, mas a cujas consequências econômicas, ou pelo menos a algumas delas, não nos podemos manter indiferentes.

Fiel à sua tradição diplomática de uma política exterior de franca e leal cooperação com todos os países e, muito especialmente, com seus vizi-

nhos continentais, o Brasil idealizou e encabeçou a chamada Operação Pan-Americana, que outra finalidade não tem, a não ser a que acima ficou esboçada, ou seja, atribuir ao Pan-Americanismo um conteúdo mais prático e objetivo, sobre o qual se possa continuar a construir no campo cultural e político, sem que se venha a experimentar o mesmo receio de Bolívar, qual seja o de estar semeando no mar.

Que era chegado o momento propício para o lançamento da Operação, comprova-o, além do apoio que recebemos das Repúblicas irmãs do Continente, o interesse que por ela tem manifestado o povo brasileiro, demonstrando estar psicologicamente preparado para aceitar seus encargos internacionais. A todos esses fenômenos de criação, de renovação, tanto no Brasil, quanto fora dele, vos é dado assistir e deles participais, meus caros parainfados, mais intensamente talvez que qualquer outro grupo profissional, porque todos eles apresentam matizes econômicos e financeiros. Não há, no mundo de hoje, um só acontecimento de relevo em que seja possível desenlaçar os componentes puramente políticos, econômicos ou culturais, tão intimamente se fundem eles uns nos outros.

Tendes visto, porquanto já vos disse, que não creio ser hoje possível a ação política que não levar em linha de conta os fatos econômicos e seus reflexos em todos os outros campos. Nenhuma estrutura social prevalecerá, se não estiver esteada numa sólida análise dos fatores econômicos existentes, assim como nenhum governo fará obra duradoura se se confinar às regras ultrapassadas do "laissez-faire", reservando-se para os problemas "políticos", na aceção que dava a essa expressão a arte de governar tradicional. Cada dia mais premente se faz necessária a vossa voz, economistas, nas decisões governamentais, e os dirigentes que não a escutarem estarão traindo a sua missão.

Nessa convicção é que, mais na

qualidade de vosso parainfo que na de Presidente da República, lanço-vos um apelo para que dirijais vossos olhos para a coisa pública, como já o têm feito muitos de vossos colegas mais velhos, e para que, com os vossos conselhos, fruto da ciência transmitida por vossos mestres, auxiliéis os governantes em sua ação prática.

Crede-me, quando vos afirmo ser de honra o vosso lugar nessa tarefa. A ciência econômica há muito deixou de ser uma disciplina esotérica, própria apenas para os debates teóricos, travados por uns quantos iniciados nos mistérios de um jargão abstruso, para tornar-se tão imprescindível na sociedade moderna quanto qualquer uma das outras ciências sociais. Já vão longe, felizmente, os tempos em que por economista se entendia um manipulador de cifras estatísticas, enredadas na malha estreita de uma dialética deslumbrante, porém infrutífera. Hoje, o economista está perfeitamente integrado na vida social, com funções definidas, prestando seus serviços como qualquer outro profissional. Vosso primeiro dever é preservar a conquista realizada por vossos antecessores, ao despir a economia daquele caráter exótico, para vesti-la da roupagem de uma ciência social, baseada acima de tudo em valores humanos. Nenhuma ciência é realmente grande e autêntica, senão quando se subordina ao aprimoramento do homem e se adapta à sua grandeza e às suas limitações. Essa marca teleológica, impressa em todo conhecimento, é



que dignifica a inteligência humana, elevando-a acima do puro instinto.

O conhecimento, tornado fim em si mesmo, esteriliza-se e esvazia-se de sentido. Se não tivermos o pensamento orientado por esse princípio, de nada, ou de muito pouco, nos servirá acumular noções, por mais extensas e

profundas que possam ser, pois lhes haverá faltado a ordenação e um fim. Na medida em que souberdes assim disciplinar vossas atividades, estareis integrando, mais e mais, a ciência econômica na cultura e estareis contribuindo para que ela se torne um fecundo instrumento de trabalho e civilização."

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

PIB do Brasil cresce 1,1% no primeiro trimestre de 2026

Matheus Pizzani

Economista do PicPay

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do primeiro trimestre registrou alta de 1,1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Frente ao mesmo período do ano anterior, o PIB registrou crescimento de 1,8%, acumulando alta de 2,0% nos últimos quatro trimestres móveis.

Conforme esperado, o setor agropecuário foi o destaque da divulgação, com crescimento de 2,0% na comparação com o trimestre anterior, tendo seu resultado puxado pelos principais componentes da pauta de exportação do setor primário do país, a soja e a pecuária. A indústria, por sua vez, registrou crescimento de 1%, também contando com forte contribuição do setor externo, grande responsável pela alta de 3,6% da indústria extrativa, além do avanço de 2,9% do setor de construção. O segmento de transformação, por outro lado, apresentou crescimento de caráter apenas marginal (+0,1%), ratificando o quadro de comportamento apenas moderado de setores sensíveis aos ciclos da economia doméstica.

Corrobora este último ponto o fraco desempenho do setor de serviços, que registrou alta de apenas 0,5%, crescimento proporcionado em boa medida pelos segmentos de informação e comunicação (+2,4%) e atividades imobiliárias (+1,2%). Subgrupos mais sensíveis ao nível de ociosidade da economia apresentaram crescimento apenas moderado, casos de Outras atividades de serviços (+0,8%) e Comércio (+0,6%), ou fecharam o período em queda, como as Atividades financeiras (-0,6%) e, principalmente, o segmento de Transporte, armazenamento e correio (-0,7%).



A maior fraqueza dos indicadores essencialmente domésticos pelo lado da oferta teve reflexo direto na dinâmica da demanda agregada, com o consumo das famílias avançando apenas 1% no trimestre, enquanto a alta foi de 1,2% no acumulado em quatro trimestres. Em ambos os casos, as taxas de variação ficaram abaixo do desempenho do indicador cheio do PIB.

A formação bruta de capital fixo foi o destaque entre os indicadores pelo lado da oferta, com alta de 3,5% no comparativo trimestral, embora a taxa de investimento efetivo tenha sido de apenas 16,5%, resultado abaixo do observado no mesmo período do ano anterior, quando o indicador alcançou 17,6%, mostrando que o indicador não reflete necessariamente avanço expressivo na expansão da capacidade produtiva do país e geração de novas tecnologias conforme uma primeira impressão pode sugerir.

Por fim, no caso do setor externo, o indicador divulgado hoje ainda não capta os efeitos tanto do bom desempenho das exportações das commodities agropecuárias e da alta do preço do petróleo, ambos fatores que devem alavancar o PIB do segundo trimestre, com as exportações recuando 1,7%, enquanto as importações, na esteira de um câmbio mais apreciado e demanda sazonal de importação de insumos produtivos, cresceram 4,4%.

Do ponto de vista analítico, o forte avanço da economia no período, materializado por uma taxa de variação relativamente elevada, não deve ser entendido como manutenção da trajetória de forte crescimento que marcou o desempenho da economia desde o fim da fase mais aguda da pandemia, tampouco com um possível foco de pressão inflacionária.

No primeiro caso, a descrição apresentada acima evidencia o peso que a economia internacional exerceu sobre a dinâmica da atividade econômica lo-



cal nos três primeiros meses do ano, seja por conta do bom desempenho da agropecuária, com a maior produção respondendo aos estímulos de preço e elevada participação no mercado global de commodities do país, como também pela via da indústria extrativa, segmento no qual o Brasil já se encontrava bem posicionado e que passou a ganhar ainda mais relevância após o início do conflito no Oriente Médio e a maior demanda pelo petróleo brasileiro.

Quanto aos fatores essencialmente locais, vale destacar que, excetuando-se o efeito de medidas geradas no âmbito da política econômica, como o impulso de crescimento aos setores de construção e atividades de serviços imobiliários gerado pela execução de obras relacionadas à programas como o Minha Casa Minha Vida, a demanda orgânica doméstica apresentou comportamento essencialmente moderado, com desempenho abaixo do esperado do setor de serviços. Sequer vetores que tradicionalmente foram capazes de reverter esta trajetória se mostraram eficazes, como a adoção do

reajuste real do salário-mínimo e a maior demanda sazonal historicamente verificada no início do ano.

Neste sentido, do ponto de vista prospectivo, a tendência é que o resultado do primeiro trimestre seja refletido em boa parte dos demais períodos do ano, em especial no segundo trimestre, com os indicadores antecedentes já sinalizando a manutenção do ambiente menos dinâmica de segmentos cíclicos e o bom desempenho do setor externo.

Do ponto de vista da política monetária, esta combinação pode ser bem recebida pelo Banco Central, uma vez que configura um modelo de crescimento que, além de não gerar pressão inflacionária em um primeiro momento, uma vez que é puxado pela economia internacional, pode entregar a consolidação do cenário de desaquecimento gradual da demanda doméstica buscado pela instituição, com foco no efeito deste movimento sobre indicadores como o mercado de trabalho e a demanda por crédito de famílias e empresas.

Cemig reforça orientações de segurança elétrica para Copa do Mundo e festas juninas

Companhia alerta sobre cuidados com instalações temporárias, decoração, ligações provisórias e uso seguro da energia durante período de grande movimentação em junho

Com a realização da Copa do Mundo e a chegada das tradicionais festas juninas, o mês de junho promete movimentar cidades de todas as regiões de Minas Gerais. Entre transmissões de jogos, quermesses, arraiais, apresentações culturais e eventos comunitários, a expectativa é de aumento na circulação de pessoas e na montagem de estruturas temporárias que demandam energia elétrica. Diante desse cenário, a Cemig reforça orientações para garantir que as comemorações ocorram de forma organizada e segura.

Durante esse período, espaços públicos, escolas, praças, bares e áreas comunitárias costumam receber decoração especial, sistemas de iluminação, barracas, estruturas de som e telões para transmissão das partidas. Segundo a companhia, o planejamento adequado das instalações elétricas é fundamental para evitar transtornos e reduzir riscos.

De acordo com o gerente de Saúde e Segurança Corporativa da Cemig, José Firmo do Carmo Júnior, os enfeites e ornamentações precisam ser instalados com atenção especial para evitar acidentes envolvendo a rede elétrica.

“Além do risco de choque elétrico, existe o risco de queda durante a instalação dos enfeites, o que pode provocar acidentes graves. Para aqueles que pretendem decorar ruas e espaços públicos, inclusive representantes do poder público municipal, é importante lembrar que é proibido afixar objetos em postes ou em quaisquer estruturas da Cemig”, orienta.

José Firmo do Carmo Júnior destaca



ainda que os enfeites jamais devem ser fixados em postes ou braços de iluminação pública e que arame ou outros materiais metálicos não devem ser utilizados na sustentação de bandeirinhas e ornamentações. Além disso, é importante manter distância mínima de 1,5 metro da rede elétrica para evitar riscos em situações de ventania ou deslocamento das estruturas.

Outro elemento tradicional das festas juninas que exige atenção são as fogueiras. A recomendação é que sejam montadas longe da rede elétrica, da vegetação e de áreas de circulação intensa de pessoas. Em períodos mais secos, o risco de incêndios aumenta e os cuidados precisam ser redobrados.

LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Eventos temporários, como quermesses, transmissões coletivas de jogos, arraiais e festividades comunitárias, normalmente exigem fornecimento adicional de energia para barracas, sistemas de som, iluminação e outras estruturas. Nesses casos, a Cemig reforça a importância da solicita-

ção antecipada de ligação provisória.

A companhia destaca que a solicitação deve ser feita com antecedência para permitir a análise técnica e garantir que a infraestrutura necessária esteja disponível para o evento, principalmente em períodos de maior demanda.

A solicitação da ligação provisória pode ser realizada no portal Cemig Atende disponível no site www.cemig.com.br e das agências presenciais localizadas na área de concessão.

Cinco cuidados para evitar transtornos elétricos em festas juninas e eventos da Copa do Mundo:

- **Não instalar enfeites em postes**
- **Manter distância mínima da rede elétrica**
- **Não utilizar arames metálicos em bandeirinhas**
- **Solicitar ligação provisória com antecedência**
- **Nunca realizar ligações improvisadas ou clandestinas**

Figurinhas da Copa: o que o hábito de colecionar pode estimular no cérebro de crianças e adolescentes?

O fenômeno dos álbuns da Copa do Mundo vai além da brincadeira e pode contribuir para desenvolvimento cognitivo e social

A cada edição da FIFA World Cup, uma tradição volta a mobilizar crianças, adolescentes e até adultos: colecionar figurinhas. Trocas nas escolas, busca pelas “raras” e o desafio de completar o álbum transformam a brincadeira em um verdadeiro fenômeno cultural — e, segundo especialistas, a experiência pode trazer benefícios importantes para o desenvolvimento infantil.

De acordo com a neuropsicóloga Aline Graffiette, o hábito de colecionar estimula diferentes áreas cognitivas e emocionais, principalmente em crianças e adolescentes.

“Apesar de parecer apenas entretenimento, colecionar figurinhas envolve memória, organização, atenção, planejamento e interação social. O cérebro trabalha diversas habilidades durante esse processo”, explica.

A especialista destaca que o simples ato de procurar números repetidos, identificar espaços vazios no álbum e organizar as páginas já estimula funções executivas importantes para o desenvolvimento cognitivo.

Além disso, a troca de figurinhas favorece habilidades sociais e emocionais. “A criança aprende negociação, espera, frustração, comunicação e convivência. Existe um aspecto coletivo muito forte nessa experiência”, afirma Aline Graffiette.

Outro ponto observado pela profissional é o impacto afetivo e nostálgico do hábito. “Colecionar também



cria memória emocional. Muitos adultos revivem experiências da infância através dos álbuns, o que ajuda a explicar por que a febre das figurinhas atravessa gerações”, diz.

Em um cenário dominado por telas e estímulos digitais rápidos, atividades físicas e interativas como essa ganham ainda mais relevância. “É uma brincadeira que promove interação presencial, troca entre amigos e senso de pertencimento, algo muito importante principalmente para crianças e adolescentes”, destaca.

A neuropsicóloga ressalta, porém, que os pais devem acompanhar a experiência para evitar excessos ligados ao consumo ou frustração exagerada. “O ideal é que a atividade seja vivida de forma leve e divertida, sem transformar o álbum em motivo de ansiedade ou competição extrema”, explica.

Benefícios que o hábito de colecionar figurinhas pode estimular

- **Atenção e concentração;**
- **Memória visual;**
- **Organização;**
- **Raciocínio lógico;**
- **Habilidades sociais;**
- **Tolerância à frustração;**
- **Interação fora das telas.**

Para Aline Graffiette, o sucesso das figurinhas mostra que experiências simples continuam despertando interesse mesmo na era digital. “Existe um valor emocional e social muito grande nesse tipo de brincadeira. Ela conecta pessoas, gera troca e estimula habilidades importantes de forma natural e prazerosa”, finaliza.

Profissionalização da gestão condominial impulsiona valorização de imóveis no Brasil

Administração mais técnica e estratégica aumenta liquidez, reduz riscos e fortalece sustentabilidade financeira dos empreendimentos

A profissionalização da gestão condominial tem se consolidado como um dos principais vetores de transformação do mercado imobiliário brasileiro, com impacto direto na valorização dos imóveis, na liquidez das negociações e na experiência de moradia. Mais do que um diferencial, a administração qualificada passou a ser um critério relevante para compradores, investidores e locatários.

Dados recentes apontam que o setor condominial no Brasil emprega mais de 500 mil pessoas, evidenciando sua relevância econômica. Paralelamente, o perfil dos gestores também evoluiu: atualmente, 46% dos síndicos já atuam de forma profissional e 72% buscaram capacitação específica para exercer a função, indicando uma mudança estrutural na forma como os condomínios são administrados no país.

Especialistas destacam que a gestão eficiente, baseada em manutenção preventiva, organização financeira e segurança, deixou de ter caráter exclusivamente operacional e passou a influenciar diretamente o valor patrimonial dos empreendimentos. Hoje, fatores como transparência, previsibilidade orçamentária e controle da inadimplência ganham peso na decisão de compra.

Condomínios com finanças organizadas, baixa inadimplência e processos bem definidos transmitem maior segurança jurídica e financeira, reduzindo riscos de despesas inesperadas e conflitos internos. Além disso, ambientes bem conservados e organizados contribuem para a qualidade



de vida dos moradores, influenciando tanto a decisão de aquisição quanto a permanência no imóvel.

Outro reflexo relevante está na liquidez. Empreendimentos com gestão estruturada tendem a ter negociações mais ágeis, enquanto a má administração pode comprometer a atratividade, mesmo quando o imóvel apresenta boas características individuais.

Estudos do setor indicam que uma gestão condominial eficiente pode elevar o valor dos imóveis entre 5% e 15%, reforçando o papel estratégico da administração na preservação e valorização do patrimônio.

Nesse cenário, a gestão financeira ganha protagonismo. O acesso a

soluções estruturadas de crédito e planejamento permite que condomínios realizem obras, modernizações e melhorias sem comprometer o fluxo de caixa, garantindo previsibilidade e sustentabilidade no longo prazo.

Para Luciano Magalhães Macedo, CEO do Cerus, instituição financeira especializada em condomínios, a profissionalização do setor exige uma abordagem cada vez mais estratégica. “A gestão condominial deixou de ser apenas operacional e passou a ter impacto direto na valorização dos imóveis. Planejamento financeiro, governança e acesso a soluções adequadas são fundamentais para reduzir riscos, aumentar a eficiência e fortalecer a atratividade dos empreendimentos”, afirma.

Doação de órgãos: Cartórios de Notas registram quase 30 mil manifestações em dois anos no Brasil

Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) em Cartório completa dois anos, registra crescimento contínuo nas solicitações e amplia acesso da população à manifestação formal de vontade para doação de órgãos. Cerca de 48 mil pessoas aguardam em filas para transplantes

Quase 30 mil brasileiros já formalizaram digitalmente o desejo de doar órgãos no país enquanto mais de 48 mil pessoas aguardam atualmente por um transplante no Brasil. Criada há dois anos pelos Cartórios de Notas e regulamentada nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) vem ampliando o acesso da população à autorização oficial para doação e fortalecendo a cultura da doação no país.

Desde seu lançamento, a plataforma já contabiliza 29.745 manifestações formais de intenção de doação de órgãos realizadas de forma totalmente eletrônica. O crescimento das solicitações demonstra a consolidação da ferramenta como um importante instrumento de apoio ao sistema nacional de transplantes e de conscientização sobre a importância da doação de órgãos no país.

Somente em 2024, primeiro ano completo de funcionamento da AEDO, foram registradas 18.659 solicitações. Em 2025, outras 8.886 manifestações foram realizadas pela plataforma. Já em 2026, até o início de maio, o sistema soma mais 2.200 autorizações eletrônicas, mantendo o ritmo de adesão da população ao serviço.

Os números ganham ainda mais relevância diante da realidade enfrentada pelo sistema de transplantes brasileiro. Dados do Ministério da Saúde apontam que mais de 48 mil pessoas aguardam atualmente por um transplante de órgão no Brasil. Apenas em 2026, mais



de 3 mil transplantes já foram realizados no país, dando sequência ao crescimento observado nos últimos anos. Entre os mais frequentes estão os de rim e fígado, que seguem concentrando a maior demanda nacional.

“A Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos representa um avanço importante ao permitir que a população manifeste oficialmente sua vontade de forma simples, segura e totalmente digital”, afirma Eduardo Calais. “Ao longo desses dois anos, a AEDO se consolidou como uma ferramenta de cidadania, conscientização e apoio direto à política pública de transplantes no Brasil, uma vez que a conversa que antes era somente familiar agora pode ser formalizada oficialmente pela internet”, completa.

Criada pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), por meio da plataforma e-Notariado, e regulamentada nacionalmente pelo CNJ por meio do Provimento nº 164/2014, a AEDO permite que qualquer cidadão realize gratuitamente sua autorização de doação de órgãos

pela internet, com validação jurídica realizada pelos Cartórios de Notas.

Além do avanço tecnológico, iniciativas legislativas também passaram a incentivar a adesão ao sistema. No Paraná, por exemplo, a Lei nº 22.618/2025 passou a garantir benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos para doadores cadastrados na AEDO.

COMO FUNCIONA A AEDO

O processo é totalmente digital e realizado por meio da plataforma e-Notariado. O interessado acessa o portal oficial da AEDO, solicita gratuitamente um Certificado Digital Notarizado, realiza uma videoconferência com um tabelião de notas e assina eletronicamente o documento indicando quais órgãos deseja doar.

A autorização passa a integrar automaticamente a Central Nacional de Doadores de Órgãos, podendo ser consultada por profissionais autorizados do Sistema Nacional de Transplantes. O documento pode ser revogado a qualquer momento pelo cidadão.

O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) é a entidade de classe que representa institucionalmente os tabeliães de notas brasileiros e reúne as 24 Seccionais dos Estados. O CNB/CF é filiado à União Internacional do Notariado (UINL), entidade não governamental que reúne 89 países e representa o notariado mundial existente em mais de 100 nações, correspondentes a 2/3 da população global e 60% do PIB mundial.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa **total personalização**, transparência e **confiança aos nossos clientes**.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



Atlético lança Galo na Veia com anuidade de R\$ 13

Programa Social dá acesso a ingressos na Arena MRV para torcedores em vulnerabilidade social

O Atlético e o Instituto Galo lançaram no dia 20 de maio, na Arena MRV, o GNV Instituto Galo, nova modalidade social do programa de sócio-torcedor Galo Na Veia criada para ampliar o acesso da torcida atleticana aos jogos do Clube. Com anuidade no valor de R\$ 13, o projeto disponibilizará 1.113 vagas e reservará 513 ingressos no setor Inter Norte para todas as partidas do Atlético como mandante, com o preço de R\$ 13. O processo de cadastro para o novo programa terá início no próximo domingo (24), das 9h às 15h, na esplanada da Arena MRV.

A iniciativa busca criar oportunidades para que mais atleticanos possam viver a experiência de apoiar o time na arquibancada da Arena MRV. A nova modalidade amplia o alcance social do programa de sócio-torcedor e fortalece a conexão entre o Clube e sua torcida.

O programa, conduzido em conjunto pelo Atlético e pelo Instituto Galo, braço social do Clube, pretende aproximar torcedores que hoje enfrentam dificuldades socioeconômicas para frequentar os jogos e reforçar o compromisso com a inclusão, pertencimento e transformação social por meio do futebol. Além do acesso às partidas, os associados do GNV Instituto Galo também poderão ter acesso futuro a consultas médicas eletivas no Ambulatório do Instituto Galo, além de cursos de inglês e profissionalizações, presenciais e virtuais.

“O Atlético é um clube popular e a Arena MRV precisa refletir isso cada vez mais. Estamos olhando com cuidado para este tópico. O GNV Instituto Galo nasce para ampliar o acesso e



aproximar a experiência do estádio para todos os torcedores. Queremos uma Arena cada vez mais conectada com a realidade e a diversidade da Massa atleticana”, afirma Márcio Freire, Vice-Presidente de Negócios da SAF do Galo.

CRITÉRIOS DO GNV INSTITUTO GALO

Para participar do programa, os interessados deverão atender a critérios estabelecidos pelo Instituto Galo em conjunto com o Galo na Veia. Entre os requisitos estão:

Não ter participado de outra categoria do Galo na Veia nos últimos três anos;

Possuir renda mensal inferior a dois salários-mínimos;

Manter em dia a anuidade do programa.

Os ingressos serão vinculados obrigatoriamente ao CPF do associa-

do, sem possibilidade de transferência para terceiros.

O processo de cadastro já começou no dia 24 de maio, das 9h às 15h, na esplanada da Arena MRV.

O GNV Instituto Galo integra a atuação social conduzida pelo Clube dos 113, grupo responsável por apoiar e sustentar as ações do Instituto Galo.

Desenvolvido em formato pioneiro no futebol brasileiro, o Instituto Galo tem orçamento totalmente independente dos cofres do Clube. Os projetos são realizados a partir de fontes de receita alternativas: incentivos fiscais por meio das legislações vigentes no país, doações e percentual do faturamento da Arena MRV, estádio próprio do Galo. O Instituto Galo utiliza o poder de mobilização da torcida para transformar a sociedade, com campanhas de combate à fome e ao frio; doação de sangue; promoção da educação, da cultura e da saúde. O objetivo é contribuir para uma sociedade melhor, mais humana e solidária.

BMW Group Brasil nomeia Gonzalo Sanjuán como novo CEO

A alteração organizacional será efetiva a partir de 1º de setembro de 2026

Com mais de 20 anos de experiência internacional dentro do BMW Group, Gonzalo Sanjuán se reportará a Maru Escobedo, que assumiu o cargo de Presidente e CEO do BMW Group América Latina

O BMW Group Brasil anunciou hoje a nomeação de Gonzalo Sanjuán como seu novo CEO, com vigência a partir de 1º de setembro de 2026. Ele se reportará a Maru Escobedo, que foi nomeada Presidente e CEO do BMW Group América Latina em 1º de março de 2026.

Gonzalo Sanjuán traz experiência internacional e um histórico comprovado dentro do BMW Group, abrangendo mais de duas décadas em mercados e funções-chave. Sua jornada na BMW começou em 2002 como estagiário de marketing, sublinhando seu longo compromisso com a empresa. Sua extensa carreira no BMW Group inclui papéis de liderança em marketing, vendas e estratégia para as marcas BMW e MINI.

Antes de sua nomeação como CEO do BMW Group Brasil, Sanjuán atuou como Diretor de Marketing da BMW Espanha desde 2021, onde contribuiu significativamente para o desenvolvimento da marca e o desempenho de mercado. De 2017 a 2021, ele liderou o Cluster de Vendas e Marketing para o Sul da Europa para a MINI, com sede na Alemanha, supervisionando iniciativas estratégicas em vários países. Sua carreira anterior na MINI Espanha começou como Head de Vendas e Estratégia (2012–2017) e Gerente de Área de Vendas (2011–2012). Ele também ocupou várias funções na BMW Motorrad Espanha, incluindo Gerente de Área de Vendas



(2009–2011) e Gestão de Produto e Business Intelligence (2007–2009).

Academicamente, Sanjuán é bacharel em Administração de Empresas pela Universidad Complutense, possui um Mestrado em Marketing e Gestão Comercial pela ESIC e completou um Programa de Liderança na London Business School.

Maru Escobedo deu as boas-vindas a Sanjuán em seu novo cargo, expressando confiança em sua liderança. “Estendo uma calorosa saudação a Gonzalo Sanjuán ao assumir este papel crucial para o BMW Group Brasil”, afirmou Escobedo, Presidente e

CEO do BMW Group América Latina. “A vasta experiência de Gonzalo e seu profundo entendimento do setor automotivo premium, juntamente com sua forte liderança, o tornam o líder ideal para guiar nossas operações brasileiras. Tenho certeza de que, sob sua orientação, o BMW Group Brasil continuará sua trajetória de sucesso e solidificará nossa liderança no mercado premium.”

Sanjuán acrescentou: “Estou incrivelmente honrado e animado para liderar o BMW Group Brasil, um mercado de imensa relevância estratégica e crescimento dinâmico para nossas marcas. O Brasil é um país vibrante com clientes apaixonados, e estou comprometido em construir sobre a forte base estabelecida por Maru e meus antecessores. Meu foco será acelerar nossa jornada em direção às tecnologias Neue Klasse, fortalecer nossa liderança premium e entregar experiências incomparáveis para nossos clientes e parceiros, sempre alinhado com a visão global do BMW Group para inovação e sustentabilidade.”

O Brasil é o principal mercado de vendas para a marca BMW na América Latina, entregando consistentemente forte desempenho e significativo potencial para soluções de mobilidade premium. Continua sendo o único mercado mundial a oferecer soluções a gasolina, híbridas plug-in, híbridas leves e flex-fuel, ampliando a escolha do cliente. A nomeação de Gonzalo Sanjuán sublinha o compromisso do BMW Group em fortalecer sua presença e liderança neste mercado-chave. Um sucessor para sua função anterior como Diretor de Marketing da BMW Espanha será anunciado oportunamente.

Shell Brasil anuncia mudança na presidência

João Santos Rosa assumirá a posição em 1º de agosto de 2026



lá, as atribuições e responsabilidades do cargo permanecem integralmente com Cristiano Pinto da Costa.



A Shell Brasil informa que Cristiano Pinto da Costa decidiu deixar a companhia e seguir novos rumos após uma carreira de quase 30 anos, quatro deles na presidência da Shell Brasil. Sob sua liderança, a Shell teve um aumento de produção de aproximadamente 25% no país, superando a marca dos 500 mil barris diários em março de 2026. Cristiano também liderou o trabalho que culminou na decisão final de investimento do projeto Orca, com primeiro óleo previsto para 2029. Neste período, a companhia também saltou de aproximadamente 30 para mais de 70 contratos de exploração e produção no Brasil, incluindo as entradas em Sul de Santos e Pelotas.

Cristiano também esteve à frente de um aumento significativo no portfólio de pesquisa e desenvolvimento da Shell Brasil, que atualmente investe cerca de USD 120 milhões por ano em P&D através da cláusula de pesquisa re-

gulamentada pela ANP. Na sua gestão a companhia triplicou investimentos na área social e patrocínios, tornando-se uma das maiores investidoras em esporte, educação e cultura através das leis federais de incentivo.

O atual presidente da Shell na Itália, João Santos Rosa, deixará o cargo na Europa e assumirá a Shell Brasil em 1º de agosto, acumulando tanto a presidência quanto o cargo de Vice-presidente Executivo para o Brasil na linha global de Upstream. Nascido em Portugal, João tem mais de 20 anos de experiência no setor de energia. Ele ingressou na Shell em 2002, e já ocupou posições no Reino Unido, Austrália, Holanda e Estados Unidos; com atuação nas áreas de Upstream, Trading, Estratégia, Marketing, e Desenvolvimento de Novos Negócios.

Cristiano e João já iniciaram formalmente um processo de transição, a ser concluído em 1º de agosto. Até

A Shell é vencedora do 31º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais, cuja solenidade de premiação ocorrerá no dia 10 de junho, nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte – Minas.

Desde 1913 no país, a Shell Brasil é uma companhia de energia integrada, com participação nos setores de Petróleo e Gás, Soluções Baseadas na Natureza, Pesquisa & Desenvolvimento e Trading, por meio da comercializadora Shell Energy Brasil. A companhia está presente ainda no segmento de Biocombustíveis por meio da joint-venture Raízen, que no Brasil também gerencia a distribuição de combustíveis da marca Shell. A Shell Brasil trabalha para atender à crescente demanda por energia de forma econômica, ambiental e socialmente responsável, avaliando tendências e cenários para responder ao desafio do futuro da energia.

AVC: a doença que mais mata no Brasil

Guia para identificar os sintomas e ajudar no socorro imediato



Acidente Vascular Cerebral (AVC) - ou derrame, como é popularmente chamado -, é uma condição em que há interrupção do fluxo sanguíneo para uma parte do cérebro, levando à perda da função daquela região. Existem dois tipos principais: o AVC isquêmico, que ocorre por obstrução de uma artéria, geralmente por um coágulo, sendo o mais comum; e o AVC hemorrágico, causado pelo rompimento de um vaso sanguíneo, levando a sangramento no cérebro. Ambos são situações graves e exigem atendimento imediato.

Os números e as estimativas da doença alertam para uma “epidemia”

silenciosa. Dados da Organização Mundial do AVC indicam que uma em cada quatro pessoas com mais de 35 anos vai sofrer AVC em algum momento da vida. Se há uma boa notícia é que 90% dos casos poderiam ser evitados com a redução dos fatores de risco, que são hipertensão ou pressão alta, diabetes, tabagismo, obesidade e sedentarismo.

O Ministério da Saúde (MS), inclusive, afirma que o AVC lidera o ranking de causas de morte no Brasil, superando os infartos. De acordo com o MS, a cada seis minutos, aproximadamente, é registrado um óbito por AVC no País, totalizando 265 mortes por dia. O au-

mento de AVC em jovens também chama atenção, pois responde hoje pelo incremento de 44% dos casos em pessoas com menos de 50 anos.

Com a mudança no cenário da incidência do AVC no Brasil, o Hospital Edmundo Vasconcelos preparou esse guia, juntamente com o Dr. Tiago Abrão Setrak Sowmy, neurologista, para orientar como identificar os sintomas e buscar socorro imediato.

SINTOMAS

Os sintomas do AVC costumam surgir de forma súbita. Entre os mais comuns estão fraqueza ou dormência

em um lado do corpo, desvio da boca, dificuldade para falar ou entender o que está sendo dito, perda de visão, tontura ou dificuldade para andar; e, em alguns casos, dor de cabeça intensa e repentina. A principal característica é a instalação abrupta desses sinais, o que deve sempre chamar atenção.

ROSTO, BRAÇO E FALA

Existe uma forma simples e prática de reconhecer um possível AVC no dia a dia, conhecida como a regra do “rosto, braço e fala”. Peça para a pessoa sorrir e observe se há desvio da boca; peça para levantar os dois braços e veja se um deles não consegue subir ou cai; e observe se a fala está enrolada ou incompreensível. Se qualquer uma dessas alterações estiver presente, é necessário buscar ajuda imediatamente.

HOSPITAL COM URGÊNCIA

O tempo para procurar atendimento médico deve ser o menor possível. Idealmente, o paciente deve chegar ao hospital nas primeiras horas após o início dos sintomas, pois existem tratamentos que só podem ser realizados dentro de janelas específicas de tempo. Em muitos casos, intervenções mais eficazes ocorrem nas primeiras 4 a 6 horas, mas quanto antes o atendimento for iniciado, maiores são as chances de recuperação.

AVC sem sintomas: o que fazer?

É fundamental ir imediatamente ao pronto-socorro sempre que houver qualquer sintoma neurológico súbito, mesmo que pareça leve ou que melhore espontaneamente. Não se deve aguardar evolução, pois a situação pode piorar rapidamente ou perder-se a oportunidade de tratamento específico.

SINAIS DE GRAVIDADE

Alguns sinais indicam maior gravidade, como rebaixamento do nível

de consciência, dificuldade para respirar, vômitos persistentes, dor de cabeça muito intensa e súbita, convulsões ou paralisia completa de um lado do corpo. Nesses casos, o risco de morte ou de sequelas graves é ainda maior.

SINTOMAS LEVES

O AVC pode, sim, apresentar sintomas leves ou passageiros, caracterizando o que é chamado de ataque isquêmico transitório. Mesmo nesses casos é imprescindível procurar atendimento médico, pois esse evento pode ser o aviso de que um AVC mais grave pode ocorrer nas próximas horas ou dias.

FATORES DE RISCO

Os principais fatores de risco para AVC incluem hipertensão arterial, diabetes, colesterol elevado, tabagismo, sedentarismo, obesidade e doenças cardíacas, especialmente arritmias, como a fibrilação atrial. Pessoas com essas condições devem ter atenção redobrada e acompanhamento médico regular.

AVC EM JOVENS

Embora seja mais comum em idosos, pessoas jovens também podem apresentar AVC. Nesses casos, podem estar envolvidos fatores como alterações da coagulação, doenças autoimunes, uso de drogas, dissecções arteriais ou associação de anticoncepcionais com tabagismo. Os sintomas são semelhantes aos dos pacientes mais velhos e devem ser valorizados da mesma forma.

DEMORA NO ATENDIMENTO

A demora em buscar atendimento pode resultar em perda irreversível de tecido cerebral, aumentando significativamente o risco de sequelas como paralisia, dificuldades na fala, alterações cognitivas e até morte. O cérebro é extremamente sensível à falta de oxigênio, e cada minuto de atraso impac-

ta diretamente no prognóstico.

ATENDIMENTO NO PRONTO-SOCORRO

No Pronto-socorro, o atendimento de um paciente com suspeita de AVC é realizado de forma rápida e protocolar. Inicialmente há avaliação clínica e neurológica, seguida de exames de imagem, como a Tomografia, para diferenciar o AVC isquêmico e do hemorrágico. A partir disso, define-se o tratamento, que pode incluir medicações específicas para dissolver coágulos ou procedimentos para retirada do trombo, além de medidas de suporte e controle de fatores como pressão arterial.

ATÉ CHEGAR NO HOSPITAL

Enquanto o paciente não chega ao hospital, algumas atitudes podem ser fundamentais: acionar imediatamente o Serviço de Emergência, anotar o horário exato do início dos sintomas, manter a pessoa em repouso e em posição confortável, evitar oferecer alimentos, líquidos ou medicamentos, e observar sinais vitais e nível de consciência. Essas medidas simples podem contribuir para o desfecho mais favorável.

CADA PACIENTE É ÚNICO

É importante reforçar que cada paciente deve ser avaliado de forma individualizada. A conduta médica depende do tempo de início dos sintomas, do tipo de AVC, das condições clínicas prévias e dos medicamentos em uso. Por isso, o reconhecimento precoce e o encaminhamento imediato ao atendimento especializado são determinantes para reduzir sequelas e salvar vidas.

Fonte: Dr. Tiago Abrão Setrak Sowmy - Neurologista do Hospital Edmundo Vasconcelos, formado pela Universidade de São Paulo (USP), com residência em Neurologia pelo HC-FMUSP e mestrado em Neurociências pelo Hospital Israelita Albert Einstein. Atua com foco em doenças neurológicas, especialmente esclerose múltipla e neuroimunologia, além de cursar MBA em inovação e aplicação de inteligência artificial na Medicina.

Cirurgia cardíaca sem abrir o peito avança e redefine o padrão de tratamento



Operar o coração com cortes mínimos já é uma realidade consolidada em centros de referência e vem ganhando espaço rapidamente. A cirurgia cardíaca robótica, realizada por pequenas incisões e com alta precisão, está mudando a forma como doenças cardíacas são tratadas, com impacto direto na recuperação dos pacientes.

Hoje, mais de 2,6 milhões de cirurgias robóticas são realizadas por ano no mundo, segundo a Intuitive Surgical, com crescimento consistente impulsionado pela evolução tecnológica e pela adoção em diferentes especialidades.

Na cirurgia cardíaca, o avanço é ainda mais significativo. Ao invés da abertura completa do esterno, a abordagem robótica permite acessar o coração por incisões de poucos centímetros entre as costelas, preservando estruturas importantes do tórax.

“Essa tecnologia nos permite realizar cirurgias complexas com muito mais precisão e menor impacto no organismo do paciente”, explica o cirurgião cardiovascular Dr. Robinson Poffo.

Os benefícios clínicos são claros. Estudos mostram que procedimentos minimamente invasivos estão associados a:

- **Menor dor no pós-operatório;**
- **Redução da perda sanguínea;**
- **Menor necessidade de transfusão;**
- **Alta hospitalar mais precoce;**
- **Retorno mais rápido às atividades do dia a dia.**

Outro ponto relevante é a ampliação das indicações. Com o avanço da técnica e maior experiência das equipes, a cirurgia robótica já é utilizada em diferentes procedimentos cardíacos, como: correção de válvulas (es-

pecialmente mitral), tratamento de arritmias, entre outros.

Além disso, a tecnologia oferece ao cirurgião uma visão tridimensional ampliada e maior controle dos movimentos, o que contribui para resultados mais precisos e previsíveis.

“O robô não substitui o cirurgião, mas potencializa a capacidade humana. É uma evolução natural da cirurgia”, afirma Dr. Poffo.

A tendência é que a cirurgia cardíaca caminhe cada vez mais para abordagens menos invasivas, com foco em segurança, precisão e melhor experiência para o paciente.

Fonte: Dr. Robinson Poffo - Médico pela PUC-PR, com residência em Cirurgia Cardiovascular na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, especialização em Cirurgia Cardiorádica pela University of Alabama at Birmingham (EUA) e mestrado pela UFPR.



San Gimignano – Cidade da Torres. Atmosfera feudal e arte na Toscana

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Leitores fiéis de MC reconhecem, há décadas, o viés desta coluna de estimular o estudo antecipado do destino a ser visitado, antes de partir em viagem. Conhecer a História, os hábitos, a cultura, a arte e as realizações de seu povo faz enorme diferença em sua viagem.

Esta prática enriquece a estada e transmuta um simples deslocamento no espaço e no tempo em uma experiência única de vida, incomparavelmente prazerosa, que é viajar a turismo.

A Itália figura entre os países com maior número de monumentos histó-

ricos por metro quadrado do mundo; um enorme celeiro de realizações humanas que plasmaram a civilização.

Hoje, estamos em Sangimignano, província de Siena, ponto da rota Vila Francígena, um dos principais caminhos de peregrinação da Europa, com 3.200 km, partindo de Canterbury, na Inglaterra passando pela França, até Roma, na Itália. Um dos cenários marcantes logo ao chegar são as enormes torres-casa.

ORIGENS

A cidade, hoje, Patrimônio da UNESCO, foi fundada no século III a.C.

pelos etruscos, nativos antigos da Península Itálica. Seu crescimento teve início na Idade Média, a partir do ano 1199. A cidade, então emancipada, se torna uma joia fortificada. As famílias ricas que controlavam a comuna passavam a competir entre elas erigindo torres para ostentar poder e riqueza. Construíram 72 torres, com até 50 metros de altura. Hoje, restam apenas 14 delas. A mais alta é a Torre Grossa, com 54 metros, concluída em 1311.

A Peste Negra em 1347 assola a Europa, causa ondas de fome e drástico declínio da população.

O reflorescimento de San Gimignano

nignano se dá nos séculos XIV e XV, com impulsionamento das artes.

O CENTRO HISTÓRICO

Praças, torres, igrejas, becos estreitos e uma atmosfera de Idade Média nos transportam como um sonho para o passado.

As ruas mais visitadas no centro histórico são a Via San Giovanni - entrada principal pela porta de mesmo nome - que chega à Piazza della Cisterna, no coração da cidade. No lado oposto, a Via San Matteo, com lojas, cafeterias e palácios medievais.

Essas vias formam o roteiro principal de um ambiente medieval único, onde se concentra o movimento turístico e edifícios históricos, comércio de produtos locais, arte, artesanato, sorveterias e restaurantes.

Recentemente, foi inaugurada uma passarela de 420 metros de extensão pelas muralhas, oferecendo ao visitante uma visão panorâmica.

MUSEU

O Museu San Gimignano é instalado em salas dos antigos palácios Gamucci e Ficarelli. São 10 galerias de exposição. Numa delas encontra-se uma fiel reconstrução da Cidade, como existia no período medieval.

A CATEDRAL

Dedicada à Santa Maria Assunta, o edifício foi iniciado em 1148, consagrado pelo Papa Eugênio III, depois ampliado entre 1466 e 1468.

O interior é famoso pelos ricos afrescos cobrindo praticamente todas as paredes e as arcadas em mármore preto e branco listrado.

Uma sequência de afrescos de Taddeo di Bartolo representa o Juízo Final em detalhes macabros. Existem tam-



bém ciclos do Antigo Testamento por Bartolo di Fredi (1356-1367) e do Novo Testamento, atribuídos a Barna da Siena

As duas capelas principais são a Capela de San Gimignano, com um altar de Benedetto da Maiano, e a Capela de Santa Fina, desenhada por Giuliano da Maiano, com esculturas de seu irmão Benedetto.

PALAZZO COMUNALE

Palazzo Comunale e Torre Grossa: A sede da prefeitura abriga o Museu

Cívico, e uma galeria de afrescos. A escadaria com 218 degraus dá acesso ao topo da Torre Grossa, com 54 metros de altura, para vistas panorâmicas.

Para os apreciadores de uma estética mais trágica, vale a visita ao Museu da Tortura, que exhibe uma coleção de instrumentos e dispositivos originais utilizados para punições durante a Idade Média.

San Gimignano é uma experiência concentrada de Idade Média e Renascimento, no coração da Toscana.



Mercado Gastronômico

Preferência nacional

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



Se alguém perguntasse a você que prato melhor representa a culinária brasileira, qual seria a sua resposta?

No primeiro momento, parece complicado escolher um prato entre as centenas de comidas tradicionais que existem pelo Brasil afora.

Entretanto, há uma iguaria que está presente em cardápios de restaurantes e eventos populares de Norte a Sul do país e que figura na maioria das revistas estrangeiras de culinária

quando se fala da comida brasileira: a feijoada.

Muitos acham que o Brasil, por ser um país tropical, deveria preferir comidas com ingredientes menos quentes ou calóricos, isto é, melhor adaptados às temperaturas ambientais elevadas.

Não é o que corresponde à realidade. A feijoada, com seus 12 ingredientes adicionados ao feijão, há cerca de 300 anos faz parte da mesa dos brasi-

leiros no inverno e no verão, no dia a dia e em ocasiões especiais. Há nutricionistas que condenam seu consumo por causa das calorias que a reunião dos ingredientes agrega ao prato.

Só por este princípio (preconceito?) a feijoada ganhou uma lista interminável de receitas, cada uma satisfazendo gostos de acordo com a região e preferência das pessoas. Uma porção com 100gr de feijoada completa contém 171 calorias, 12gr de carboidratos, 7gr de gordura e 13gr de

proteínas. Esses números assustam alguém? Não deveria...

A origem da feijoada é polêmica. E, às vezes, com versões contraditórias. Algumas muito pouco prováveis de ser verdade. Uma delas é de que o prato foi inventado no Rio de Janeiro. Pode ser verdade que o primeiro restaurante a servir uma feijoada completa no Brasil foi o Novo Café do Commercio, no centro do Rio, mas os pernambucanos garantem que foi o restaurante do “recém inaugurado” Hotel Theatre em Recife a primeira casa de pasto brasileira a incluir o prato em seu cardápio. Isto, na primeira metade do Século IX. Quem está certo?

Na verdade, a história da feijoada brasileira é cheia de bobagens e absurdos que induzem à discordâncias até mesmo os grandes pesquisadores do país. A velha história de que os escravos comiam com feijão e farinha os restos do porco que os seus senhores rejeitavam é uma asneira sem tamanho.

O que passa mais perto desta lenda é que a feijoada nasceu onde havia criação de suínos e, não, em grandes centros da época longe das fazendas e sítios. Os pertences eram frescos. Só o charque era salgado – que é a única carne de boi a participar dessa lista de ingredientes.

Que a feijoada foi inspirada nos centenários cozidos tradicionais em Portugal e suas colônias – entre elas Angola, Macau, Moçambique e Cabo Verde – também pode ser verdade. Mas está longe de ser comprovada. Afinal, não existem dados específicos sobre a alimentação dos escravos nos documentos da época. Eles comiam o que a terra em volta deles produzia.

Há quem diga, que o cozido é um prato fácil de fazer e que, por isso, não precisa da influência de terceiros para ser preparado pela primeira vez. É consumido no mundo inteiro, cada continente, região e país usando os



ingredientes e produtos locais. Aqui no Brasil há outro cozido que faria sucesso em qualquer lugar, mas faz o sucesso da feijoada: é a moqueca baiana, ou a peixada capixaba.

Assim existe o Cassoulet no Sul da França, o Pot-Au-Feu no Norte, o Bolitto na Itália, o Goulash na Europa Oriental (com origem na Hungria), Pozole no México, Karê no Japão, a Fabada Asturiana na Espanha, Shakriyeh na Síria, o Estufado inglês e os cozidos asiáticos onde se usam o grão de bico com carne de bode e carneiro – além de muitos pratos mais da China e Japão. Todos são unanimidade em seus países.

A feijoada brasileira de antigamente era bem diferente da atual. Apesar de basicamente ser a mesma coisa, hoje é costume adaptar a receita, que fez a fama do prato no final do Século IX e início do XX, a gostos mais diversos. Existe a feijoada rica, light, gorda, pobre e a completa.

Para ser completa são usados pedaços do porco e do boi (uma herança secular), totalizando 12 itens: pé, orelha, língua, focinho, rabo, toucinho (bacon), paio, linguiça, costelinha, pernil, lombo, charque ou carne seca.

Os acessórios são a farinha de mandioca fina (às vezes passada na gordura, azeite de dendê ou manteiga), laranja em fatias, couve rasgada ou fatiada refogada na banha com torresmo, e molho (vinagrete) apimentado.

Há décadas o boi contribuía com mais partes do seu corpo. Usava-se muito a ponta-de-agulha, paleta, acém e canela. Hoje, só a carne seca ou a de sol, principalmente em Minas Gerais.

A popularidade da feijoada é indiscutível e ela representa o nosso país em centenas de publicações estrangeiras. Infelizmente, as receitas que costumam ver nas revistas e livros europeus e americanos não têm nada a ver com a verdadeira feijoada dos brasileiros. A revista italiana A Tavola, há algum tempo, publicou uma receita incluindo cotechino, stinco, carré, cenoura e feijão branco – que lá é difícil (quase impossível) encontrar o feijão preto ou mulatinho.

Em BH, a feijoada é homenageada anualmente, há mais de 10 anos, desde que a Câmara Municipal instituiu o Dia Municipal da Feijoada, comemorado todo dia 18 de maio. Um belo e justo reconhecimento à mais saborosa **PREFERÊNCIA NACIONAL!**



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Vinhos de inverno e as uvas

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

Em coluna anterior, abordei sobre os Vinhos de Inverno, que, constituindo uma revolução na vitivinicultura brasileira, situa o Sul de Minas como a mais importante região desses vinhos em Minas Gerais; sendo, até por isto, detentora de certificação de Indicação de Procedência (IP), e caminhando para a obtenção do selo de Denominação de Origem (DO).

Com a certificação – reconhecida em 2025; portanto, a mais recente no cenário vitivinícola nacional – o Sul de Minas coloca-se ao lado de históricas áreas vinícolas, notadamente do sul brasileiro, a exemplo de Pinto Bandeira, Monte Belo, Altos Montes, Campanha, Farroupilha e outras.

São uvas desses vinhos de inverno, Cabernet Franc, Merlot, Cabernet Sauvignon, Marselan, Pinot Noir, Petit Verdot, Grenache (Garnacha, na Espanha, Alicante em Portugal e Itália), Sangiovese e destacadamente, Syrah, para os tintos; Sauvignon Blanc, Chardonnay, Viognier, Marsanne, para os brancos.

Sabido que o vinho reproduz as qualidades da uva empregada, essas, mencionadas acima, especiais e/ou nobres – universalmente reconhecidas por seus vinhos –, elencadas na IP Sul de Minas, explicam a qualidade dos vinhos. Ademais, destacando neles o saber-fazer do vitivinicultor mineiro.

Ou seja, excelentes uvas, grandes vinhos. Da Cabernet Franc, espera-se um vinho de corpo menos robusto, se comparado ao seu parente Cabernet Sauvignon; mas, destacado aro-



ma (framboesa, chocolate, pimenta). É o seu perfil.

Merlot – com seu corpo redondo e suculento, na boca é elegante e, assim, também no nariz; groselha, ameixa preta, os aromas mais presentes. Cabernet Sauvignon – onipresente em todas as latitudes e, pois, considerada a uva tinta mais importante do mundo; possui tanino destacado e os aromas, frutas pretas, menta, hortelã, os predominantes. Marselan – seu vinho apresenta a força tânica da Cabernet Sauvignon; aromas de frutas pretas e vermelhas maduras e cacau; possui bom poder de guarda, além de ser gastronômica. Pinot

Noir – muito exigente em relação ao clima, origina vinhos sedosos, ele-

gantes na boca e no nariz; aromas de framboesa, morango, violetas. Grenache – considerada uma das uvas mais cultivadas do mundo. Seu vinho é muito alcoólico com sabores de pimenta preta e ervas. Tempranillo (Aragonês ou Tinta Roriz, em Portugal) – seu vinho tem corpo muito robusto e muita persistência; aromas e sabores de especiarias, tabaco e couro. Sangiovese – vinho encorpado e seco e acidez natural elevada; aromas e sabores de especiarias, tabaco, cereja, frutas silvestres. Syrah – intensas notas de especiarias e pimenta preta e ameixa preta e frutas silvestres; taninos flagrantemente.

Sauvignon Blanc – seu vinho tem a mais destacada expressão aromática, vigorosos e ácidos, além de gostosamente refrescantes, aromas de aspargos, maracujá, manjerição, entre outros. Chardonnay – seu vinho tem estilo macio e fácil de agradar a todos os paladares; seus aromas variam de acordo com sua origem; pera, pêssego, manga, goiaba, aqui no Novo Mundo. Viognier – o vinho tem grande potência aromática com baixa acidez; os aromas variam de acordo com a origem.

ANIVERSÁRIO

Celebrando o seu aniversário, Warley Pontello recebeu amigos e familiares, dia 15, último, no Mangabeiras. Na elegante festa, regida por sua Emília Queiroga, entre abraços e acepipes, circularam, regamente, os destacados vinhos de sua importadora, Pontello Du Vin.

Tim, tim.



A lição que o Brasil já aprendeu (e esqueceu) sobre o petróleo

Christian Lohbauer

Mestre e doutor em Ciências Políticas pela USP e professor universitário desde 1998, com longa trajetória executiva no setor empresarial e associativo e atuação em conselhos de agronegócio e relações internacionais.

A mais recente escalada de tensão no Estreito de Ormuz, a hidrovia por onde escoam um quinto da produção mundial de petróleo e gás, voltou a disparar o preço do barril nos mercados globais. A cada nova crise no Oriente Médio, o mundo estremece. Os preços do petróleo sobem, as bolsas oscilam e governos correm para explicar à população por que o combustível ficou mais caro. Trata-se de um roteiro repetido à exaustão — e que o Brasil já poderia ter evoluído há décadas.

Em 1979, a Revolução Islâmica derrubou Mohammad Reza Pahlavi (ex-xá, ou rei, do Irã) e desequilibrou o mercado global de petróleo. O choque foi brutal. Mas, para o Brasil, aquele momento de crise foi também de oportunidade: em 1975, nasceu o Pró-Álcool, o maior programa de biocombustíveis da história, transformando cana-de-açúcar em combustível e em soberania energética.

Quase 50 anos depois, a história se repete. Nova crise no Irã, nova tensão no Oriente Médio, novo abalo nos preços do barril. E o Brasil, mais uma vez, assiste ao espetáculo como espectador, quando deveria ser protagonista de uma solução que já domina há muito tempo.

O país desenvolveu, nessas décadas, um arsenal invejável: etanol de cana, etanol de milho, biodiesel, frota flex que cobre 80% dos veículos nacionais. Hoje, 27% da gasolina já contém etanol na mistura. Máquinas agrícolas rodam 100% a etanol.



Quantos lugares no mundo podem dizer o mesmo?

Enquanto isso, a Malásia (grande produtora de óleo de palma) aumentou a mistura de biocombustível em seus derivados, reduzindo a dependência do petróleo importado. Simples, lógico e soberano.

No Brasil, o caminho oposto: interferência política nos preços da Petrobras, controle artificial da gasolina para conter inflação e uma narrativa

que esconde do consumidor o verdadeiro potencial do que já temos. O etanol muitas vezes perde competitividade na bomba não por mérito técnico, mas por distorção de política pública.

Importamos cerca de 30% do diesel que consumimos. Essa dependência é uma vulnerabilidade estratégica num país que produz biocombustíveis de classe mundial. A lição de 1979 está escrita. Falta apenas a coragem política de aplicá-la.



“Minas são muitas” e isso se reflete na sua fisiologia política

Guto Araújo

Publicitário e especialista em marketing político. Colaborou em 6 campanhas presidenciais no Brasil e América Latina e mais de trinta campanhas para governos estaduais e prefeituras. É vice-presidente de planejamento do CAMP e co-autor do livro “Marketing Político no Brasil”.

A frase do icônico escritor mineiro Guimarães Rosa que se completa com “porém, são poucos os que conhecem as mil faces das Gerais”, reflete a complexidade sócio-cultural do estado mais central do Brasil. Nossa terra tem o peso e a responsabilidade de atuar como coração do país, conectando regiões com a malha viária mais extensa e problemática em 853 municípios e o terceiro lugar no PIB nacional, atrás apenas de RJ e SP. Minas é feita de mil faces recortadas em regiões distintas: o norte conectado com a cultura do nordeste através da Bahia, o Triângulo ligado fortemente ao agronegócio, o sul com forte influência de São Paulo e o leste do estado com forte influência carioca. Minas é complexa e isso já é sabido.

Sabemos também que só uma vez na história das eleições presidenciais pelo voto direto, um presidente foi eleito sem ganhar em Minas. Em 1945 Getúlio Vargas foi o segundo mais votado no estado ao ser derrotado por Eduardo Gomes por uma diferença de 23 mil votos. Desta maneira, o segundo colégio eleitoral do país é disputado ombro a ombro pelos postulantes à Presidência e, certamente por isso, as disputas internas e articulações nacionais se tornam tão intrincadas por aqui. Em mais um ano de eleição nacional polarizada, Minas é dos poucos estados que não possui representantes políticos nos dois extremos dessa divisão. Até aqui, nada de novo.

Novo talvez seja o cenário analisado pela pesquisa Genial/Quaest do



dia 28/04 que apresenta uma lista indefinida, composta por um pré-candidato assumido e já em pré-campanha, o governador em exercício Mateus Simões do PSD. Ele é seguido por outros quatro pré-candidatos não assumidos que no momento testam suas estratégias e discursos com a opinião pública, tateando e medindo as forças que orbitam suas possíveis candidaturas e estudando as alianças mais proícuas para esse pleito. Nessa dança se manifestam principalmente Cleitinho-Republicanos, Rodrigo Pacheco-PSB, Alexandre Kalil-PDT e Gabriel Azevedo-MDB. Todos cientes sobre isso, espero.

Cientes somos também de que o voto tem um componente emocional crucial para sua decisão já que a esperança e a segurança de um futuro melhor e estável são os principais

componentes do que o eleitor comum quer ouvir e acreditar. E completando o raciocínio como iniciamos, citando Guimarães Rosa, fica a pergunta: “Todo amor não é uma espécie de comparação?”. Eu respondo, com certeza, pois na política, como no amor, é necessário mostrar vontade para efetuar a conquista. Não há como chegar ao coração do eleitor sem se apresentar de verdade como merecedor desse voto de confiança. Claro que existem momentos de flerte, existe o jogo da sedução. Mas geralmente quem ganha é aquele que demonstra mais disposição, que se coloca primeiro e mostra o seu querer de maneira clara e direta. Porque quando alguém é muito cobiçado, não se deve esconder esse desejo além do tempo necessário. Sob pena de receber, em casa, o convite do casamento...com o rival.



A revolução digital de Taiwan na Saúde

Dr. Chung-Liang Shih

Ministro da Saúde e Bem-Estar de Taiwan

A saúde global atravessa hoje um divisor de águas fundamental, onde a tecnologia deixou de ser um recurso opcional para se tornar o alicerce essencial do cuidado humano. Enquanto as sociedades enfrentam o envelhecimento populacional e uma escassez sem precedentes de profissionais, Taiwan não está apenas reagindo a esses desafios, mas moldando proativamente um futuro, onde a inovação serve à vida.

Este novo capítulo da medicina coloca a digitalização no coração de um modelo proativo, integrado e profundamente focado na jornada de cada indivíduo, integrando Big Data, Inteligência Artificial e tecnologias em nuvem para elevar a eficiência e a qualidade do atendimento a níveis históricos. O sucesso dessa jornada ambiciosa apoia-se em dois pilares fundamentais: uma indústria de tecnologia de vanguarda e o sólido sistema de Seguro Nacional de Saúde, que acumulou décadas de dados clínicos de alta qualidade, servindo como uma base de conhecimento inigualável para o desenvolvimento da saúde inteligente.

Para organizar esse potencial, Taiwan implementou o “Framework 3-3-3”, infraestrutura que integra três espaços de saúde, três padrões de dados e três centros de IA. O sistema permitiu que mais de 400 hospitais adotassem o padrão FHIR, garantindo fluidez e segurança. Na prática, isso transforma o cotidiano clínico: a Plataforma do Médico de Família usa IA para prever riscos, movendo a saúde do reativo para o proativo. O sistema MediCloud complementa



a estratégia com acesso em tempo real a exames e históricos, enquanto a interpretação por IA eleva a precisão diagnóstica e a segurança, garantindo um cuidado mais assertivo e humano para todos os pacientes.

O protagonismo da saúde retornou ao cidadão por meio da gestão pessoal. A plataforma “My Health Bank” já envolve metade da população, integrando dados de dispositivos vestíveis para um papel ativo no bem-estar. Na oncologia, o padrão FHIR para dados genéticos agilizou a burocracia e o acesso a tratamentos vitais. Paralelamente, o uso de cartões virtuais, receitas eletrônicas e telemedicina superou barreiras geográficas, democratizando o atendimento em áreas rurais e fortalecendo o cuidado domiciliar. Assim, a tecnologia encurta distâncias, garantindo que a inovação chegue a quem mais precisa de forma ágil e humana.

Taiwan consolidou ainda uma governança robusta para o desenvol-

vimento da IA clínica, estabelecendo 19 centros nacionais dedicados à validação de segurança e impacto dessas tecnologias. Com mais de 50 produtos médicos de IA já aprovados para uso clínico, o país demonstra uma competitividade internacional que se reflete no ranking da Newsweek de “Melhores Hospitais Inteligentes do Mundo 2026”, onde Taiwan ocupa o segundo lugar na Ásia com 13 instituições de destaque.

As enfermidades ignoram fronteiras e a saúde global exige cooperação integral. Taiwan demonstrou capacidade técnica e compromisso para fortalecer a resiliência mundial, mas permanece injustamente isolado da OMS. Instamos a comunidade internacional a apoiar a inclusão de Taiwan no sistema global, afinal, nosso objetivo é garantir que a inovação digital beneficie toda a humanidade, consolidando a saúde como um direito fundamental e universal, independentemente de barreiras políticas ou geográficas.



O erro que empresas brasileiras cometem ao operar nos EUA e que custa caro

Igor Meireles

Contador e especialista em tributação e planejamento patrimonial internacional, com mais de 20 anos de experiência em contabilidade, consultoria tributária e estruturação de empresas no Brasil e no exterior. Atua com empresas brasileiras e subsidiárias de grupos internacionais, incluindo organizações americanas, europeias e asiáticas. É sócio responsável pelas áreas Contábil e Tributária da Bernhoeft, consultoria brasileira reconhecida pela atuação em soluções contábeis, tributárias, bpo de folha de pagamento e de gestão de terceiros.



Comparar os sistemas tributários do Brasil e dos Estados Unidos não é apenas um exercício técnico, é entender duas formas completamente diferentes de pensar a tributação. E é justamente essa diferença de lógica que leva muitas empresas brasileiras a cometerem erros ao operar no mercado americano.

No Brasil, a tributação gira em torno do consumo. Impostos estão distribuídos ao longo da cadeia, muitas vezes com efeitos cumulativos, e

acabam incorporados ao preço final de praticamente tudo. Já nos Estados Unidos, o sistema é estruturado principalmente sobre a renda, enquanto os tributos sobre consumo aparecem de forma descentralizada, por meio de sales taxes estaduais e locais. Essa diferença muda não apenas a forma de tributar, mas a forma de tomar decisão.

No ambiente brasileiro, a pre-ocupação costuma começar pela pergunta: “quanto vou pagar de im-

posto?”. Nos Estados Unidos, essa é a pergunta errada para começar. Antes de qualquer cálculo, o ponto central é outro: como aquela operação será classificada e documentada do ponto de vista fiscal. Parece sutil, mas não é.

Uma empresa brasileira que presta serviços para um cliente nos EUA, por exemplo, pode incorrer em custos desnecessários simplesmente por não entender como aquele pagamento será enquadrado. A definição da natureza da renda, do status fiscal

das partes envolvidas e das regras de retenção na fonte é o que determina o resultado tributário, não apenas a alíquota. Esse é um dos principais pontos de ruptura entre os dois sistemas.

No Brasil, a eficiência tributária costuma estar ligada à gestão de processos, classificação fiscal de produtos e organização da cadeia de consumo. Nos Estados Unidos, ela está muito mais relacionada ao planejamento de renda, à estrutura societária e à consistência das declarações financeiras e fiscais.

Quando se fala em complexidade, o Brasil frequentemente aparece entre os sistemas mais desafiadores do mundo, e não sem razão. A combinação entre alta carga operacional, múltiplos tributos e um volume intenso de obrigações acessórias cria um ambiente de compliance contínuo, em que empresas precisam lidar com entregas mensais e cruzamentos constantes de dados.

Nos Estados Unidos, embora o sistema também seja técnico e exigente, a complexidade se manifesta de outra forma. Ela está menos na burocracia do dia a dia e mais na necessidade de enquadrar corretamente cada operação e sustentar essa classificação com documentação adequada.

Essa lógica também se reflete no calendário fiscal.

Nos Estados Unidos, a chamada “tax season” organiza o mercado em torno de um período claro, com prazos mais padronizados. O tradicional deadline de abril funciona como um marco financeiro, forçando empresas e pessoas físicas a consolidarem receitas, deduções e pagamentos realizados ao longo do ano.

Esse modelo cria disciplina. Mesmo quando há possibilidade de extensão para entrega da declaração, o pagamento do imposto continua



atrelado ao prazo original, o que obriga contribuintes a planejarem caixa e anteciparem decisões.

No Brasil, por outro lado, o ambiente corporativo não permite essa concentração. O compliance é permanente. Empresas operam sob um fluxo contínuo de obrigações, o que dilui a pressão ao longo do ano, mas aumenta a complexidade operacional. Outro ponto que diferencia os dois sistemas está na forma como as declarações são preparadas.

Nos Estados Unidos, há uma cultura mais forte de autoapuração. Empresas precisam estruturar suas informações contábeis, sustentar classificações fiscais e preencher formulários que variam conforme sua estrutura e local de atuação. Isso explica a dependência maior de softwares especializados e consultorias, já que o trabalho envolve interpretação de regras e não apenas envio de dados.

No Brasil, a digitalização e o avanço dos sistemas da Receita Federal criaram um ambiente de maior automação e cruzamento de informações. Isso desloca parte do esforço para padronização e consistência de dados, embora a complexidade permaneça elevada.

Diante desse cenário, a reforma tributária brasileira surge como uma tentativa de aproximar o país de mo-

delos internacionais, especialmente ao adotar um IVA dual. No entanto, a simplificação prometida depende menos do desenho teórico e mais da execução prática, especialmente na definição de exceções, regimes específicos e na condução da transição.

Para empresas que operam, ou pretendem operar simultaneamente no Brasil e nos Estados Unidos, o desafio não está apenas em entender dois sistemas, mas em garantir coerência entre eles.

Fluxos como serviços, royalties, juros e dividendos exigem atenção redobrada. A classificação incorreta pode gerar retenções indevidas, riscos de dupla tributação e custos que poderiam ser evitados com uma estrutura mais bem definida desde o início.

Mais do que isso, é um erro tratar essas operações como independentes. Elas estão conectadas e a gestão eficiente depende de uma governança contábil e tributária integrada, com dados consistentes e alinhamento entre as jurisdições.

No fim, a maior diferença entre Brasil e Estados Unidos não está apenas na forma de tributar, mas na forma de pensar a tributação. E é essa mudança de mentalidade que separa operações eficientes de estruturas que acumulam custo, risco e ineficiência ao longo do tempo.



A sua empresa sabe fazer as perguntas certas?

Paulo de Vasconcellos Filho

Conselheiro e Consultor em Estratégia

O que Marilyn Monroe e Albert Einstein tinham em comum? A inteligência — ambos possuíam um QI de 160.

Mas o que realmente diferenciava Einstein dos bilhões de habitantes do planeta? Segundo ele próprio, era a sua curiosidade insaciável.

A principal arma do curioso é a Pergunta. E saber perguntar pode fazer toda a diferença — inclusive na performance da sua empresa.

Peter Drucker, o pai da Administração Moderna, afirmava que “mais importante do que saber as respostas é saber fazer as perguntas certas”. Muito antes dele, Sócrates já ensinava seus discípulos a aprender por meio de perguntas, método que ficou conhecido como a Escola Socrática.

Infelizmente, nosso sistema educacional ainda valoriza mais a capacidade de responder do que de questionar. Da escola fundamental ao mestrado, o aluno é avaliado pelo que sabe repetir, não pelo que sabe explorar. E essa cultura se reflete na formação dos gestores. Não tenho conhecimento de cursos de Administração que estimulem o desenvolvimento da habilidade de formular boas perguntas — competência essencial para compreender e resolver problemas nas organizações.

Mesmo nas empresas, a curiosidade raramente é estimulada. Poucas valorizam a competência de questionar — justamente num mundo em que a incerteza e a complexidade dos mercados exigem líderes que pensem criticamente e explorem diferentes perspectivas.

Como disse Roberto Campos, embaixador e brilhante economista, “tudo



na vida tem ônus e bônus”.

Com as perguntas não é diferente. Perguntas superficiais tendem a gerar respostas superficiais que, por sua vez, produzem decisões medíocres que geram resultados igualmente medíocres.

Mas será que esse tema merece tanta atenção?

John Maxwell, considerado uma das maiores autoridades mundiais em liderança, publicou em 2014 um livro com 304 páginas — *Grandes Líderes Fazem Grandes Perguntas* — dedicado a mostrar como o poder das perguntas molda decisões e resultados.

Os antigos segredos do rei Salomão, símbolo da sabedoria, também não oferecem respostas prontas: eles inspiram perguntas poderosas, capazes de conduzir às respostas mais valiosas.

A Harvard Business School reforça esse princípio no artigo “Melhores perguntas, melhores reuniões”, defendendo que a eficácia começa em aprender a

arte estratégica de formular as perguntas certas, no momento certo, para as pessoas certas.

E a Harvard Business Review, em sua edição especial da Primavera de 2023, trouxe títulos emblemáticos: “Ser um líder estratégico é fazer as perguntas certas” e “Para ter pensamento crítico é preciso fazer perguntas melhores.”

Peter Drucker, conselheiro do lendário Jack Welch, eleito Executivo do Século XX por sua gestão à frente da GE, também dedicou um livro a esse tema: *As Cinco Perguntas Essenciais que Você Sempre Deverá Fazer sobre Sua Empresa*.

Com a devida vênia ao mestre Drucker, acrescentamos uma pergunta 1, que orienta todas as demais:

- 1. Qual é o nosso Propósito?**
- 2. Qual é a nossa Missão?**
- 3. Quem é o nosso cliente?**
- 4. O que o cliente valoriza?**
- 5. Quais são os nossos resultados?**
- 6. Qual é o nosso plano?**

Podem parecer simples demais para a mente brilhante de Drucker, mas não se engane.

Crie o hábito de fazer essas perguntas, primeiro nas reuniões mensais de diretoria e, depois, trimestralmente. As respostas que emergirem serão reveladoras e capazes de transformar sua empresa em uma verdadeira máquina de resultados excepcionais.

E quanto à simplicidade, lembre-se das palavras do filósofo e poeta libanês Khalil Gibran:

“A simplicidade é o último degrau da sabedoria.”



O espelho da desordem: A guerra de Trump e o caos brasileiro

Samuel Hanan

*Engenheiro com especialização em macroeconomia e finanças. Foi vice-governador do Amazonas e é autor de obras sobre o desenvolvimento brasileiro. *Samuel Hanan é engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças. É empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros “Brasil, um país à deriva” e “Caminhos para um país sem rumo”.*

O mundo assiste, atônito ou entusiasmado, à consolidação de uma nova era política em Washington. O retorno de Donald Trump à Casa Branca não foi apenas uma vitória eleitoral; foi a declaração de uma “guerra” aberta contra o ‘establishment’, as burocracias globais e o que ele define como as amarras que impedem a soberania econômica. Contudo, ao cruzarmos a linha do Equador, percebemos que o Brasil não apenas observa esse fenômeno, mas mergulha em seu próprio caos político — uma desordem que, ao contrário da americana, carece de um norte estratégico e sobra em populismo de conveniência.

Podemos pensar na contraposição de uma guerra de propósito versus o caos da inércia. Nos Estados Unidos, a “guerra” de Trump é programática. Pode-se discordar visceralmente de seus métodos ou de seu protecionismo, mas há uma clareza de intenções: a redução drástica do peso do Estado, o fortalecimento da indústria doméstica e o uso da geopolítica como ferramenta de pressão comercial direta. É uma ofensiva que visa quebrar estruturas para reconstruir o que ele entende por hegemonia.

No Brasil, vivemos o oposto. O nosso “caos” não é um meio para um fim, mas um fim em si mesmo. O que vemos hoje em Brasília é o triunfo do imediatismo sobre o planejamento. Enquanto Trump declara guerra ao sistema para, em sua visão, “limpar o pântano”, a classe política brasileira parece empenhada em decorar o pântano com “penduricalhos” orçamentários, emendas de relator e uma sanha arrecadatória que sufoca quem produz em nome de um assistencialismo que não emancipa, apenas mantém o ‘status quo’ — a falta de liberdade econômica, política e de expressão — uma espécie de escravidão pela renda.



Como tenho defendido sistematicamente, a maior tragédia brasileira é a ausência de um plano vintenário. Enquanto a administração Trump utiliza a força política para redesenhar acordos globais, o Brasil se perde em discussões rasteiras sobre como furar o teto de gastos para acomodar promessas de campanha que a aritmética básica desmente, sendo que o caos brasileiro é alimentado diuturnamente por uma insegurança pública gritante onde as facções criminosas operam como estados paralelos, diante da leniência ou da incapacidade de gestão dos governos. De outro lado, temos uma insegurança jurídica, em um ambiente onde as regras do jogo mudam conforme o humor das cortes superiores, afastando o investimento estrangeiro que agora, com mais força, olha para o mercado americano fortalecido por incentivos fiscais, sendo que a irresponsabilidade fiscal traz em si a crença mágica de que o Estado pode gastar o que não arrecada sem gerar inflação e empobrecimento.

O resultado é uma lição que não queremos aprender: a política externa de Trump, marcada pela pressão sobre aliados e oponentes, provavelmente colocará o Brasil em um torniquete. Se não tivermos a casa arrumada, seremos atropelados. Não se trata de escolher um lado na guerra cultural americana, mas de

entender que, em um mundo de “nações fortes”, o Brasil insiste em ser uma nação à deriva. O caos político nacional, personificado pela polarização vazia de projetos e cheia de ódio, serve apenas como cortina de fumaça para a manutenção de privilégios de uma casta que ignora a realidade econômica. Enquanto Washington se prepara para uma reforma estrutural disruptiva — gostemos ou não — o Brasil se contenta com o continuísmo populista e irresponsável, mais do mesmo.

Qual a saída? O Brasil precisa de um novo estadista. Não um populista que imite o estilo de líderes estrangeiros, mas alguém com coragem para enfrentar o nosso sistema de privilégios, para impor a austeridade como caminho obrigatório para a Ordem e o Progresso, e para dar ao país um plano de metas transparente. A “guerra” lá fora é de afirmação. O nosso caos aqui dentro é de negação. Negamos a economia, negamos a ética e, por fim, negamos o futuro dos brasileiros. Está na hora de o Brasil parar de olhar para as brigas alheias e começar a vencer a sua própria guerra: a guerra contra a incompetência administrativa, a ganância irresponsável, o descalabro fiscal e a complacência com o crime organizado e a escalada da violência. Isso não pode continuar; temos direito a mais e melhor.

O fim da escala 6x1 não resolve tudo

Paulo Brenha

Executivo, Top Voice no LinkedIn e autor de "Varejo com propósito e resultado"

O debate sobre a organização das jornadas de trabalho no varejo, incluindo a escala 6x1, avança no Brasil e reflete uma preocupação legítima com bem-estar, produtividade e sustentabilidade das relações de trabalho.

Nesse contexto, mais do que defender ou rejeitar formatos específicos, torna-se essencial analisar como essas mudanças se conectam a temas estruturais do varejo, como cultura organizacional, liderança, engajamento e execução.

Mesmo se aprovada, precisamos ter clareza que a mudança na jornada, por si só, não resolve os principais desafios de gestão de pessoas no varejo e pode até criar uma falsa sensação de solução.

O erro está em tratar o problema como uma equação de horas, quando, na verdade, ele é uma questão de sentido. O varejo que prospera no longo prazo não é aquele que apenas ajusta escalas ou processos, mas o que entende que resultado sustentável nasce de propósito, cultura e liderança. Sem isso, essa mudança se tornará paliativa.

Um dos maiores riscos do setor é manter pessoas operando como "meras engrenagens" de um sistema. Independentemente da escala adotada, o desengajamento persiste quando o colaborador não encontra significado no que faz. Um dia a mais de folga não compensa a sensação de invisibilidade, de falta de reconhecimento ou de ausência de pertencimento.

As pessoas não se conectam com planilhas ou discursos genéricos; elas se conectam com causas, com am-



bientes onde sentem que importam. Sem esse vínculo emocional, o cansaço muda de forma, mas não desaparece.

É por isso que a liderança ocupa um papel central nesse debate. O varejo ainda carrega o estigma de ser um ambiente exaustivo e, muitas vezes, hostil. Porém, a raiz desse problema não está apenas na carga horária, mas na forma como se lidera.

O fim da escala 6x1 não corrige uma liderança tóxica, baseada exclusivamente em cobrança e números frios. O novo varejo exige líderes capazes de inspirar, escutar e desenvolver pessoas. Líderes que atuem como embaixadores do propósito da empresa, transformando metas em desafios compartilhados e não em ameaças constantes.

Essa discussão nos leva, inevitavelmente, à cultura organizacional. Cultura não é o que está escrito na parede, nem o que aparece em campanhas internas. É o que se vive todos os dias. Uma empresa pode adotar o fim da escala 6x1

e ainda assim continuar perdendo talentos se mantiver uma comunicação truncada, decisões incoerentes e uma estrutura que não respeita as pessoas.

A retenção acontece quando há transparência, diversidade, ética e alinhamento entre os valores do colaborador e os da organização. O varejo é, acima de tudo, sobre pessoas: quem compra e quem faz a experiência acontecer. Ignorar isso é tratar o setor apenas como uma máquina transacional, e não como um ecossistema vivo.

O debate sobre a escala 6x1 é insuficiente se vier desacompanhado de uma mudança mais profunda. O varejo precisa de alma. Precisa entender que resultado financeiro não é inimigo da humanidade, ao contrário, ele é consequência dela.

No fim, não é apenas sobre trabalhar menos ou mais. É sobre trabalhar com sentido. É isso que sustenta negócios, preserva pessoas e constrói um varejo verdadeiramente relevante.



Escala 6x1: os impactos para empresas e trabalhadores

Eduardo Reuter

Presidente do Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte



Toda vez que uma nova proposta trabalhista surge no Brasil, o discurso é o mesmo: proteger o trabalhador. No debate sobre o fim da escala 6x1, a lógica se repete. A discussão gira em torno de dignidade, qualidade de vida e direitos.

Tudo isso importa. Mas talvez exista uma pergunta anterior a essa discussão: Por que, mesmo depois de décadas de leis trabalhistas cada vez mais rígidas, tantos brasileiros continuam fugindo da formalidade? E por que, mesmo cercado de regras criadas supostamente para protegê-lo, o trabalhador brasileiro ainda

sente que sua vida não melhora na mesma velocidade das promessas?

Nos últimos anos, milhões de pessoas escolheram trabalhar em plataformas como Uber, iFood e aplicativos semelhantes. Não porque esses modelos sejam perfeitos, mas porque oferecem algo que boa parte do mercado tradicional deixou de oferecer: autonomia.

Quem conversa com motoristas e entregadores escuta frequentemente as mesmas frases: “Na diária eu ganho mais.” “Tenho liberdade.” “Se eu quiser ganhar mais, eu trabalho

mais.” Existe uma relação direta entre esforço, disponibilidade e renda. E isso mudou a forma como muita gente enxerga trabalho. A reação política veio rápido. Logo começaram as propostas de regulamentação, taxas, contribuições e novas obrigações. Sempre acompanhadas da mesma justificativa: proteger o trabalhador.

Mas há uma contradição difícil de ignorar, ou seja, se esses modelos eram tão ruins, por que milhões de pessoas entraram neles voluntariamente? E por que tantas continuam preferindo permanecer ali, mesmo



conhecendo os riscos e a ausência de garantias tradicionais?

Talvez porque a discussão real não seja apenas sobre segurança, seja também sobre liberdade. Liberdade de escolher quanto trabalhar. Liberdade de negociar diretamente quanto receber. Liberdade de organizar a própria rotina, os próprios horários e até os próprios riscos.

Na prática, é isso que milhões de trabalhadores informais já fazem todos os dias. Os motoristas de aplicativo escolhem quando ligar o aplicativo. Entregadores decidem quantas horas querem trabalhar. Muitos profissionais passaram a combinar múltiplas fontes de renda ao invés de depender de um único vínculo rígido.

Talvez esse movimento esteja mostrando uma mudança mais profunda: parte dos trabalhadores não quer apenas proteção. Quer também autonomia.

O que se observa, é que existe uma mudança silenciosa acontecendo. Muitos jovens já não associam proteção à liberdade de crescer. Eles querem autonomia, mobilidade e possibilidade de construir a própria trajetória.

Enquanto o mercado caminha

para relações mais flexíveis, personalizadas e negociáveis, boa parte da discussão política ainda parte da ideia de que existe um modelo ideal de trabalho que precisa ser definido de cima para baixo.

O problema é que quase nunca se discute os interesses políticos e os efeitos colaterais dessas decisões. Mais custo para contratar gera menos contratação. Mais rigidez para demitir gera mais medo de contratar. Mais burocracia reduz oportunidades, principalmente para quem está começando.

O caso do piso nacional da enfermagem, por exemplo, mostrou isso de forma clara. A proposta surgiu com forte apoio popular e intenção legítima. Na prática, muitas instituições responderam reduzindo contratações, ajustando escalas e aumentando pressão operacional para absorver os custos.

Recentemente, motoristas de aplicativo também foram ao Congresso defender justamente o oposto do que muitos políticos diziam defender por eles. O recado era simples: não queriam perder autonomia em troca de mais descontos, contribuições e promessas futuras nas

quais muitos já não acreditam mais.

O mercado reage à realidade econômica, independentemente do discurso político. Enquanto isso, cresce o número de brasileiros buscando renda justamente nos espaços menos controlados pela estrutura tradicional. Não porque odeiem direitos, mas porque procuram mobilidade, flexibilidade e possibilidade de crescer mais rápido.

Talvez exista um ponto que raramente aparece no debate público: e se parte das medidas criadas para “proteger” o trabalhador estiver, aos poucos, tornando o trabalho formal menos atrativo, menos acessível e mais difícil de existir?

Porque no fim, talvez a discussão não seja apenas sobre direitos trabalhistas. Talvez seja sobre uma pergunta muito maior: o trabalhador brasileiro é incapaz de decidir o que é melhor para a própria vida?

Existe uma mudança silenciosa acontecendo e muitos trabalhadores já enxergam, em parte desse discurso de proteção, uma lógica de controle. Eles querem autonomia, mobilidade e possibilidade de crescimento mais rápido.



Inteligência corporativa e emocional: liderando em tempos de crise

Robinson Meira

Sócio de Auditoria Contábil da BDO



Em um mundo corporativo marcado por mudanças rápidas e crises inesperadas, empresários precisam dominar duas competências essenciais: inteligência corporativa e inteligência emocional. Juntas, elas garantem decisões estratégicas, resiliência e crescimento sustentável. Mas como aplicá-las na prática? E qual é o papel da auditoria nesse cenário?

É importante entender o conceito de inteligência corporativa. É a capacidade da empresa de coletar, analisar e usar informações estratégicas para tomar decisões assertivas. Inclui monitoramento de mercado, análise de concorrência, gestão de riscos e antecipação de tendências.

Empresas com inteligência corporativa forte reagem rápido, inovam e se mantêm competitivas.

Para o empresário, é um desafio, especialmente durante crises, internas ou externas, e em ambientes dinâmicos. A grande dica aqui pode parecer óbvia, mas é preciso ter autocontrole nas decisões e evitar agir por impulso. Então, a minha orientação é analisar dados e avaliar cenários. Ao mesmo tempo, em momentos difíceis, comunicação clara e empática fortalece engajamento - líder estando bem, reverbera para a equipe.

Crises exigem líderes flexíveis e abertos à mudança, isso sem perder o

equilíbrio. E quem pode contribuir com este processo de tomadas de decisão é a auditoria das demonstrações contábeis, desde que feita de forma contínua. Isso porque ela garante dados confiáveis, recomendação de melhorias e assecuração do cumprimento das normas vigentes.

Além disso a auditoria confere transparência e credibilidade das demonstrações contábeis - fatores essenciais para atração de investidores. O fato é que uma governança forte mitiga boa parte dos riscos em cenários adversos. Empresas que unem inteligência corporativa, emocional e auditoria não apenas sobrevivem às crises - elas crescem com segurança e constroem vantagem competitiva.

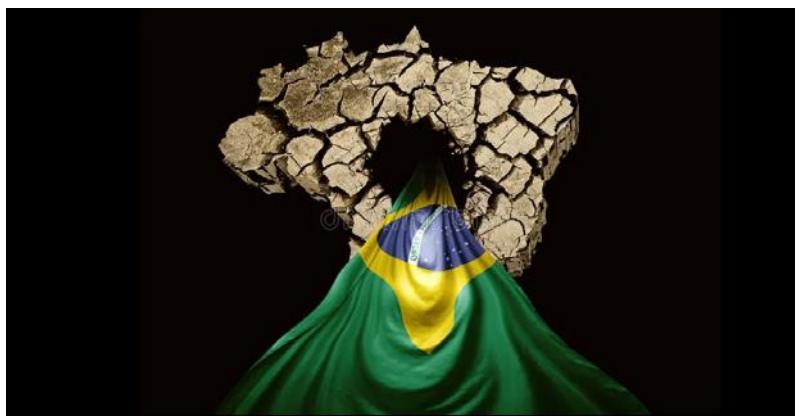


50 anos de atraso

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

Tomado de abençoada loucura, com os olhos voltados para o desenvolvimento, resolvido a mudar um paradigma, inconformado com o marasmo da política litorânea, sonhando com a conquista do oeste, visão da transformação rural e de seu crescimento, audacioso de ideias, ousadia e disposição atrevida para mudanças, Juscelino Kubitschek, eleito presidente do Brasil, com o binômio Energia e Transportes, se lançou a uma jornada épica que transformou o país. Seu lema era 50 anos em 5, ou seja, sacudir o país, de norte a sul, de leste a oeste, acordando o gigante adormecido em berço esplêndido, numa mudança para o progresso e crescimento, fazendo em cinco anos transformações equivalentes a 50 anos de desenvolvimento. Sua gestão, de 1956 a 1961, marcou um novo tempo para o país. Foram os anos dourados do Brasil, otimismo palpável e medido em todos os cantos por onde se andava, na cultura, educação, saúde, transportes e onde estivessem os interesses nacionais. Um país pronto para deslanchar e transformar-se numa grande e próspera nação, ao sul da América. Até então era dominado pela política do atraso, submetido às ditaduras, refém das elites do retrocesso, acomodado com o privilégio de poucos e miséria de muitos. Abriu estradas, construiu Brasília, integrou o país, planejou um caminho para o crescimento nacional e deixou um legado para os futuros estadistas. Mas eles não vieram.

Os anos seguintes, eleição e renúncia de Jânio Quadros, o episódio de seu vice João Goulart, golpe militar



de 64 e décadas de incerteza e escuridão democrática. O país foi entregue à dureza dos generais e aos oportunistas de plantão. Nos anos oitenta, chamada de década perdida, cria-se um dos absurdos contra o desenvolvimento, a chamada reserva de mercado para a informática, como se cada país do mundo tivesse que criar suas soluções de automação. É como se cada país tivesse que inventar sua penicilina ou vacina contra a catapora. Caracteriza-se, com mais evidência, a submissão do país a interesses de poucos empresários em detrimento do desenvolvimento. Tempos do computador Cobra e privilégios da Gradiente. O país perde uma excelente oportunidade de atualização e transformação. Chega a Constituição Cidadã de 1988, elaborada sob pressões por todos os lados, com a defesa de todos os direitos e nenhum dever; em poucos anos é tão emendada que perdeu, com elas, sua estrutura elementar. Nos anos noventa vem a reforma econômica, nova moeda, base necessária para o fim da inflação e

preparo para o futuro melhor. Vira-se o século e o país sonha com a esperança que venceria o medo. A esperança foi frustrada, o medo que nunca existira, acabou.

Enquanto isto o mundo está em ebulição, países em crescimento continuado e seguro, novas ideias e ideologias se espalham e transformam a vida das pessoas. A educação é base a sustentar estas transformações, o foco é o crescimento e desenvolvimento das pessoas e através delas, as mudanças dos países. O Brasil, nestes últimos cinquenta anos, perdeu todas as oportunidades que passaram por sua porta, não montamos o cavalo arriado que corre para o futuro. Embarcamos no trem do passado, com Fidel Castro, Hugo Chaves, Maduro, Cristina Kirchner, Ortega e outros menos pensantes. E assim, nos últimos cinquenta anos, nosso crescimento equivale a menos de cinco, comparados a outros países que tiveram visão, planejamento, educação e políticas acertadas. Há esperança, teremos coragem?

Uma mazela de ontem e de hoje

José Maria Couto Moreira

Advogado e escritor

Persiste uma mazela no serviço público brasileiro. Tem vencido o tempo, as censuras, as delações. Todos a denunciavam, a criticam, a espancam, mas as cabeças coroadas de nossa república, a elite política, não permite eliminá-la. Há, vez por outra, movimentos quixotescos para sua extinção mas os por ela favorecidos encontram meios para inviabilizar sua extinção, inclusive pelo silêncio.

Tratamos aqui do uso (e do abuso) dos veículos oficiais da imensa frota brasileira, que atende o município, o estado e a União. Classificados como de serviço ou de representação, estes autos se prestam a toda ocasião ou finalidade. São requisitados para necessidades singulares do órgão até os momentos de cerimônia, de fruição ou mesmo para satisfazer caprichos e interesses pessoais ou da família. O brasileiro, especialmente os que se encontram no vértice da pirâmide social, ainda não assimilaram o princípio, reinante em todo o mundo civilizado de que tais acessórios não podem merecer a destinação de servir ao usuário, reservando-se exclusivamente para servir ao Estado. Por isso, a utilização eventual desses veículos só se admite no estrito cumprimento de uma necessidade estatal. Esta mazela ainda evoluiu. E multiplica-se a números assustadores. Do largo costume praticado de servirem-se, os detentores desta concessão medieval promoveram maior liberdade nesta prática incivil ao estenderem a regalia para escalões inferiores e mascararem as chapas de registro do automóvel, adotando então o que na linguagem popular se convencionou classificar como “chapas frias”,



manobra que facilita a circulação do veículo para oportunidades, momentos ou ocasiões impróprias, evitando a fiscalização ou o controle popular e vencendo constrangimentos que o regime anterior os obrigaria. Ora, o constrangimento é a confissão da culpa pelo uso indiscriminado, ilegal ou imoral do veículo.

Carece o estado brasileiro de adotar providências para livrar os detentores desta ostentação e deste privilégio que, se de um lado é um costume insultuoso ao contribuinte e à moralidade, de outro lado compromete inevitavelmente a execução orçamentária do órgão que o mantém, com a subsequente redução da prestação de serviços ao cidadão, o destinatário final da ação administrativa. São custos adicionais desta bondade o recurso humano para sua direção e guarda, sua manutenção e demais ônus.

O Estado de Minas Gerais é um dos campeões desta franquia. Os poderes do Estado distribuem esse privilégio

generosamente, tanto no executivo como no legislativo e no judiciário, a ponto de esta onerosa concessão tornar-se uma banalidade e permitir a ousadia de quem se julga com tal “direito” a pleiteá-lo, sem constrangimento.

É importante que os responsáveis pela concessão ou resgate dessa regalia não retarde uma ação revisora para reduzir drasticamente este excesso pois sua expansão se nota a cada dia, e seus detentores se convencem de que mais tarde, quando não estiverem mais em suas posições, irão arrepender-se de sua imoderada participação no programa de transporte pessoal exclusivo, luxuoso e gratuito, injustamente arcado pelo povo.

No âmbito estadual, conviria um urgente esforço congregando os chefes dos três poderes a fazerem assentar em lei os excepcionais destinatários desta distinção.

A moderação e o recato é da tradição de Minas

A reforma tributária mal começou — e já produziu sua primeira contradição

Rubens Tavares

CEO da BMS Consultoria Tributária

Em mais de duas décadas acompanhando o ambiente tributário brasileiro, raramente vi uma situação tão simbólica do momento que estamos vivendo. No mesmo dia, sobre o mesmo fato gerador, envolvendo os mesmos tributos e sob a análise do mesmo autor normativo, dois juízos da mesma capital chegaram a conclusões opostas sobre a incidência de IBS e CBS. E talvez o ponto mais preocupante não seja a divergência em si — afinal, conflitos interpretativos fazem parte da rotina tributária brasileira —, mas o fato de ela surgir antes mesmo de o novo sistema entrar plenamente em operação.

A Constituição desenhou IBS e CBS como tributos complementares, praticamente “gêmeos” em sua lógica estrutural. A promessa era justamente reduzir assimetrias, diminuir litígios e criar um modelo mais racional de tributação sobre consumo. Quando decisões conflitantes aparecem ainda na fase embrionária da regulamentação, o problema deixa de parecer um desvio pontual de interpretação e passa a revelar algo mais profundo: uma fragilidade de arquitetura.

Esse talvez seja o primeiro grande sinal de que o IVA dual brasileiro pode carregar, desde sua origem, um problema estrutural de coordenação. Porque, na prática, estamos criando dois tributos distintos, administrados por entes distintos, sujeitos a regulamentações distintas e potencialmente expostos a leituras diferentes do próprio Poder Judiciário. A simplificação prometida corre o risco de se transformar em uma nova camada de complexidade institucionalizada.

O empresário brasileiro já convive há décadas com insegurança jurídica como parte do custo operacional. O pro-



blema é que a reforma foi apresentada justamente como a oportunidade de romper esse ciclo. O mercado aceitou enfrentar um período longo de transição, adaptar sistemas, rever processos e absorver custos relevantes porque acreditou que, ao final, teria previsibilidade. Mas previsibilidade não se constrói apenas com mudança constitucional. Ela depende de coerência regulatória, estabilidade interpretativa e alinhamento institucional.

Enquanto o novo sistema ainda tenta se estruturar, o ambiente econômico e tributário segue acumulando pressões simultâneas. Nesta semana, por exemplo, R\$ 94 bilhões estão em discussão no STJ em torno da tese do Sistema S. Ao mesmo tempo, mais de 2,6 milhões de CNPJ's caminham para situações de inaptidão na Receita Federal, refletindo um ambiente empresarial cada vez mais pressionado por obrigações acessórias, inconsistências cadastrais e dificuldade operacional.

Não por acaso, o Brasil voltou a aparecer entre os países mais complexos do mundo para fazer negócios. E essa percepção não nasce de teoria. Ela nas-

ce da experiência concreta de quem empreende, investe, produz e tenta tomar decisão em um ambiente onde regras mudam rápido, interpretações mudam mais rápido ainda e a segurança jurídica frequentemente chega tarde demais.

No cenário macroeconômico, a combinação entre Selic em 14,5% e dólar em patamares mais favoráveis cria uma janela importante para empresas reorganizarem caixa, dívida e exposição cambial. No exterior, a confirmação de Kevin Warsh no comando do Federal Reserve adiciona um novo componente às expectativas globais sobre juros e liquidez, enquanto o ambiente geopolítico segue pressionado por eleições americanas, petróleo iraniano e desaceleração internacional.

Tudo isso reforça uma percepção que venho repetindo há algum tempo: hoje, o risco não está apenas no erro. Está principalmente na demora. Porque empresas que esperam clareza absoluta para agir normalmente chegam atrasadas. E, no ambiente atual, quem chega atrasado costuma pagar duas vezes — perde a oportunidade e ainda absorve o custo de não ter se preparado antes.



CASACOR Minas retorna à PUC Minas Lourdes e amplia legado arquitetônico no Circuito Liberdade

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

A arquitetura, o design e o patrimônio urbano voltam a ocupar lugar de destaque no Circuito Liberdade em 2026. A 31ª edição da CASACOR Minas Gerais já tem endereço confirmado: após o sucesso das comemorações de seus 30 anos no estado, a mostra retorna ao prédio da PUC Minas Lourdes, entre os dias 15 de agosto e 27 de setembro, reafirmando o espaço como um dos principais polos culturais e criativos da capital mineira.

Mais do que sediar a maior plataforma cultural de arquitetura, paisagismo, arte e design de interiores das Américas, o edifício dá continuidade a um importante processo de revitalização iniciado na edição de 2025. A proposta da CASACOR Minas para este novo ciclo é ampliar as melhorias estruturais já realizadas, fortalecendo o legado deixado para a edificação, que futuramente será destinada integralmente às atividades da PUC Minas Lourdes.

A permanência da mostra no local permite aprofundar a qualificação arquitetônica do imóvel, consolidando a conexão entre patrimônio, cidade e ocupação cultural. Em 2025, o prédio recebeu intervenções significativas, como restauração dos pisos de madeira, recuperação da pintura interna, limpeza e início do restauro da fachada frontal, novo projeto de iluminação externa, revitalização parcial dos jardins, melhorias em acessibilidade, renovação das áreas de circulação e implantação de novos banheiros de uso público.

Entre os principais legados deixados pela última edição está o Espaço de Formação do Arquiteto e Urbanista CAU/MG e PUC Minas, concebido para funcionar como um auditório permanente da universidade. Com aproximadamente 120 m² e capacidade para cerca de 100 pessoas, o ambiente foi projetado para unir funcionalidade,



conforto e acolhimento. O espaço substitui cadeiras tradicionais por arquibancadas em madeira e incorpora soluções acústicas, iluminação cênica e piso acarpetado, permitindo múltiplas configurações para palestras, debates e apresentações.

Outro destaque da edição passada foi o projeto de iluminação da fachada do edifício, assinado pela arquiteta, urbanista e lighting designer Mariana Novaes, fundadora da Atiafa. A intervenção transformou a paisagem urbana da região e criou uma nova leitura visual para o prédio histórico.

“Foi uma alegria fazer este projeto. Eu não imaginava que teria a oportunidade e a honra de iluminar a fachada do saudosos Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, onde estudei, e assim retribuir um pouco de tudo que recebi. O resultado ficou como legado para a PUC e para a cidade”, destaca Mariana.

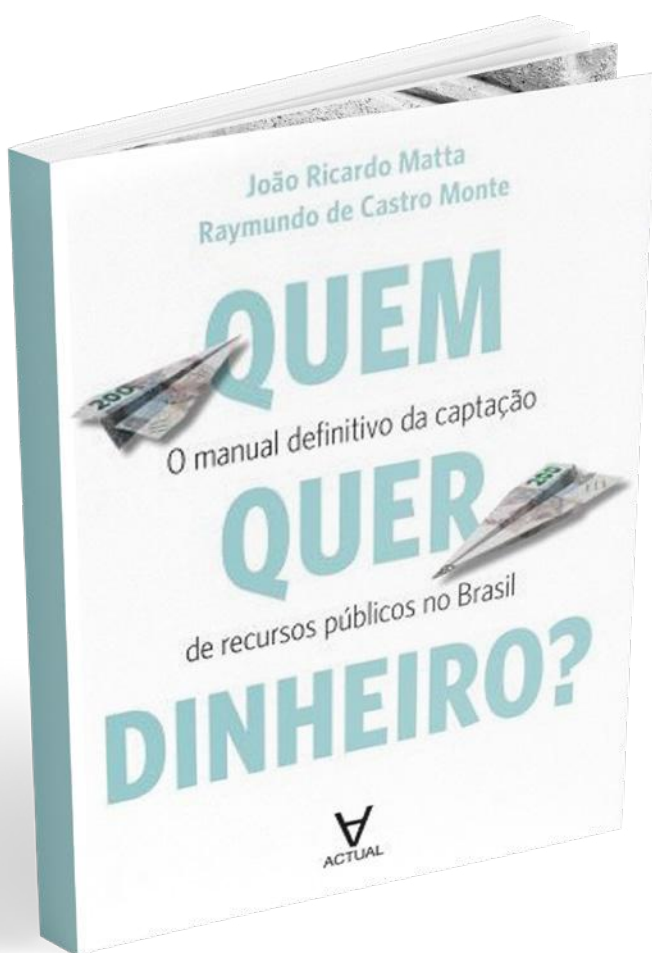
Para 2026, a CASACOR propõe uma reflexão sensível e contemporânea com o tema “Mente e Coração”. A proposta criativa convida arquitetos, designers e paisagistas a pensarem o lar como espaço de equilíbrio, acolhimento e bem-estar,

estimulando soluções que transformem os ambientes domésticos em territórios de cura, autocuidado e reconexão emocional.

O conceito dialoga diretamente com os impactos da hiperconectividade e da crescente presença da inteligência artificial no cotidiano, abordando fenômenos como a Síndrome de FOMO — o “medo de estar perdendo algo”. Em meio à velocidade do mundo contemporâneo, a casa surge como refúgio de pausa, presença e equilíbrio entre razão e emoção.

A CASACOR Minas Gerais é realizada pela Multicult e conta com patrocínio master da Deca. Entre os fornecedores oficiais estão Coral Tintas e ArcelorMittal. A edição também reúne patrocínios locais da PUC Minas, Brastemp, Philco e OOH Brasil. A energia oficial é fornecida pela Click Livre. A mostra ainda conta com apoio do Sebrae, CAU/MG, Portinari, Guararapes, Divinal e Detronic.

A 31ª CASACOR Minas Gerais será realizada de 15 de agosto a 27 de setembro de 2026, na sede da PUC Minas Lourdes, localizada na Rua da Bahia, 2020, no coração do Circuito Liberdade.



Quem quer dinheiro?

Em 2024, o governo brasileiro e seus agentes disponibilizaram quase R\$ 1,3 trilhão para financiar o setor produtivo. Porém, cerca de 80% deste montante nunca chegou aos empreendedores por conta da burocracia, da falta de suporte técnico e do desconhecimento dos mecanismos de captação. Para contribuir com a solução desse dilema, os professores João Ricardo Matta e Raymundo de Castro Monte publicam “Quem quer dinheiro? - O manual definitivo da captação de recursos públicos no Brasil” pela Editora Actual, do Grupo Editorial Alta Books.

A obra nasce como resposta direta a um dos principais entraves ao

desenvolvimento do setor produtivo no país: transformar projetos em financiamento concreto. Se, por um lado, o Brasil disponibiliza volumes expressivos de recursos para fomento, por outro, grande parte desse montante não é acessada nem por empresas que enfrentam limitações de capital de giro, nem por startups e negócios inovadores que não con-

seguem avançar por falta de financiamento adequado. É nesse cenário que o livro se posiciona como um guia prático e estratégico.

Partindo de uma leitura realista do ecossistema de financiamento nacional, os autores desmistificam o funcionamento do Sistema Nacional de Fomento, uma rede ampla e descentralizada que reúne bancos públicos, agências estaduais, fundos de investimento e instituições voltadas à inovação. Ao traduzir a lógica de atuação de agentes como BNDES, Finep e bancos regionais, eles oferecem não apenas informação, mas clareza de caminho, algo raro em um ambiente frequentemente percebido como rígido, fragmentado e pouco transparente.

O grande diferencial do lançamento está na abordagem aplicada. Em vez de se limitar à explicação conceitual dos mecanismos de financiamento, os especialistas orientam sobre todas as etapas do processo de captação, assumindo que o sucesso nessa jornada depende menos de sorte e mais de preparação estruturada. Os autores apresentam, de forma objetiva, como uma empresa deve se organizar para pleitear recursos, desde o diagnóstico até a adaptação do plano de negócios às exigências de cada instituição.

O livro trata de elementos técnicos fundamentais, como construção de projeções financeiras consistentes, análise de viabilidade econômica, organização documental e cumprimento de exigências regulatórias, fatores que, na prática, determinam a aprovação ou reprovação de proje-

Em um país onde bilhões deixam de ser acessados por falta de método, este livro reúne visão estratégica, leitura clara do ecossistema de fomento e orientação prática para a captação. Com base em experiência acadêmica e de mercado, os autores mostram como preparar o negócio, escolher a fonte adequada e estruturar projetos viáveis no contexto brasileiro.



tos. Para além disso, discutem aspectos frequentemente negligenciados, como a gestão dos recursos captados e o relacionamento contínuo com as instituições financiadoras.

A consistência do conteúdo está diretamente ligada à trajetória dos autores. João Ricardo Matta é doutor em Marketing, professor de MBAs na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e fundadora consultoria BR Funding. Raymundo de Castro Monte é economista, especialista em auditoria tributária e, também, professor. Embora lidem com um tema complexo, eles mantêm uma escrita acessível, sem abrir mão do rigor metodológico. Essa combinação torna o conteúdo aplicável a diferentes perfis, desde empreendedores iniciantes até gestores experientes e profissionais de finanças e inovação.

Quem quer dinheiro? democratiza o acesso aos recursos e oferece um roteiro claro para que empresas deixem de enxergar a captação como obstáculo e passem a considerar esse processo uma

competência estratégica. Ao conectar teoria, prática e experiência de mercado, a obra propõe uma mudança de mentalidade: em vez de apenas buscar crédito, é preciso saber como acessar esse recurso e estar efetivamente preparado para fazer bom uso dele.



Ficha técnica

Título: Quem quer dinheiro? - O manual definitivo da captação de recursos públicos no Brasil

Autoria: João Ricardo Matta e Raymundo de Castro Monte

Editora: Actual / Grupo Editorial Alta Books

ISBN: 978-6551830181

Páginas: 120

Preço: R\$ 49,90

Onde encontrar: Amazon

OS AUTORES



João Ricardo Matta é Doutor em Marketing pelo COPPEAD/UFRJ, mestre em Administração pelo IAG/PUC-Rio e pós-graduado em Marketing pela Florida International University (EUA). Professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), leciona Planejamento Estratégico, Inteligência de Mercado e Comportamento do Consumidor. Atua há mais de 25 anos em negócios e consultoria para grandes empresas, liderando projetos de crescimento, inovação e captação de recursos.



Raymundo de Castro Monte é economista com MBA pela Fundação Getúlio Vargas e especialista em Auditoria Tributária. Professor e consultor com quase duas décadas de experiência, atua em gestão financeira, captação de recursos e planejamento estratégico. Participa ativamente de programas de funding governamentais e corporativos no Brasil e no exterior, conectando empresas a fontes de financiamento que impulsionam competitividade e inovação.

Minas em Festa

O livro que celebra a tradição e a identidade cultural mineira

Ao longo de décadas, o fotógrafo José Israel Abrantes percorreu Minas Gerais guiado por um interesse constante: registrar os festejos tradicionais do estado. Sem pressa e sem roteiro rígido, foi acompanhando procissões, congados, cavalhadas, festas do Divino, celebrações que se repetem e, ao mesmo tempo, nunca são iguais. Sua escolha sempre foi clara: documentar sem interferir, sem encenar. Apenas estar presente, observar, captar o gesto e o momento.

Mais do que um livro de registro, Minas em Festa se propõe a valorizar a experiência. É um convite a percorrer cidades mineiras e ver de perto festejos, como:

- **Santana do Pirapama**
Festa de Santos Reis
- **Bonfim**
Carnaval a cavalo
- **Mariana**
Semana Santa
- **Ouro Preto**
Coroação de Nossa Senhora
- **Ipoema**
Festa de Santa Cruz
- **Diamantina**
Festa do Divino
- **Serro**
Ciclo do Rosário
- **Montes Claros**
Festas do Ciclo do Rosário
- **Santa Bárbara**
Cavalhada



A direção de arte de Luiz Augusto da Costa, está em sintonia com a proposta, tanto na escolha das imagens, no ritmo dos textos, na paleta de cores. O trabalho valoriza as cenas e traduz a força de cada celebração.

É desse percurso que nasce Minas em Festa. O livro amplia esse olhar documental e o coloca em diálogo com a pesquisa histórica e cultural, construindo uma narrativa que não apenas mostra, mas aproxima. As imagens conduzem o leitor por cenas que vão do detalhe ao todo: o bordado, o passo, o silêncio antes do cortejo, o instante em que a festa ganha corpo.

Os textos de Iêda Ferreira seguem essa mesma travessia. Informam, situam, mas também sugerem. Não explicam a festa como quem observa de fora — procuram entrar nela, acompanhar seu ritmo, compreender sua permanência. Cada capítulo se constrói como um encontro entre história

e presença, entre o que se sabe e o que se sente.

A coordenação geral do projeto é de Silvana Terenzi Neuenschwander, da Lucca Cultura, empresa voltada para a arte, a cultura e a educação. A Lucca já coordenou mais de 30 publicações para instituições como Localiza, Cemig, Copasa, Cenibra, IEF, Secretaria de Turismo, Pottencial Seguradora, e a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, entre outros. Essa experiência se reflete em um trabalho editorial consistente, que articula conteúdo, forma e propósito.

O livro Minas em Festa carrega um compromisso formativo: o projeto prevê ações educativas nos municípios retratados. A professora Deolinda Alice dos Santos, que foi consultora sobre as tradições e história dos festejos, irá participar de palestras em algumas cidades de Minas Gerais. O objetivo é ampliar o acesso ao conteúdo e incentivar a valoriza-

ção das tradições locais. Os recursos de acessibilidade permitirão alcançar diferentes públicos.

No conjunto, o livro articula cultura, território e identidade. E faz isso com um cuidado que se revela tanto na pesquisa quanto na forma — na escolha das imagens, no ritmo dos textos, na construção de uma narrativa que respeita a delicadeza e a força das festas mineiras.

O Livro Minas em Festa é uma publicação de LUCCA CULTURA aprovado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, Ministério da Cultura, com patrocínio do Banco do Nordeste, Cedro Mineração, Maggoteaux e Prefeitura Municipal de Mariana.

Deolinda Alice dos Santos é historiadora, pedagoga e pesquisadora

especializada em Cultura Mineira e Folclore. Atuou como professora da UEMG e consultora cultural do SENAC-MG e SEBRAE-MG, desenvolvendo pesquisas, cursos e projetos voltados à preservação das tradições populares de Minas Gerais. É autora do livro Festejos Tradicionais Mineiros e uma das responsáveis pela publicação Minas em Festa.

José Israel Abrantes é fotógrafo do livro Minas em Festa. Graduado em Comunicação Visual pela Universidade Mineira de Arte, começou a publicar seus trabalhos em 1980 e tem fotografias expostas em mostras individuais e coletivas. Ao longo de sua trajetória, participou de diversas publicações nacionais e estrangeiras dedicadas ao patrimônio, às festas populares e às cidades históricas mineiras.



Serviço:

Pré Lançamento Mariana/MG:

26 de maio
19h

Cineteatro Municipal
Rua Frei Durão, 22 - Centro
- Mariana/MG

Montes Claros/MG

09 de junho
19h

Centro Cultural Hermes de
Paula - Sala de Cinema
Praça Doutor Chaves,
Centro - Montes Claros -MG

Onde encontrar:

Livraria da Rua, Canto
do Livro e no site [https://
www.estantevirtual.com.
br/livro/minas-em-festa-
Q3H-9173-000](https://www.estantevirtual.com.br/livro/minas-em-festa-Q3H-9173-000)

Assessoria de Imprensa:

Perla Horta
31-98458-8003

Especificações do Livro:

Livro: Minas em Festa

Edição: Bilingue
(português/inglês)

Capa Dura/Revestida

Miolo: 204 pgs

Formato: 28x28cm, 4 cores

Tinta Escala em
Couchê Fosco 150g

ISBN 978-85-93196-19-5

De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelo
Google Analytics Search, MercadoComum obteve:

EM ABRIL DE 2026

8.560.044

VISUALIZAÇÕES
DE LEITORES DO BRASIL E EXTERIOR

MercadoComum é um veículo independente, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais e circula mensalmente, no 1º dia de cada mês, com a sua edição eletrônica. Por ocasião de suas premiações edita as suas edições também na forma impressa.

Atualmente, encontra-se em seu 33º ano e é encaminhada em PDF - também é mensalmente, por e-mail, Whatsapp, LinkedIn, Facebook, Telegram e Instagram, a mais de 120 mil endereços eletrônicos - para um público notoriamente formador de opinião, o que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais e do Brasil.

A sua distribuição é gratuita e direcionada aos dirigentes das grandes e médias empresas nacionais e estrangeiras, investidores institucionais e pessoas físicas, autoridades do alto escalão governamental e para diversas instituições federais, estaduais e municipais, entidades públicas e privadas, associações e sindicatos de classe, além de instituições de ensino superior do país.

Desde seu início é presidida pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Além de um Conselho Editorial composto por expressões ilustres, dispõe de um Conselho Consultivo formado por inúmeras personalidades e lideranças empresariais e econômicas. Os artigos veiculados têm como foco economia, finanças, administração e negócios. Além de contar com jorna-

listas especializados, destaque especial cabe aos artigos escritos por inúmeros colaboradores espontâneos, que com a sua vivência e experiência profissional enriquecem e engrandecem a publicação.

MercadoComum não é uma publicação apenas voltada à economia e finanças. Possui regularmente, também, várias outras diferentes seções, como: Cultura, Gastronomia, Turismo, Mobilidade Urbana, Política, Opinião, Doutrina Jurídica etc.

Realiza vários eventos anuais, como: Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso (30 edições); Prêmio Minas - Desempenho Empresarial (27 edições); o Ranking das Empresas de Minas Gerais (29 edições); O Poder em Minas (5 edições) e o Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum (13 edições); o Troféu JK de Cultura e Desenvolvimento; os Encontros Empresariais de Economia, Finanças e Negócios (47 edições), Festa Julhina Arraiá da Esperança (17 edições) além de diversos seminários, palestras e ciclos de debates.

Coordena o Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se, ainda, a edição de várias outras publicações especiais: "JK-50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo"; "A Economia com Todas as Letras e Números"; "Cultura é Desenvolvimento"; "Meandros do Poder"; "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

Acesse:

www.mercadocomum.com

**ANUNCIE NA MELHOR
REVISTA DE ECONOMIA
DE MINAS**

MinasPart Comunicação Ltda
Rua Padre Odorico, 128
10º andar - São Pedro
Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 3281-6474

newsletter@mercadocomum.com

MERCADO COMUM

HÁ 33 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

